



**Câmara Municipal
de Oeiras**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2022

ATA NÚMERO TRINTA/DOIS MIL E VINTE E DOIS

ÍNDICE

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 3 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS**
- 4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 5 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**
- 6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE**
- 7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA**
- 8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO**
- 9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO**
- 10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES**
- 11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR**
- 12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO**
- 13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO**
- 14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA**
- 15 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE**
- 16 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE**
- 17 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES**
- 18 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR À OEIRAS PADEL ACADEMY**
- 19 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SR. PRESIDENTE DA
DIREÇÃO DO GRUPO RECREATIVO DE TERCENA, SR. JOSÉ VENTURA**
- 20 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA MARIA
ODETE**

- 21 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR AOS FUNCIONÁRIOS DA CMO, BOMBEIROS, PSP, DISPOSITIVO DA PROTEÇÃO CIVIL, FUNCIONÁRIOS DA PARQUES TEJO**
- 22 - PROPOSTA Nº. 1068/22 - DE - APROVAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OEIRAS**
- 23 - PROPOSTA Nº. 1103/22 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE INTERVENÇÃO CULTURAL “A JUNÇÃO”, PARA APOIO AOS 40 ANOS DE CARREIRA DE PEDRO DE FARO**
- 24 - PROPOSTA Nº. 1138/22 - DPCHM - Pº. 37-DPCHM/2022 - CONSTRUÇÃO DE PROGRAMA HABITACIONAL DO PARQUE DA JUNÇA, LINDA-A-VELHA - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO, MINUTA DO CONTRATO E SUBSTITUIÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO**
- 25 - PROPOSTA Nº. 1145/22 - DE - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ESCOLA NÁUTICA INFANTE D. HENRIQUE, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PAÇO DE ARCOS E MUNICÍPIO DE OEIRAS**
- 26 - PROPOSTA Nº. 1153/22 - GAEP - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2023 E RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2021, DA FUNDAÇÃO MARQUÊS DE POMBAL**
- 27 - PROPOSTA Nº. 1154/22 - DP - ANEXAÇÃO DE PRÉDIOS DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, SITOS EM BARCARENA**
- 28 - PROPOSTA Nº. 1155/22 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 36ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 29 - PROPOSTA Nº. 1156/22 - DOT - ADESÃO DO MUNICÍPIO À FOODLINK - REDE PARA A TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**
- 30 - PROPOSTA Nº. 1157/22 - DCA - CANCELAMENTO DE CABIMENTO RELATIVO AO PROJETO “A MARGEM DO TEMPO”**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

- 31 - PROPOSTA Nº. 1158/22 - DTGE - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E O TURISMO DE PORTUGAL, I.P., NO ÂMBITO DO PROGRAMA FORMAÇÃO + PRÓXIMA**
- 32 - PROPOSTA Nº. 1159/22 - SIMAS - RETIFICAÇÃO DE LAPSOS MATERIAIS NO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE COBRANÇA POR ENTIDADES EXTERNAS - PD Nº. 323-SIMAS/2022**
- 33 - PROPOSTA Nº. 1160/22 - SIMAS - 9ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA DAS DESPESAS CORRENTE E DE CAPITAL**
- 34 - PROPOSTA Nº. 1161/22 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO FOLKZITAS - ASSOCIAÇÃO DE DANÇA POPULAR, PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO FOLKZITAS, NOS JARDINS DE INFÂNCIA DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, ANO LETIVO 2022/2023**
- 35 - PROPOSTA Nº. 1162/22 - EPEOCT 2020-2025 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS À FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (FCG) - INSTITUTO GULBENKIAN DE CIÊNCIA (IGC) E À UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (UNL) - INSTITUTO DE TECNOLOGIA QUÍMICA E BIOLÓGICA ANTÓNIO XAVIER (ITQB NOVA), NO ÂMBITO DA EOCT 2020-2025**
- 36 - PROPOSTA Nº. 1163/22 - DDPE - FUNCIONAMENTO DE CENTROS DE APOIO AO ESTUDO (CAE) NO ANO LETIVO DE 2022/2023**
- 37 - PROPOSTA Nº. 1164/22 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A VÁRIOS PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA “DESPORTO COM VALORES” - EIXO 6 - PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL E DOS COMPORTAMENTOS DESVIANTES DO CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA DE OEIRAS - 2022/2023**

- 38 - PROPOSTA Nº. 1165/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 698/2020 E SUA RENOVAÇÃO Nº. 142/2022 - JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA - 5º. BIMESTRE E NOVEMBRO DE 2022**
- 39 - PROPOSTA Nº. 1166/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 485/2020 E SUA RENOVAÇÃO Nº. 154/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUEIJAS - 5º. BIMESTRE 2022**
- 40 - PROPOSTA Nº. 1167/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 485/2020 E SUA RENOVAÇÃO Nº. 154/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUEIJAS - NOVEMBRO DE 2022**
- 41 - PROPOSTA Nº. 1168/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 683/2020 E SUA RENOVAÇÃO Nº. 146/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO - 5º. BIMESTRE E NOVEMBRO DE 2022**
- 42 - PROPOSTA Nº. 1169/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 480/2020 E SUA RENOVAÇÃO Nº. 244/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS - NOVEMBRO E 13 DIAS DE DEZEMBRO DE 2022**
- 43 - PROPOSTA Nº. 1170/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 481/2020 E SUA RENOVAÇÃO Nº. 158/2022, JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO - 4º. BIMESTRE DE 2022**
- 44 - PROPOSTA Nº. 1171/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 481/2020 E SUA RENOVAÇÃO 158/2022, JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO - 5º. BIMESTRE DE 2022**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

- 45 - PROPOSTA Nº. 1172/22 - GAF - ANULAÇÃO DE CABIMENTO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DE CÂMARA Nº. 581/2022 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO**
- 46 - PROPOSTA Nº. 1173/22 - GAF - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS PARA APOIO AO ENCARGO DECORRENTE DO ESPETÁCULO DE FOGO DE ARTIFÍCIO DE ENCERRAMENTO DAS FESTAS DO SENHOR JESUS DOS NAVEGANTES**
- 47 - PROPOSTA Nº. 1174/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 480/2020 E SUA RENOVAÇÃO Nº. 244/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS - 5º. BIMESTRE DE 2022**
- 48 - PROPOSTA Nº. 1175/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO JULIÃO DA BARRA, PARA APOIO AO PROJETO “MERCEARIA SOCIAL”**
- 49 - PROPOSTA Nº. 1176/22 - DCS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUEIJAS E JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DOS GABINETES DE ENFERMAGEM**
- 50 - PROPOSTA Nº. 1177/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA REFORÇO DE VERBAS A ENTIDADES PARCEIRAS, NO ÂMBITO DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL**
- 51 - PROPOSTA Nº. 1178/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À COOPERATIVA DE RÁDIO TÁXIS ALTO DA BARRA E À MULTITÁXIS -**

COOPERATIVA DE RÁDIO TÁXIS DE OEIRAS, PARA APOIO À DESLOCAÇÃO EM SERVIÇO DE TRANSPORTE DE TÁXI PARA O CENTRO DE VACINAÇÃO DE CARNAXIDE

- 52 - PROPOSTA Nº. 1179//22 - DP - SERVIÇOS COMPLEMENTARES AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 984/2021 - “AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS DE RAMOS DIVERSOS, PARA O MUNICÍPIO DE OEIRAS”**
- 53 - PROPOSTA Nº. 1180/22 - DP - CEDÊNCIA DA VIATURA LAND ROVER 90 SW, MATRÍCULA 44-97-SJ, À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO DAFUNDO**
- 54 - PROPOSTA Nº. 1181/22 - DP - ABSOLUTO PADEL, LDA. - RENÚNCIA AO DIREITO DE SUPERFÍCIE PARA CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO DE PADEL**
- 55 - PROPOSTA Nº. 1182/22 - DPCHM - EMPREITADA “67-DPCHM/2022 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO BAIRRO DOS NAVEGADORES - FASE II PORTO SALVO” - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO SIMPLIFICADO**
- 56 - PROPOSTA Nº. 1183/22 - GCAJ - ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO A FAVOR DO MUNICÍPIO DAS FRAÇÕES “J”, “L”, “M”, “V” E “X” DO DENOMINADO “CENTRO COMERCIAL DO ESPARGAL”, PROPRIEDADE DA FIDELIDADE, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**
- 57 - PROPOSTA Nº. 1184/22 - DRU - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 02/2019, RUA DOM SANCHO I, LOTE 6, CASAL DA CHOCA**
- 58 - PROPOSTA Nº. 1185/22 - GAEP - “MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.” - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 2º. TRIMESTRE, INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO 1º. SEMESTRE DE 2022**
- 59 - PROPOSTA Nº. 1186/22 - DOTPU - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

URBANA DE ALGÉS, CRUZ QUEBRADA E DAFUNDO

- 60 - PROPOSTA Nº. 1187/22 - DPCHM - Pº. 61/DH/2018 - “REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PARQUE URBANO DA QUINTA DA POLITEIRA - BARCARENA” - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS DA EMPREITADA, RESULTANTES DE ADAPTAÇÕES DE PROJETO - 7ª. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO**
- 61 - PROPOSTA Nº. 1188/22 - DRU - EMPREITADA “01/DRU/2020 - INFRAESTRUTURAS ZONA C - FASE I - LAJE” - APROVAÇÃO DA REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA Nº. 4**
- 62- PROPOSTA Nº. 1189/22 - DMOGAH - REVOGAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 369/2022 - ATRIBUIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - ESQUADRA DE PORTO SALVO**
- 63 - PROPOSTA Nº. 1190/22 - UPGO - Pº. 2020/113-DGEP - APROVAÇÃO DE REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA PARA “EXECUÇÃO DA CICLOVIA DA MEDROSA, ENTRE A ESTAÇÃO DA CP DE OEIRAS E A PRAIA DA TORRE”**
- 64 - PROPOSTA Nº. 1191/22 - GAEP - “MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.” - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2023**
- 65 - PROPOSTA Nº. 1192/22 - DD - ATRIBUIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO À ACADEMIA OLÍMPICA DE PORTUGAL, NO ÂMBITO DO PROJETO DE MEMÓRIA ORAL DO OLIMPISMO PORTUGUÊS**
- 66 - PROPOSTA Nº. 1193/22 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FUNDAÇÃO OBRA SOCIAL DAS RELIGIOSAS DOMINICANAS IRLANDESAS, CENTRO SAGRADA FAMÍLIA PARA APOIO AO “PROJETO SALA ABERTA - GRUPOS APRENDER, BRINCAR, CRESCER”, ANO LETIVO 2022/2023**
- 67 - PROPOSTA Nº. 1194/22 - DAEGA - LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS**

CONTEMPLADOS COM BOLSA DE MÉRITO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR - ANO LETIVO 2022/2023

- 68 - PROPOSTA Nº. 1195/22 - DPGRE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO JARDIM DE INFÂNCIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS NA SALA DA CRECHE**
- 69 - PROPOSTA Nº. 1196/22 - DAQV - CRIAÇÃO DE PREÇOS DE VENDA PARA EDIÇÃO VILLA OEIRAS COLHEITA 2012**
- 70 - PROPOSTA Nº. 1221/22 - GAP - REGULAMENTO DE APOIO EXTRAORDINÁRIO À RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE DOS OPERADORES ECONÓMICOS AFETADOS PELAS INTEMPÉRIES DE DEZEMBRO DE 2022 - APROVAÇÃO DO PROJETO**
- 71 - PROPOSTA Nº. 1197/22 - UPAG - CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, POR DIVISÃO EM LOTES, NA MODALIDADE DE FORNECIMENTO CONTÍNUO - RATIFICAÇÃO DA MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO (REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA)**
- 72 - PROPOSTA Nº. 1198/22 - DGEV - RATIFICAÇÃO DO ATO DE RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DO CONCELHO DE OEIRAS**
- 73 - PROPOSTA Nº. 1199/22 - DTGE - RETIFICAÇÃO DE DESIGNAÇÃO DE ENTIDADE E DESCABIMENTO DE VERBA, NO ÂMBITO DO PROJETO ANIMÀRUA**
- 74 - PROPOSTA Nº. 1200/22 - DBPL - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À LIGA DOS COMBATENTES, NO ÂMBITO DO PROJETO FIM DO IMPÉRIO**
- 75 - PROPOSTA Nº. 1201/22 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO DE CULTURA DE DESPORTO (CCD), PARA APOIO À FESTA DE NATAL DOS APOSENTADOS/2022**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

- 76 - PROPOSTA Nº. 1202/22 - UPGO - Pº. 2019/94-DEM - APROVAÇÃO DE REVISÃO DE PREÇOS EXTRAORDINÁRIA RELATIVA A “CONSTRUÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL, EM OEIRAS”**
- 77 - PROPOSTA Nº. 1203/22 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS SETE ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS DO CONCELHO DE OEIRAS PARA COLABORAÇÃO NA REGA DAS ÁRVORES PLANTADAS NOS ÚLTIMOS 5 ANOS**
- 78 - PROPOSTA Nº. 1204/22 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, ÀS SETE ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS - 2º. A 4º. TRIMESTRE**
- 79 - PROPOSTA Nº. 1205/22 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS OBRAS DE RECUPERAÇÃO REALIZADAS NO QUARTEL DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS DO DAFUNDO**
- 80 - PROPOSTA Nº. 1206/22 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE FORMAÇÃO PRÁTICA ÀS SETE ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS**
- 81 - PROPOSTA Nº. 1207/22 - GCAJ - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO DE PERMISSÕES ADMINISTRATIVAS, TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, REGULAMENTO Nº. 364/2012**
- 82 - PROPOSTA Nº. 1208/22 - PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL E PLANO DE ACESSIBILIDADE DE OEIRAS - SUBMISSÃO A DISCUSSÃO PÚBLICA**
- 83 - PROPOSTA Nº. 1209/22 - DTGE - CIRCO VÍTOR HUGO CARDINALI - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVAS AO ALUGUER, COLOCAÇÃO, RETIRADA E HIGIENIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS**

- 84 - PROPOSTA Nº. 1210/22 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 37ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 85 - PROPOSTA Nº. 1211/22 - USG - Pº 1074/DCP/2022 - DECISÃO DE CONTRATAR - APROVAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO E PEÇAS DO PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA HUMANA PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO DA ESPAP, IP (LOTE 3)**
- 86 - PROPOSTA Nº. 1212/22 - DPOC - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS APLICÁVEIS A IMPOSTOS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS**
- 87 - PROPOSTA Nº. 1213/22 - DOT - DECLARAÇÃO AMBIENTAL REFERENTE AO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO PDM DE OEIRAS PARA ADEQUAÇÃO AO NOVO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL**
- 88 - PROPOSTA Nº. 1214/22 - SIMAS - CICLO TARIFÁRIO DOS SIMAS PARA 2023 - PD Nº. 324-SIMAS/2022**
- 89 - PROPOSTA Nº. 1215/22 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO, AO ABRIGO DE CRITÉRIOS MATERIAIS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE OBJETOS POSTAIS - PD Nº. 326-SIMAS/2022**
- 90 - PROPOSTA Nº. 1216/22 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO, AO ABRIGO DE CRITÉRIOS MATERIAIS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADA À EXPEDIÇÃO DE OBJETOS POSTAIS - PD Nº. 327-SIMAS/2022**
- 91 - PROPOSTA Nº. 1217/22 - DCA - APROVAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A COMPANHIA DE ACTORES - GRUPO DE TEATRO E ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CONSEQUENTE ATRIBUIÇÃO**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

- 92 - PROPOSTA Nº. 1218/22 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À
TEATRO DRAMA X - ASSOCIAÇÃO - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO PARA
PROGRAMAÇÃO TEATRAL, NO AUDITÓRIO MUNICIPAL EUNICE MUÑOZ**
- 93 - PROPOSTA Nº. 1219/22 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 38ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL
PERMUTATIVA**
- 94 - PROPOSTA Nº. 1220/22 - DPOC - RECONHECIMENTO DA CONCESSÃO DE ISENÇÃO
DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS (IMT),
REDUÇÃO DE IMI EM 20%**
- 95 – DESEJOS DE BOAS FESTAS**
- 96 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2022 ---

----- ATA NÚMERO TRINTA/DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

----- Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Doutora Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo. -----

2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----

----- Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de doze de dezembro de dois mil e vinte e dois a dezoito de dezembro de dois mil e vinte e dois, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e dois, constatando-se um saldo orçamental positivo de cinquenta e três milhões seiscentos e cinquenta e seis mil trezentos e quarenta e três euros. -----

3 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS: -----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados nas reuniões do Conselho de Administração dos SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora, realizadas nos passados dias doze de dezembro e dezasseis de dezembro, os quais são: -----

-----Reunião de doze de dezembro: -----

-----“ - Informações:-----

-----Tomou conhecimento do resumo diário da tesouraria à data;-----

-----Aplicação de Tarifas Sociais - Adiada do Conselho de Administração de vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois - Retirada; -----

-----Tomou conhecimento da reconciliação bancária de outubro de dois mil e vinte e dois;

-----Apreciação da proposta de metodologia a aplicar na Manutenção e Instalação de bebedouros nos Municípios de Oeiras e Amadora. Plano de Intervenção - anos de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro - Retirada.-----

----- - Propostas de deliberação: -----

-----Orçamento e Grandes Opções do Plano dois mil e vinte e três - (adiada no Conselho de Administração de vinte e nove de novembro dois mil e vinte e dois) - Adiada (doze de dezembro de dois mil e vinte e dois);-----

-----Calendarização das reuniões do Conselho de Administração para dois mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Abertura de procedimento por ajuste direto, ao abrigo de critérios materiais, para a prestação de serviços destinados ao licenciamento e de manutenção corretiva e evolutiva da solução “FootPrints Service Core Suite”, com consulta à empresa “FACTIS - Engenharia e Tecnologias de Informação, Limitada”, pelo preço base de vinte e um mil setecentos e quarenta euros, acrescidos de IVA, com um prazo de execução de trinta e seis meses, a ocorrer de vinte de



Câmara Municipal
de Oeiras

janeiro de dois mil e vinte e três a dezanove de janeiro de dois mil e vinte e seis - Adiada;-----

----- Abertura de procedimento por concurso público para a prestação de serviços destinados à contratação de um Técnico Responsável pela Exploração (TRE) para as instalações elétricas dos SIMAS de Oeiras e Amadora, pelo preço base de trinta e seis mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de três anos, com a execução do contrato a ocorrer nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de procedimento por concurso público, destinado à aquisição de reagentes do tipo “Hach” ou equivalente, para o funcionamento de diversos equipamentos da marca “Hach”, pelo preço base de trinta e seis mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de três anos, a desenvolver nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis - Adiada;-----

----- Abertura de procedimento por concurso público para a prestação de serviços destinados à manutenção preventiva dos geradores de eletricidade dos SIMAS para o triénio dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e cinco, pelo preço base de vinte e um mil e quatrocentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de mil e noventa e cinco dias, a executar nos anos dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Abertura de procedimento por concurso público destinado à prestação de serviços de manutenção dos equipamentos sistema AVAC dos edifícios dos SIMAS na Brandoa, Algés e Amadora para o triénio dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e cinco, pelo preço base de quarenta e três mil e quinhentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de trinta e seis meses, a desenvolver nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de procedimento por concurso público para a celebração de acordo-quadro

para a execução da empreitada “Generalista dois mil e vinte e três de Redes de Águas Residuais e Pluviais no Concelho de Oeiras”, pelo preço base de cento e trinta e três mil quatrocentos e setenta e quatro euros e oitenta e seis cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a desenvolver num prazo máximo de cento e oitenta dias, prevendo-se que a mesma decorra entre fevereiro e julho de dois mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Abertura de procedimento por concurso público para a celebração de acordo-quadro para a execução da empreitada destinada a diversos trabalhos, no âmbito da manutenção dos edifícios dos SIMAS - Anos de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e seis, pelo preço base de cento e quarenta e nove mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a desenvolver num prazo máximo de mil e noventa e cinco dias, prevendo-se que a mesma decorra nos anos de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e seis - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Abertura de procedimento por concurso público, destinado à prestação de serviços de manutenção de sete postos de transformação elétricos dos SIMAS, para o triénio de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e cinco, pelo preço base de nove mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a desenvolver num prazo máximo de mil e noventa e cinco dias, a executar nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Procedimento, no âmbito do concurso público, destinado à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de purificação de água da marca tipo “Elga”, por um período de três anos, a decorrer entre dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e cinco - Adjudicação à entidade “Enkrott - Gestão e Tratamento de Águas, Sociedade Anónima”, pelo preço de vinte e quatro mil oitocentos e noventa e nove euros e noventa e sete cêntimos, acrescido de IVA à taxa em vigor, pelo prazo de execução de três anos, a decorrer entre os anos de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e cinco - Adiada;-----

-----Procedimento por ajuste direto, em função de critérios materiais, para a prestação de



Câmara Municipal
de Oeiras

serviços do sistema de gestão comercial (Aquamatrix) e respetivos serviços conexos, na modalidade de tarefa - Adjudicação à empresa “EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres, Sociedade Anónima”, pelo valor de cento e quarenta e seis mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de nove meses, a desenvolver no ano de dois mil e vinte e três, com início previsto após a cessação do contrato em vigor - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Procedimento por concurso público para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de purificação de água da marca, tipo ”Milipore”, por um período de três anos, entre dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e quatro - Autorização para o reescalonamento e cabimentação do procedimento - Adjudicação à empresa “Type Solution”, pelo valor de dezasseis mil trezentos e cinquenta e sete euros e oito cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a decorrer durante três anos , com o prazo de execução de trinta e seis meses - Adiada;-----

----- Procedimento por ajuste direto, ao abrigo de critérios materiais, para a prestação de serviços destinados à aquisição de objetos postais - Adjudicação à empresa “CTT - Correios de Portugal, Sociedade Anónima”, pelo preço de seiscentos e quinze mil e quarenta euros, isento de IVA, com um prazo de execução de quatro meses, renovável por igual período de tempo num total de oito meses, a ocorrer de dezembro de dois mil e vinte e dois a julho de dois mil e vinte e três, ou até que seja outorgado o contrato referente ao concurso público aberto e em curso para o idêntico fim - Retirada;-----

----- Procedimento por ajuste direto, em função de critérios materiais, para a manutenção temporária do Módulo Rocail - Contabilidade e Gestão - Adjudicação à empresa “Rocail - Técnicos de Informática, Limitada”, pelo preço base de cinquenta e nove mil novecentos e trinta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Relatório final (artigo centésimo vigésimo sexto, do Código de Procedimento

Administrativo) relativo ao pedido de revisão de preços ao abrigo do Decreto-Lei número trinta e seis, de dois mil e vinte e dois. Procedimento do concurso público número vinte e um mil e dez, de dois mil e vinte e um, de fornecimento contínuo de material codificado em Armazém de Economato, para os anos de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Procedimento por concurso público internacional para a aquisição de serviços de Gestão de Cobrança por Entidades Externas - Retificação de lapsos materiais - Concurso público internacional quarenta e sete/dois mil e vinte e dois/cento e trinta e nove - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Ciclo Tarifário para o ano de dois mil e vinte e três - Adiada;-----

-----Nona Alteração Orçamental Permutativa das despesas corrente e capital - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto.”-----

-----Reunião de dezasseis de dezembro:-----

-----“ - Propostas de deliberação:-----

-----Ciclo Tarifário para o ano de dois mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Procedimento por ajuste direto, ao abrigo de critérios materiais, para a prestação de serviços destinados à aquisição de objetos postais - Adjudicação à empresa “CTT - Correios de Portugal, Sociedade Anónima”, pelo preço de seiscentos e quinze mil e quarenta euros, isentos de IVA, com um prazo de execução de um a trinta e um de janeiro de dois mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Abertura do procedimento por ajuste direto, no âmbito dos critérios materiais, para a prestação de serviços de expedição de objetos postais, à empresa “CTT - Correios de Portugal, Sociedade Anónima”, pelo preço base de oitocentos e cinquenta e nove mil e duzentos euros, valor isento de IVA, pelo prazo de execução de doze meses, a decorrer nos anos de dois mil e



Câmara Municipal
de Oeiras

vinte e três e dois mil e vinte e quatro - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto.”-----

4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

----- Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

----- Número quinhentos e trinta e seis, remetendo cópia da deliberação sobre “Moção de solidariedade com as vítimas das inundações do dia sete de dezembro, em Algés”, apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal, na qual deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés e um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, e com quatro abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e uma do Partido Chega, associar-se às manifestações de pesar pela trágica perda de uma vida humana ocorrida em Algés e prestar a sua homenagem a quantos contribuíram para minimizar os perigos e as consequências decorrentes deste inusitado fenómeno atmosférico.-----

----- Número quinhentos e trinta e oito, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número mil e vinte e três, de dois mil e vinte e dois - DP - Concessão de exploração - Mercado Municipal de Linda-a-Velha - Abertura de procedimento, na qual deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, com três votos contra do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras

e com duas abstenções da Coligação Democrática Unitária, aprovar a decisão de contratar, através de um procedimento, por concurso público, para a requalificação e exploração do Mercado Municipal de Linda-a-Velha; -----

-----O programa do procedimento e respetivos anexos e o caderno de encargos e respetivos anexos do concurso público em causa; -----

-----A designação dos elementos que compõem o júri, a quem compete a condução do procedimento; -----

-----A delegação de competências no júri do procedimento;-----

-----Fixar em sessenta dias o prazo para apresentação de propostas; -----

-----Designar os gestores do contrato para o acompanhamento da execução do projeto de requalificação do Mercado Municipal e para o acompanhamento da gestão e funcionamento do Mercado Municipal. -----

-----Número quinhentos e trinta e nove, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número mil e setenta e oito, de dois mil e vinte e dois - DRU - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Carnaxide, na qual deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, aprovar a Área de Reabilitação Urbana de Carnaxide. -----

5 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** declarou aberto o período para intervenção do público, tendo usado da palavra o seguinte munícipe:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O **Primeiro** que disse: -----

----- “A minha presença aqui tem a ver com o facto de morar perto do Rio Jamor, não tive cheia, mas o rio ficou muito danificado e se houver outra cheia vamos ter problemas, porque o rio ficou com as paredes laterais todas estragadas, havia um passeio pedonal entre a Senhora da Rocha e a Gandarela e agora não existe, e passa ali muita gente. -----

----- Agora está a chover, mas gostaria que se deslocassem ao local para ver, porque tem muitas árvores e se as árvores entancam na ponte da Senhora da Rocha vamos ter inundações, de certeza.” -- -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** respondeu o seguinte: -----

----- “Os Serviços do Município estão a acompanhar desde o primeiro momento todas as situações, tanto o Senhor Presidente, como os Serviços, nomeadamente a Proteção Civil, a DOM e o Ambiente, andam a ver as cheias em todo o lado e a monitorizar tudo. -----

----- Há sempre hipótese de acontecer tragédias, mas estamos a monitorizar e a evitar problemas de maior, permanentemente.”-----

6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE: -----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** teceu as seguintes informações:-----

----- “Gostaria de presentear-vos, não em jeito de prenda de Natal como aqui já disseram, mas deixar-vos uns saquinhos que temos vindo a distribuir nos nossos mercados biológicos. -----

----- No dia dez deste mês, entregámos nos jardins de Algés e de Paço de Arcos, não só para promover e dinamizar estes mercados, mas também para promover a diminuição do uso de plásticos, através da reutilização destes próprios sacos e aqui queria também deixar uma palavra ao Gabinete de Comunicação, que fizeram a nova imagem para os mercados biológicos e também todo este “merchandising”.-----

----- - Ainda no dia dez, fizemos um evento, que muitos de vós conheceu e acompanhou, que foi o Natal no Mercado, realizou-se no Mercado Municipal de Oeiras, foi um sucesso, não só

pelo número de visitantes, foram mais de mil, mas também porque reunimos agora recentemente com a organização e tal o entusiasmo que já querem preparar a edição para dois mil e vinte e três, com mais dias de evento, pois os próprios comerciantes assim o pediram. -----

----- - No dia onze de dezembro, estive presente no almoço do centésimo trigésimo oitavo aniversário dos Bombeiros Voluntários de Oeiras, não como Vereadora, mas como membro do Conselho Fiscal desta mesma cooperação, desejando que em dois mil e vinte e três esta mesma festa possa ser no novo quartel, com toda a pompa e circunstância, que assim merecem. -----

----- - Deixar uma palavra de reconhecimento a todas as forças vivas do Concelho, em especial aos Bombeiros, à Proteção Civil, aos trabalhadores da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia, pelo seu esforço e empenho na salvaguarda da população e recuperação dos danos, que se verificaram nos passados dias oito e treze de dezembro. -----

-----O PSD acompanhou de perto os mais recentes episódios de cheias em Oeiras, o PSD Oeiras já transmitiu publicamente e agora aqui eu reforço, estamos solidários, não só com todos os oeirenses, que neste momento sofrem com as cheias que se verificaram ao longo do nosso Concelho, principalmente na zona de Algés e que se as alterações climáticas são hoje por demais evidentes, tudo o que foi feito numa realidade diferente até então urge ser repensado, reajustado e alterado para que seja possível mitigar o impacto no nosso Concelho destas situações que estamos hoje a viver. -----

-----Importa, no imediato, ajudar quem precisa, apoiar a população, mas também importa encontrar soluções para um futuro que se quer melhor e mais seguro para todos. -----

-----Assim, associamo-nos também e saudamos a proposta que o Senhor Presidente tem vindo a fazer e que hoje, provavelmente irá trazer à reunião de Câmara, de apoio financeiro às atividades económicas de forma a mitigar os impactos destas cheias, sobre aquilo que não for coberto pelas respetivas seguradoras. -----

-----Dar ainda nota que o PSD Oeiras hoje e como no passado estará na primeira linha da



Câmara Municipal
de Oeiras

defesa dos interesses e da melhoria de vida de todos os oeirenses.”-----

7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA: -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Rocha** prestou à Câmara as seguintes informações:---

----- “Eu não posso deixar de começar esta intervenção sem falar da entrega de casas que decorreu no passado dia dezanove de dezembro.-----

----- Para quem lá esteve, penso que não é excessivo dizer que foi uma festa muito bonita, muito emocionante, muito envolvente, não só para quem recebeu as casas, mas também para quem assistiu a todo aquele momento, realmente, as pessoas ligam-se a pessoas e quando vemos que há quem deu aqui um salto de vida, não é possível nós não ficarmos felizes com isso mesmo.

----- Sobre a entrega de casas, fazer um pequeno apanhado, foram dezoito famílias carenciadas, destas famílias carenciadas oito são monoparentais, porque é que eu estou a dizer isto? -----

----- Porque efetivamente tem vindo um aumento significativo de famílias monoparentais, tem muito a ver como é que a nossa sociedade se desenvolve atualmente e daí ser importante os critérios de atribuição das casas serem constantemente revisitados e pensados para irmos ao encontro das necessidades das pessoas que nos pedem casas.-----

----- Destas famílias, catorze estão no ativo, ou seja, são trabalhadores, três estão desempregados e uma família estão na reforma. -----

----- Dizendo isto, o rendimento médio das famílias é oitocentos e oitenta e nove euros e a renda média se fixou nos oitenta e nove euros. -----

----- Provavelmente, os Senhores Vereadores não fizeram estas contas quando eu trouxe aqui cada proposta, mas eu estou aqui a fazer esse resumo. -----

----- Depois metem-se muito comigo, pelo facto, de eu me comover quando entrego as casas, mas é que para vocês é a Maria Albertina que vai receber um T Dois, mas para mim é a história da Maria Albertina que vai receber um T Dois, eu sei a história da pessoa e no dia em

que efetivamente as pessoas que eu conheço a história e que eu sei a mudança de vida que vai trazer para aquela família ou para aquela pessoa se isso não me comover, Senhor Presidente, será o dia em que eu lhe ponho o meu lugar à disposição. -----

-----Ainda não tive oportunidade de falar aqui com o Senhor Vereador Nuno Neto, dizer que hoje fui à Outurela/Portela, porque o Senhor Vereador Nuno Neto entregou-me aqui uma casa, nós temos uma família na Outurela Portela que tem dois filhos, um com problema de saúde a nível ósseo e um outro miúdo com problema de saúde, que é autista. -----

-----É uma família que teve casa há uns tempos, mas foi uma casa no rés-do-chão, foi um caso que veio aqui à reunião de Câmara na altura da Senhora Vereadora Teresa Bacelar, a mãe queixou-se que o miúdo não conseguia dormir porque era um rés do chão e faziam muito barulho, colocámos vidros duplos, os vidros duplos não davam, colocámos vidros triplos, os vidros triplos não davam, então vamos mudar a família no mesmo bairro para o andar superior para efetivamente o som ser mais abafado, isto tem que ser uma dança entre mim e o Senhor Vereador Nuno Neto.-----

-----Foi espetacular, porque fizeram uma obra, puseram na mesmo vidro duplo e eu hoje fui levar a chave para essa família fazer essa mudança e a mãe chorava e dizia que efetivamente nós cuidamos, acho isso fantástico, porque não é só, há uma família de um lado, há uma casa do outro lado e nós encaixamos, não, há esse cuidado. Não está bem? Então vamos voltar aqui e encaixar. Está muito barulho? Então vamos colocar vidros duplos. Não dá? Triplos, por aí fora. -

-----Eu acho que é importante este cuidado que a obra tem, provavelmente o Senhor Vereador Nuno Neto não ia falar, mas eu tinha de falar e foi espetacular. -----

-----Eu tenho que falar da comunicação, muitas vezes as pessoas dizem que a comunicação é propaganda, mas eu não sei como é que nós conseguimos comunicar as intempéries convenientemente para a população se efetivamente não houvesse uma comunicação assertiva e focado ao momento.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Eu recebi mais de mil telefonemas, eu recebi mais de mil SMS, eu desde as quatro horas da manhã que mandei os meus colegas da comunicação fazerem “posts”, criar imagens, ninguém se recusou, levantaram-se da cama e fizeram os “posts”, criaram uma página e a todo o momento estavam a dizer às pessoas, atenção a estrada não sei das quantas está cortada, atenção, o mercado já foi reaberto, atenção já foi fechado, atenção há isto e àquilo. -----

----- Comunicar é isto e é fundamental comunicar. -----

----- Efetivamente não posso estar mais orgulhosa das pessoas da Comunicação, porque estiveram incedíveis nestas intempéries e foi fundamental, foram redirecionadas, foram focadas e tivemos uma equipa constantemente no terreno a tentar chegar aos sítios e a tentar informar a nossa população. -----

----- Depois dizer que entre a Divisão de Coesão Social e a Habitação Social, de cada vez que nos pediam técnicas para ir a uma família que ficou sem casa ou que ficou sem eletrodomésticos ou que precisou de roupa, a verdade é que funcionou muito bem. -----

----- Hoje uma técnica da Habitação Social, a doutora Júlia, dizia-me assim: “Sabe, é que nós fizemos, mas nós fazemos com o coração”, e eu acho que isto é um superlativo de vida e realmente, quando me perguntam o que é que é ser funcionário público e vestir a camisola, é fazer o trabalho com coração e eu estou muito orgulhosa desta Câmara.” -----

8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO: -----

----- O Senhor Vereador Nuno Neto informou a Câmara do seguinte: -----

----- “No dia doze, estive presente na inauguração da ligação viária de Miraflores à CRIL, é um eixo importantíssimo para não só desviar o trânsito, mas desviar também toda a pressão sobre a baixa de Algés. -----

----- - No dia dezassete, ocorreu a festa de Natal para os associados da Pombal Vinte e Um, em especial os associados seniores. -----

----- - Ontem e hoje, estivemos a realizar a entrega de cabazes às famílias carenciadas.-----

----- - Ontem, foi um dia especial, porque de manhã esta Câmara Municipal teve dinheiro para entregar três mil e quinhentos cabazes às famílias do parque habitacional municipal, também teve dinheiro para numa colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa e Amadora dar pela primeira vez um liceu à Ilha do Príncipe e cumprimentar o Senhor Presidente do Governo do Príncipe, o nosso ex-colega Filipe Nascimento que esteve connosco ontem.-----

-----É uma vitória importantíssima para a ilha, como dirá aqui o meu colega Pedro Patacho já a seguir, a educação é o elevador social para o sucesso e o Príncipe pela primeira vez tem um liceu e um polo universitário.-----

-----É a mesma Câmara Municipal, que depois ao fim da tarde não deixa faltar dinheiro para nada e aprova um orçamento de duzentos e quarenta e cinco milhões de euros.-----

-----Dizer que duzentos e quarenta e cinco milhões parece muito, mas são muitos milhões de financiamento externo e muitos milhões do erário público municipal para que nada falte a ninguém em Oeiras e, portanto, Senhor Presidente de todas as informações e de toda a agenda parece-me que esta é mais importante, que para o ano continue a não faltar nada a ninguém e continuaremos a estar cá pelas pessoas.-----

-----Estamos cá pelas pessoas e agarrando agora na entrega de casas dar uma notícia boa, nas intempéries não tivemos nenhum problema resultante daquela abrupta queda de água nos bairros municipais, é uma notícia que podia passar despercebida, mas significa que temos feito a manutenção correta e temos estado em cima de todos os problemas.-----

-----A entrega de casas é verdade, é uma cerimónia emocionante, mas a emoção na habitação vive-se todos os dias.-----

-----Quando a Senhora Vereadora Carla Rocha entrega casa a esta criança autista, eu lembrava-me que essa casa foi uma casa especial, sabemos que são duas crianças e uma é especial e, por isso, tem havido o cuidado de em cada casa haver uma coisinha diferente.-----

-----Se numa casa o engenheiro que acompanhou a obra preparou um candeeiro que fez,



Câmara Municipal
de Oeiras

noutra deixou uma mensagem simpática.-----

----- Nesta casa, porque a criança era especial o quarto foi preparado com aquelas brincadeiras que todas as crianças gostam quando chegam a casa, de ter um quarto de criança e provavelmente, é a primeira vez que terá um quarto de criança e nesta leva de casas houve duas ou três que tiveram esse mimo especial, o que significa que não é efetivamente uma casa qualquer para integrar uma família qualquer, é uma casa preparada para acolher uma família especial e é isto que torna os nossos dias especiais, é isto que tentamos fazer todos os dias. -----

----- Dar também nota, que na sequência das cheias que invadiram o nosso Jardim Municipal, fomos obrigados a transferir os serviços do Centro Apoio Animal para o CROAMO nos últimos dias, mas nada foi interrompido, tudo continuou na medida do possível e dentro da normalidade.”-----

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO:-----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte:-----

----- “Eu começaria por me referir às intempéries que atravessámos agora recentemente e solidarizar-me com os colegas que já falaram e testemunhar também na minha pessoa aquilo que foi um esforço coletivo liderado pelo Senhor Presidente da Câmara, mas também o esforço coletivo deste Executivo, de todos os Serviços da Câmara Municipal, da Proteção Civil, enfim, de todos que se uniram para dar as melhores e as mais adequadas respostas, o mais rapidamente possível àquilo que foram as dificuldades que enfrentámos. -----

----- No caso concreto, por exemplo, da nossa rede escolar, os Serviços do Departamento de Educação estiveram permanentemente ativos e eu próprio também, a visitar os espaços escolares, a acompanhar os Diretores, as equipas das escolas, quer da rede pública, quer das IPSS e das instituições privadas a perceber quais foram os danos nos equipamentos que daí resultaram e acompanhar as instituições e as pessoas na resolução dos problemas.-----

-----Esse trabalho está já inventariado. -----

----- - No dia dez de dezembro, curiosamente, mal sabíamos nós que poucos dias depois ia acontecer isto, estive presente com o Senhor Artur Campos, o Presidente da Associação Desportiva de Oeiras, na Taça Vila Oeiras de Patinagem Artística, onde fomos visitados por vários clubes da nossa região.-----

-----Estive lá com a doutora Madalena Castro, Presidente da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, todos os presentes estavam a elogiar as recentes intervenções de beneficiação e conservação do Pavilhão da ADO e estávamos muito contentes com isso, mal sabíamos nós aquilo que nos ia bater à porta poucos dias depois, mas é algo que está já a ser tratado.-----

-----A União de Freguesias em articulação com a Câmara Municipal e o clube está a intervir e tenho a certeza, que logo que possível, teremos condições de voltar a ter o pavilhão limpo e arrumado e em condições de poder ser utilizado. -----

----- - Nesse mesmo dia à noite, compareci à cerimónia anual da Federação Portuguesa de Padel onde entregou o “Best Padel Awards”, entregaram prémios aos vários agentes desportivos e atletas do universo desta modalidade e foi com enorme prazer que vi distinguido um clube do nosso Concelho, de Porto Salvo, a Oeiras Padel Academy, que ganhou dois importantes prémios, o Prémio Melhor Clube do Ano e o Prémio Empreendedorismo e, por essa razão, Senhor Presidente, eu proponho à Câmara Municipal um voto de louvor à Oeiras Padel Academy, que nasceu há muito pouco tempo e em muito pouco tempo tornou-se o melhor Clube de Padel de Portugal.---

----- - No dia doze de dezembro, ocorreu a quarta reunião ordinária do Conselho Municipal de Juventude de Oeiras, onde tivemos oportunidade de discutir um pouco sobre aquilo que foram as Jornadas Diocesanas da Juventude, sobre aquilo que vão ser as Jornadas Mundiais, fazer uma breve análise daquilo que se perspectiva que venham a ser as GOP, Orçamento e Plano



Câmara Municipal
de Oeiras

de Atividades para a área do pelouro da Juventude em dois mil e vinte e três e no início faremos a nova reunião para acolher o parecer do Conselho, relativamente a estes instrumentos estratégicos, uma vez aprovados. -----

----- - No dia catorze, teve lugar mais uma reunião da Comissão de Acompanhamento e Monitorização da Transferência de Competências no Domínio da Educação, houve algumas novidades, o membro da Administração Central presente na reunião, avançou que está previsto para o final do primeiro trimestre de dois mil e vinte e três e segundo semestre de dois mil e vinte e três, finalmente a publicação das Portarias que se aguardam já desde dois mil e vinte e um, relativamente ao financiamento da despesa das competências transferidas para as autarquias locais, essa terá sido a novidade da reunião, vamos ver se assim será.-----

----- - No dia dezasseis, tive oportunidade de acompanhar a Presidente da União de Freguesias, doutora Madalena Castro, numa belíssima iniciativa, e aproveitei para dar os parabéns à Senhora Presidente, à União de Freguesias e à sua equipa, que foi a visita do Pai Natal às escolas de Oeiras. -----

----- - No dia dezassete, estive presente no Sarau de Natal da União Recreativa do Dafundo e quero a partir daqui também dar os parabéns a este clube. -----

----- Estava o Pavilhão Celorico Moreira cheio de pessoas, eram quase seiscentos espectadores que estavam ali, famílias e amigos daqueles atletas e daquele clube, foi uma demonstração de vitalidade da União Recreativa do Dafundo e da força que esta modalidade da ginástica tem naquele clube e pude também observar uma coisa muito interessante, porque muitas vezes os clubes têm uma tendência para viver de costas voltadas uns para os outros e terem uma cultura de muito fechamento, relativamente uns aos outros, e a União Recreativa do Dafundo está a estabelecer pontes com os clubes do Concelho para estabelecer núcleos de ginástica noutros clubes que ainda não têm ginástica.-----

----- Foi assim que eu vi lá presente numa relação de grande parceria com o Primeiro

Dezembro, de Queijas e tive conhecimento que nos Unidos Caxienses poderá surgir também dentro de pouco tempo o Núcleo de Ginástica.-----

-----Gostaria de dar os parabéns à União Recreativa do Dafundo e à Presidente da Direção, por este belíssimo trabalho que está a fazer de desenvolvimento da modalidade ginástica no nosso Concelho.-----

----- - Dia dezoito, teve lugar, no Clube Desportivo de Paço de Arcos um espetáculo de Natal de patinagem artística, também muito concorrido pela nossa comunidade, pelas famílias, atletas e amigos do clube.-----

----- - No dia dezanove, visitei as instalações do Agrupamento Sete Nove Sete Escuteiros, na praia de Santo Amaro de Oeiras e ali, localmente, tomei contacto daquilo que têm sido as atividades do clube dos escuteiros e quais são as suas necessidades.-----

----- - Dia dezanove, como já foi dito, tivemos uma cerimónia lindíssima de entrega de chaves de habitação municipal, a Vereadora Carla Rocha já se referiu a isto, não me vou alongar, dizer apenas que foi uma cerimónia alegre, cheia de vida, com muito entusiasmo e boa disposição.-----

-----Foi uma festa de união, de solidariedade em que nos associámos à resolução dos problemas, das vidas daquelas pessoas e à satisfação das suas necessidades, através das nossas políticas de habitação municipal e sentia-se, de facto, a felicidade no ar daquelas pessoas e de nós todos que ali estivemos.-----

----- - Ontem, também ocorreu a entrega dos cabazes de Natal, acompanhei os colegas Vereadores nessa já tradicional entrega dos cabazes de Natal, também com muito entusiasmo junto da comunidade.-----

----- - Depois tornou-se público o acordo entre o Município de Lisboa, Amadora e Oeiras e a Região Autónoma do Príncipe, com vista à construção do liceu e o futuro polo universitário. -

-----É, de facto, um marco extraordinariamente importante, em primeiro lugar, porque é



Câmara Municipal
de Oeiras

uma aspiração muito antiga da população do Príncipe e em segundo lugar, porque é um exemplo de colaboração intermunicipal num programa de cooperação descentralizada, beneficiando uma região, neste caso a Região Autónoma do Príncipe, satisfazendo uma necessidade, uma aspiração dos governantes da região e das populações, indo ao encontro daquilo que é mais central, mais essencial para o desenvolvimento dos povos, que é a educação.-----

----- Eu não me vou alongar muito mais sobre isto, aliás, porque é um pelouro do Senhor Vice-Presidente, sei que ele tem um carinho muito grande por este projeto e vai falar dele. -----

----- - Hoje de manhã, tive oportunidade de realizar a sessão de abertura de um Encontro Científico no ITQB, nós recebemos no ITQB toda a Comunidade Nacional de Investigadores Científicos na Área da Informática e foi uma oportunidade para divulgar a nossa Agenda para a Ciência, os programas que temos em curso, as bolsas, o apoio à inovação, enfim, uma série de coisas através das quais estamos a apoiar os Centros de Investigação e as Equipas de Investigação do nosso Concelho, e divulgar isto junto de todos estes investigadores que são um pouco de todo o País. -----

----- Para terminar, queria propor à Câmara Municipal, um voto de pesar, esta semana tivemos a notícia do falecimento do Senhor Presidente da Direção do Grupo Recreativo de Tercena, o Senhor José Ventura, foi uma perda para o clube, para a comunidade e para aquele projeto associativo e, por isso, propunha um voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Direção do Grupo Recreativo de Tercena, José Ventura.” -----

10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES:-----

----- O Senhor Vereador Armando Soares informou a Câmara do seguinte: -----

----- “Gostava no tempo que tenho e tentando ser o mais sintético possível, começar por dizer que estive presente também em muitas das iniciativas dos Vereadores que me antecederam nas suas intervenções. -----

----- Destacar a entrega de habitação municipal, que é sempre aquele momento em que a

Vereadora Carla Rocha diz que se emociona, não é a única, eu também me é impossível conter as lágrimas, já na altura que não estava nestas funções, mas já assistia a esses eventos e sempre me comovia por maioria de razão, agora, é completamente impossível, é daqueles eventos que é mesmo chorar até às pedras da calçada. -----

-----Quando nos tentamos colocar minimamente naquela posição e pensar se algum de nós não teve ainda nessa posição e nunca se sabe se não poderá vir a estar, porque a vida dá voltas e muitas e muitas daquelas famílias não foram sempre pobres, algumas ficaram e a vida é exatamente isto, é uma mudança constante para a qual devemos estar sempre preparados, estes são momentos que nos tocam sempre muito e a mim também me tocaram. -----

----- - Depois dizer e também não poderia fugir a isto, o Senhor Vereador Pedro Patacho falou do Sarau de Natal na União Recreativa do Dafundo, foi uma instituição que eu presidi até vir para estas funções, aliás, deixei precisamente de a presidir por vir para estas funções e por entender, que apenas, os Bombeiros Voluntários do Dafundo, que têm uma tradição já familiar é uma instituição que não consegui deixar de presidir, mas entendi de todas as restantes me deveria afastar, porque às vezes, não basta ser, é preciso parecer, e no caso da União Recreativa do Dafundo é uma instituição pela qual tenho muito carinho, tinha tudo para ser um vão de escada, mas a verdade, é que é um clube que tem dado cartas e cartas a altos níveis na área de desporto e no caso da ginástica aeróbica são mesmo campeões nacionais em termos de juniores e em termos infantis, o que é, de facto, um feito verdadeiramente notável, não para as Administrações que lá têm passado, mas pelos seus treinadores e para as crianças que se empenham muito com o apoio das suas famílias, por isso, foi também com muito gosto que lá estive a verificar que os clubes conseguem passar por várias direções, aprovar as estruturas e continuarem sólidos e muitos clubes do nosso Município são precisamente assim. -----

----- - Destaco também, uma presença que tive no almoço da Carris Metropolitana, dos Transportes Metropolitanos de Lisboa e da Área Metropolitana de Lisboa, também não deixa de



Câmara Municipal
de Oeiras

ser curioso em dezoito Concelhos poderiam ter escolhido um sítio para poder fazer o seu almoço de Natal, escolheram Oeiras, significa que, afinal, este Concelho continua a ser de referência para a própria Área Metropolitana de Lisboa e foi com muito gosto que lá estive presente em representação do Município.-----

----- Sem perder mais tempo agora com outras iniciativas onde estive presente, até porque alguns dos Senhores Vereadores, o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Presidente irão falar sobre elas, mas não posso fugir às intempéries, porque é um daqueles momentos em que nós conseguimos mostrar enquanto povo e aqui enquanto comunidade oeirense, que é nas necessidades e nas dificuldades, que nos conseguimos reinventar.-----

----- Destaco antes ainda de ir aos Serviços Municipais e todos aqueles que estiveram presentes, os próprios comerciantes e as pessoas que foram fustigadas pelas intempéries.-----

----- Foi verdadeiramente notável, eu lembro-me do caso de um comerciante, em específico, visitei muitos, também estive presente na rua e um comerciante com sessenta anos perdeu tudo ou quase tudo na primeira intempérie.-----

----- Limpou tudo, organizou-se e com o pouco dinheirinho que tinha voltou novamente a pôr a sua loja a funcionar, levou com a segunda intempérie e perdeu tudo, mas ele, tal como todos os outros continuaram a não querer desistir, isto é verdadeiramente fantástico, porque, se calhar, recorda-nos tantas vezes na vida em que vivemos momentos de aflição e de dificuldade, em que tantas vezes pensamos em desistir e olhamos às vezes para a esquerda e para a direita e encontramos alguém que não desiste, que vai mesmo até ao fim e acho que isso nos deve ensinar muito e nos deve lembrar que como comunidade podemos ter os maiores feitos, vale a pena sonhar e vale a pena lutar para atingir esses sonhos.-----

----- Foi fantástica a atuação da Câmara Municipal, evidentemente não há muito a dizer, aliás, de resto como sempre, os Serviços da Autarquia presentes a toda a hora, a todo o momento, a fazerem limpezas verdadeiramente incríveis, como é que se conseguiu em tão poucas horas

colocar a baixa de Algés num estado limpo, como se quase nada ali se tivesse passado.-----

-----Os Bombeiros do Município, Polícia de Segurança Pública, enfim, toda a gente presente a toda a hora, com todos os meios, com todo o carinho, com toda a vontade e é isso que mostra que, de facto, não só Oeiras, mas todo o Portugal, mas é do nosso Concelho que estamos a falar e foi aqui que isto aconteceu.-----

-----Nós somos uma comunidade muito forte e muito resiliente, pode às vezes não se notar, se calhar no dia a dia, mas nestes momentos em que toca a reunir está lá toda a gente.-----

-----Foi para mim uma tristeza viver este momento, julgo como todos, mas um grande orgulho em verificar e agora falando dos Serviços da Câmara Municipal, que estiveram presentes ao seu melhor nível.-----

-----A Senhora Vereadora Carla Rocha falou da Comunicação, poderão vir aqui outros que falarão da ação social, como a Senhora Vereadora Teresa Bacelar, a Senhora Vereadora Joana Baptista falará dos seus Serviços que estiveram no terreno, o Senhor Vereador Pedro Patacho falará das escolas, enfim, todos para não estar a ser exaustivo, por maioria de razão o Senhor Presidente falará de tudo, mas todos estiveram presentes, todos tentaram fazer o seu melhor, todos tentam sempre fazer o seu melhor e era com esta tónica que eu gostava de terminar a minha intervenção.-----

-----De facto, é isto que nós tentamos todos os dias, é dar o nosso melhor e daí, às vezes, algum incómodo que sinto quando numa ou noutra intervenção, nesta casa ou fora dela, às vezes, se levantam processos de intenção que acabam também por atingir os funcionários, porque a política e nós sabemos que a política às vezes serve para muito, não devia de servir para tudo, mas serve para muito, mas às vezes não é uma questão política, é uma questão de atingir aqueles que ganham baixos salários e que trabalham no duro e trabalharam a sério.-----

-----Por isso Senhor Presidente, gostava aqui de deixar bem presente que foi uma vez mais com orgulho que verifiquei os Serviços do Município e toda a comunidade Oeirense a



Câmara Municipal
de Oeiras

responder a esta catástrofe, que poderia ser pior, pode sempre ser pior, mas foi má, foi dura, foi difícil e estivemos à altura.”-----

11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR: -----

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** prestou à Câmara as seguintes informações:-

----- “Vou tentar ser o mais sucinta possível, eu gostaria de fazer aqui um ponto de situação sobre o apoio ao povo ucraniano. -----

----- Continuamos a apoiar os cidadãos que vieram para Oeiras e a nível de atendimento, quero-vos dizer que fizemos cinquenta atendimentos no balcão de atendimento e apoio social que funciona aqui na Câmara e foram encaminhados para as diferentes estruturas de apoio e ativamos a medida do FES - Fundo de Emergência Social em dez situações. -----

----- - Entre março e setembro funcionou, como sabem, no terminal de Paço de Arcos, o ponto de receção de bens e distribuição de bens e demos apoio a cento e trinta pessoas que nos foram encaminhadas pelas Juntas de Freguesia, numa primeira fase em que as pessoas chegavam e iam para famílias suas amigas ou conhecidas e que necessitavam deste tipo de apoio. -----

----- - Fizemos quatro transportes com bens de primeira necessidade, com mais de cem toneladas, três em março, dois foram destinados à Polónia e um à Roménia e agora em setembro foi mais um para a Roménia. -----

----- - Desde nove de março que começámos a acolher famílias no Município e acolhemos dezassete famílias no total de quarenta e duas pessoas. Neste momento, estamos a acolher doze famílias, num total de vinte e seis pessoas, cinco agregados já se autonomizaram e os outros estão a ser trabalhados neste sentido e agora meia dúzia de agregados familiares querem retornar à Ucrânia.-----

----- - Agora, vamos à parte boa que é os reconhecimentos e prémios que recebemos no mês de novembro por causa do nosso Plano Local de Oeiras para as Demências e eu aproveito para agradecer e enaltecer o trabalho que tem sido feito nesta área, não só das demências como

dos idosos, a todos os técnicos que trabalham nesta área, quero também agradecer e enaltecer o trabalho da doutora Ivone Afonso e do doutor Luís Afonso.-----

----- - Começo por entregar ao Senhor Presidente o prémio ISCTE Políticas Públicas de vinte e dois, na categoria de Administração Local para com o Plano Local de Oeiras para as Demências. -----

-----Também o Plano Local de Oeiras para as Demências, recebemos o selo de boas práticas de intervenção social dois mil e vinte e dois, no âmbito das plataformas supra concelhias da Grande Lisboa e Oeste, do Centro Distrital do Instituto de Segurança Social.-----

----- - No dia vinte e nove de novembro foi o Dia Nacional das Universidades Seniores e tivemos a participação de todas as universidades do Concelho, numa tarde de animação e convívio no Auditório Ruy de Carvalho.-----

----- - No dia três de dezembro celebrámos o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência e temos tido atividades o mês todo por causa desta data e tivemos o almoço de convívio que já vem sendo hábito, só que tivemos de adiar por causa da pandemia, este é o ano que retomámos. -----

----- - Entre os dias doze e dezasseis de dezembro estivemos a distribuir os cabazes seniores pelas Freguesias num total de dois mil cabazes e foi muito gratificante poder estar nesta interação com os idosos que para eles é sempre uma alegria poderem estar connosco e com a Câmara e com a Freguesia e todos juntos. -----

----- - Falar também aqui na intervenção que tem sido feita nas cheias por todos os funcionários do Município, em especial pela Ação Social e a intervenção que tem sido feita e a articulação que tem havido com o Departamento de Habitação, tem havido uma prontidão na redução das várias sinalizações e, nesse mesmo dia, várias equipas de técnicas estiveram na casa das pessoas, estiveram com as pessoas e lá está com o conforto e com o apoio necessário.-----

-----Dessa triagem trinta e três famílias foram sinalizadas num total de oitenta e seis



Câmara Municipal
de Oeiras

peessoas e tivemos que dar resposta a oito famílias, três estão no Hostel Social, quatro foram para a Cidade do Futebol, mas agora foram integradas no “Holiday Inn”, em Porto Salvo e temos uma na Casa de Saúde de Carnaxide. -----

----- Neste momento, estão a ser acompanhadas estas oito famílias num total de trinta e três pessoas em que dezasseis são menores. A referir que estão a ser asseguradas as refeições e todas as outras situações das trinta e três famílias estão a ser monitorizadas.-----

----- - No dia quinze de dezembro, fiz a abertura do “workshop” sobre a Hepatite C, no âmbito das “Fast-Track Cities” e quero aqui salientar o grande papel dos municípios no combate a estas infeções virais e a todas as infeções virais como foi, por exemplo, o caso do COVID Dezanove. -----

----- - Tive a oportunidade também nestas duas semanas de participar em várias festas de Natal das instituições, dizer que foi o retomar do convívio, da alegria nas instituições que tinham estado sem fazer celebrações por causa da pandemia. -----

----- Então eu estive presente na festa de Natal da Universidade Sénior Nova Atena, no Coração Amarelo, no Centro Social Oeiras e São Julião, no Centro Comunitário Alto da Loba, no Centro Social e Paroquial de Queijas, na festa de Natal da Pombal Vinte e Um, na Casa de São Bento, na festa da APOIO, ontem estive no almoço das Marias e também na USO – Universidade Sénior de Oeiras. -----

----- - Relativamente aos seniores, hoje vai ser o fim de todas as celebrações de Natal com o passeio das luzes, vamos ver as luzes de Oeiras e de Lisboa e no domingo, tivemos oportunidade de ir ao Casino Estoril e assistir à peça “White Christmas” foi uma grande alegria para cem idosos.-----

----- - Fazer só uma referência à cerimónia de entrega de casas que realmente foi maravilhosa, foi de um brilho e de uma alegria intensa e é sempre muito emocionante, nem vale a pena dizer mais nada.-----

----- - A distribuição dos cabazes dos bairros municipais, claro que é já uma prática de Natal e que é sempre uma grande alegria.-----

----- - Para terminar, os dados do Covid, estamos com um total de noventa e um mil e setenta e quatro casos acumulados, recuperados noventa mil trezentos e quarenta, óbitos trezentos e noventa e dois e ativos quarenta e dois casos.-----

-----Estamos com uma incidência de quarenta e nove casos por cem mil habitantes.”-----

12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO:-----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** prestou à Câmara as seguintes informações:-----

-----“Como não estive presente na reunião anterior, gostaria de começar por dar os parabéns ao Município por ter ganho os prémios relativos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e quero relevar porque a importância destes prémios é a confirmação de que o caminho tem vindo a ser feito e aprofundado, que utopia, de facto, deve guiar-nos, mas nunca deve apagar ou negligenciar todo o trabalho que se vai fazendo na sua direção e nós estamos a fazer, e bem, e não tenho dúvidas de que Oeiras irá continuar este caminho, que acreditamos ser fundamental para o território, para a população, num equilíbrio que se deseja entre as pessoas, a economia e o ambiente.-----

-----Parabéns a Oeiras por este reconhecimento do trabalho feito.-----

-----Eu nos últimos tempos, não tenho estado presente, tenho estado a acompanhar a minha filha que fez uma cirurgia e, portanto, tenho apenas estado nalguns momentos específicos.

-----Eu quero referir duas visitas em que tive oportunidade de acompanhar no terreno o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, na sequência das intempéries e tal como a Vereadora Carla Rocha eu também me emociono com alguma facilidade e, de facto, emocionei-me bastante nestes dias em que estivemos o dia inteiro a acompanhar, no terreno, quer a ver tudo aquilo que tinha resultado das cheias, quer falar com as pessoas, quer a acompanhar os técnicos



Câmara Municipal
de Oeiras

que estavam no terreno e, de facto, emocionei-me. -----

----- Primeiro emocionei-me, porque como vinha do hospital e tinha estado ali fechada, só a ver as coisas pelas notícias, de repente, chegámos a Algés e eu vejo vários funcionários do Município, alguns deles de áreas completamente distintas, das empresas municipais, enfim, toda a gente a pôr as mãos na massa, a ajudar e a contribuir e toda a gente com o espírito de se abraçarem uns aos outros, dar palavras de incentivo uns aos outros e, de facto, foi uma experiência muito gratificante, de olhar e ver que nós em Oeiras, temos um capital humano riquíssimo, existe uma relação e um espírito de entreajuda nos momentos em que o mal também nos assola, que, de facto é comovente, independentemente das forças políticas, porque estive no terreno e abracei gente do PSD, do PS, do INOV e, de facto, houve ali uma comunhão que eu tenho que relevar o espírito com que tudo isto foi feito. -----

----- Nós a visitarmos as pessoas e as pessoas que estavam ali e que tinham perdido tudo, diziam-nos: “obrigada por ter vindo aqui, obrigada por terem estado cá, por terem falado connosco” e isto, de facto, para mim, foi uma experiência que me tocou muito e tenho a certeza que se anteontem também tivesse tido oportunidade de estar na entrega das casas iria sentir exatamente o mesmo que a Vereadora Carla Rocha aqui disse, porque é nestes momentos que eu acho que nós sentimos que estamos no sítio certo, no momento certo e que nos enche de orgulho termos oportunidade de estar nestas funções, estar de perto a acompanhar tudo, isto para mim foi de facto muito gratificante. -----

----- Eu queria aproveitar também este momento, porque também acompanhei o Senhor Presidente na visita que a Ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva fez ao Concelho de Oeiras e quero sublinhar aquilo que foi uma sintonia entre a Ministra e o próprio Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, que é a importância da articulação entre o Governo e as Autarquias para uma melhor e mais eficaz resposta às populações, especialmente nestas situações de emergência e sublinhar também a necessidade de existir uma articulação Metropolitana de forma

a garantir respostas articuladas e consequentes para cada um dos territórios. -----

-----E ainda sobre as cheias queria considerar em nome do Partido Socialista que o debate que que é necessário ser feito sobre a adaptação dos territórios a situações como as que ocorreram tem e deve ser feito de uma forma séria e responsável sem qualquer aproveitamento político e sem demagogia, mas sempre de uma forma construtiva, que é o que a comunidade espera de nós representantes de forma a que as soluções sejam efetivamente consequentes, porque senão não são, apenas estamos a trocar argumentos, que servem outros objetivos e não aqueles que efetivamente nós queremos que sejam aqueles a ser atingidos, que são a efetiva resolução de algumas dificuldades que se têm vindo a sentir.-----

-----Quero também aproveitar este momento, para que o PS se associe à condecoração que a Liga dos Bombeiros Portugueses vai fazer ao Manuel Fonseca, Oficial Bombeiro Principal dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide e ao Sérgio Paninho, Bombeiro de Primeira dos Bombeiros Voluntários de Algés, atribuindo-lhes a medalha de serviços distintos pelo salvamento de uma pessoa em Algés, no âmbito das operações de socorro realizadas por ocasião do mau tempo que assolou o nosso Concelho e em especial aquela Freguesia. -----

-----Quero também ainda dar nota, porque o meu gabinete tem acompanhado várias das iniciativas aqui do Município, designadamente a abertura do ramal de acesso à CRIL, é a concretização de uma medida que também o PS propôs em dois mil e dezassete, no seu programa eleitoral e que consideramos absolutamente essencial e que havemos de ganhar vida neste momento.-- -----

-----Por último, quero expressar o meu desejo de boas festas a todo o Executivo e a toda a Câmara Municipal, aos trabalhadores e, obviamente, a toda a nossa comunidade.”-----

13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO: -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** prestou à Câmara as seguintes informações: --

-----“Cumprimento todos os presentes, o Senhor Presidente, as Senhoras Vereadoras e



Câmara Municipal
de Oeiras

Vereadores, as Senhoras funcionárias e funcionários e em especial o público se ainda estiver algum cidadão ou cidadã na sala, já que é uma reunião pública e era muito importante que pudesse até ser transmitida, como foi a nossa proposta, “online” para mais pessoas poderem acompanhar.-----

----- Uma primeira palavra de pesar para lamentar a morte de uma concidadã nossa, moradora de Algés, em circunstâncias trágicas na noite de sete de dezembro e já que foi aqui proposto um voto de pesar pela morte de outra pessoa, faz todo o sentido também fazermos um voto de pesar pela morte desta Senhora.-----

----- Lamentar também os elevados prejuízos materiais que moradores, famílias e comerciantes sofreram nas cheias de sete e treze de dezembro e estranhar que na agenda de hoje, na ordem do dia, não esteja nenhuma proposta para ajuda financeira e social de emergência prometida pelo Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Como sabemos é urgente apoiar as pessoas que perderam os seus haveres e os comerciantes, que estão a braços com prejuízos muito elevados.-----

----- Saudar os funcionários e funcionárias, técnicos municipais, dirigentes e outros que, após as cheias, trabalharam com brio e deram o seu melhor na limpeza para o regresso à normalidade.-----

----- Contudo, perante o que ocorreu gostaria de saber o seguinte:-----

----- Morreu uma pessoa numa habitação construída em leito de cheia de uma ribeira encanada. ------

----- Quantas pessoas estão em risco de vida nesta zona? -----

----- Está feito o levantamento das condições de segurança de quem vive em caves em Algés?-----

----- Relativamente aos pontos mais sensíveis do Concelho em matéria de cheias recorrentes, designadamente Algés, Tercena e Santo Amaro de Oeiras, há outros, que obras vão

ser feitas para minimizar o problema? -----

-----Há décadas que ouvimos falar em obras que não saem do papel. -----

-----Efetivamente o problema não surge com as alterações climáticas, mas as alterações climáticas sabemos-lo vêm tornar mais frequentes estes fenómenos extremos, cujas consequências são, isso sim, muito agravadas pelo mau planeamento e má gestão do território.-----

-----Irá o Senhor Presidente reponderar obras como a operação urbanística Aquaterra Masterplan, em Carnaxide, os empreendimentos no Norte de Caxias e no Alto da Boa Viagem, ou o túnel na Marginal, em Santo Amaro de Oeiras, ou ainda o Projeto Porto Cruz que está suspenso por ordem do Tribunal? -----

-----Relativamente ao aterro ilegal em Porto Salvo, estive após as chuvadas neste aterro junto à Avenida Cesária Évora, na Freguesia de Porto Salvo. -----

-----A CCDR intimou a Câmara para repor a situação pré-existente, o que custará ao erário público, certamente, largas centenas de milhares de euros.-----

-----Gostaria de saber porque é que a Câmara veio reduzir o preço do concurso de cerca de quinhentos mil euros para cerca de trezentos e tal mil euros, se não houve nenhuma empresa a concorrer pelo preço mais alto, será que o Senhor Presidente acha que agora vai aparecer alguém por um preço mais baixo ou terá a ver com as chuvas, porque, entretanto, foi arrastada terra e já não é preciso tirar de lá tanta terra.-----

-----Também não posso deixar de estranhar o mau uso de dinheiros públicos da responsabilidade deste Executivo ao contratarem por ajuste direto um advogado para litigar contra mim, por mais de vinte mil euros, advogado esse, que nem sequer apareceu no julgamento. -----

----- - No dia dois de dezembro requeri, por escrito, o caderno de encargos e todas as peças processuais do contrato de prestação de serviços número setecentos e noventa e sete, de dois mil e vinte e dois, assinado no dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e dois,



Câmara Municipal
de Oeiras

exatamente na véspera do julgamento.-----

----- Requeri também saber qual a justificação para o Município de Oeiras, tendo Departamento Jurídico, realizar por ajuste direto, na véspera da audiência do julgamento de vinte e nove de novembro, este contrato de prestação de serviços, no valor de dezanove mil e quinhentos euros, mais IVA. -----

----- Quis também saber por que é que neste contrato, o Município, contrata a mesma pessoa para defender o Município e a redigir um parecer jurídico e por que é que esse parecer jurídico pode ser entregue até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, sendo que o julgamento da ação foi marcado no dia trinta e um de outubro para o dia vinte e nove de novembro, portanto, um parecer a ser entregue agora no final do ano, se calhar já não vem a tempo.-----

----- Passados os prazos previstos na lei para a resposta ainda não me enviaram qualquer resposta, este caso é revelador de que os Senhores Presidente e Vice-Presidente não olham a meios do Município para fazerem guerrilha política e se dão ao luxo de gastar mais de vinte mil euros num caso que, como se viu era de fácil resolução. -----

----- Finalmente, quero deixar um veemente protesto por na última reunião de Câmara e pelos vistos já não é a primeira vez que, apesar de não ter sido votada nenhuma ata, constar da ata que foram aprovadas as atas vinte e quatro, vinte e cinco, e vinte e seis, gostaria também de saber em que reunião foram votadas e aprovadas as atas números vinte e dois e vinte e três, de doze e dezasseis de outubro respetivamente, reuniões em que estive presente e em que foram feitas alterações às atas e essas atas não podem ter sido aprovadas por unanimidade, porque nem sequer foram votadas aqui, nunca, não se pode, porque é claramente ilegal e os Senhores saberão certamente que não se pode estar a meter na ata e, certamente, os Serviços não têm culpa dessa situação, que foram votadas atas sem o ter sido. -----

----- Gostaria de desejar também boas festas, o melhor ano novo e também mais

transparência nas atas na Câmara.”-----

14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA:-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** iniciou o seu período de informações, dando conta do seguinte:-----

-----“Quanto a presenças na realidade não tenho tido grandes presenças, porque as minhas últimas duas semanas têm sido praticamente de galochas e nas intempéries, portanto, com a exceção da inauguração do ramal de acesso à CRIL, onde estive presente e a inauguração das luzes de Natal, a minha vida tem sido a dar voltas pelo Concelho entre aquilo que são os pontos críticos, a baixa de Algés, a zona de Tercena e a Ribeira da Laje.-----

-----Tivemos dois dias muito complicados para os Serviços Municipais e, naturalmente aquilo que os Senhores Vereadores acabaram por mencionar, enaltecer e valorizar a nossa enorme operacionalidade, de facto, quem viu pela televisão, pôde constatar, mas ver em campo e em “in loco” é totalmente diferente, que é perceber, de facto, os problemas como é que eles estão a ser resolvidos e a celeridade como estão a ser resolvidos, com o contributo de todos, sem exceção. --- -----

-----Para terem uma noção, nós na madrugada de sete para oito de dezembro tivemos duzentas e oitenta e duas ocorrências. -----

-----Na madrugada do dia treze, inesperadamente, tivemos quatrocentas e dezanove ocorrências. -----

-----A madrugada do dia treze de dezembro, foi bastante mais grave do que da semana anterior, no que respeita à precipitação, porque choveu muito em Oeiras, mas também choveu muito nos Concelhos vizinhos, Amadora, Sintra, Lisboa. -----

-----Diferentemente na madrugada de sete para oito choveu menos em Oeiras, contudo choveu muito nos Concelhos vizinhos, portanto, acabámos por ter consequências nefastas no nosso território pela água que vinha dos nossos vizinhos.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A madrugada do dia treze foi pior do que a madrugada de sete para oito, mas não podemos esquecer e lamentar profundamente a perda de uma vida humana, uma Senhora com setenta e cinco anos que faleceu na baixa de Algés na noite de sete de dezembro. -----

----- A vida, de facto, é uma ironia, ela estava a ajudar o marido que tinha graves problemas de locomoção e ele conseguiu salvar-se, mas ela não, é a Dona Maria Odete e eu acho que a devemos tratar pelo nome, Dona Maria Odete que faleceu e no dia treze, estávamos nós na segunda intempérie, quando foi o funeral desta Senhora. -----

----- E, naturalmente, à semelhança daquilo que a Vereadora Carla Castelo propôs aqui ao Executivo, um voto de pesar por esta Senhora. -----

----- Efetivamente a treze de dezembro choveu muito mais em Oeiras e nos Concelhos vizinhos e, para além disso, com um intervalo tão pouco tão só cinco dias face à última intempérie, os solos estavam totalmente encharcados sem qualquer capacidade de absorção, para terem uma noção choveu mais em vinte e quatro horas do que habitualmente chove no total do mês de dezembro. Isto são dados muito concretos. -----

----- No dia sete para oito de dezembro em uma hora e meia choveu muito intensamente, portanto, é inevitável aquilo que corresponde a esta enxurrada, por muito que os Serviços estejam de alerta, porque houve alerta e os Serviços estavam de prevenção em todas as zonas críticas, baixa de Algés, Tercena, na Ribeira da Laje, é impossível conter, diminuir, ou mitigar aquilo que é uma enxurrada de água. Impossível. Eu própria estava em Tercena quando aconteceu a enxurrada de água. E choveu durante hora e meia. É impossível, leva carros, motas, sinais, lajetas, leva tudo à frente e, portanto, é impossível por muito que os Serviços estivessem presentes, colmatar aquilo que aconteceu. -----

----- Igualmente a maré teve alguma influência, porque dificultou aquilo que era o escoamento das linhas de água. -----

----- Dizer também que tivemos trinta e três famílias desalojadas, maioritariamente na

zona de Algés, porque são elas maioritariamente, nesta zona da Baixa. Todas as situações foram desde o primeiro momento acompanhadas pelos Serviços Sociais da Câmara e nove destas famílias foram realojadas. -----

-----Tivemos muitos prejuízos diferentemente da primeira madrugada, a segunda madrugada do dia treze, os prejuízos não incidiram tão só em propriedade privada, no comércio, mas também atingiram grandemente as infraestruturas públicas e municipais, designadamente edifícios e que ascendem, neste momento e estamos a falar de uma estimativa preliminar e grosseira, portanto, há de ser sempre superior a oito milhões de euros, isto nas infraestruturas municipais, desde escolas diversas um pouco por todo o Concelho, pavilhões desportivos e o caso mais grave foi o da ADO, em Oeiras, cuja ação ainda está em curso. -----

-----Acompanhei o Senhor Presidente, numa visita ao Sport Algés e Dafundo e, indo às zonas técnicas, é que se consegue perceber a razão pela qual o Sport Algés e Dafundo devia encerrar e sair daquele local, porque toda a zona técnica, neste momento, está comprometida, tudo aquilo que é a segurança e a salubridade daquele espaço, basta visitar, portanto, os opositores à saída do Sport Algés e Dafundo daquele espaço e do seu encerramento deveriam visitar verdadeiramente aquelas instalações ir à zona técnica para perceber a gravidade e a complexidade dos problemas e da sua resolução. -----

-----Os jardins de Oeiras, os jardins do Palácio do Marquês de Pombal, certamente todos os colaboradores viram que ficaram completamente alagados, os prejuízos são mais do que muitos, o mercado de Algés, no Centro de Saúde de Algés entrou muita água pela rampa de acesso comprometendo o estacionamento e os quadros elétricos comprometeram a funcionalidade do próprio centro de saúde. -----

-----O Passeio Marítimo troço da Cruz Quebrada/Algés está comprometido e interditada esta zona, porque houve um arrastamento do enrocamento base, colapsos de muros, deslizamentos de terras um pouco por todo o Concelho, a situação mais complicada foi a queda



Câmara Municipal
de Oeiras

do muro de betão no Dafundo. -----

----- Gostaria aqui de enaltecer não obstante todas estas ocorrências espalhados um pouco por todo o Concelho, nós tivemos desde o primeiro momento assistentes operacionais: cantoneiros, jardineiros, motoristas, serralheiros, carpinteiros, tivemos assistentes técnicos, técnicos superiores, todos eles envolvidos naquilo que era a resolução, gente que percebia que os elementos operacionais, para estar a trabalhar mais do que era o suposto, tinham que comer, portanto, o agradecimento a tudo o que são assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos superiores, dirigentes, que não saíram do local, sabendo que a sua presença era essencial e, portanto, isto é transversal a toda a Câmara. -----

----- Não vou enaltecer o pessoal A ou a pessoa B, todos aqueles que estiveram em campo e contribuíram para a resolução, sabem quem são e estão integrados neste louvor que aqui faço e que se estende, naturalmente, ao Senhor Presidente, às empresas municipais, bombeiros e aqui não só estiveram presentes as sete Corporações de Bombeiros, mas estiveram mais de duas dezenas de Corporações de Bombeiros espalhadas pelo nosso País a auxiliarem-nos naquilo que era a zona mais crítica, que foi a baixa de Algés. -----

----- O nosso primeiro nível de intervenção foi este, que determinou esta enorme operacionalidade por parte da Câmara. -----

----- O segundo nível de intervenção, que também foi imediato e que aconteceu logo no dia seguinte à primeira intempérie, portanto, a oito de dezembro, foi o Município, politicamente, ter determinado a constituição de um grupo de trabalho multidisciplinar onde estiveram equipas das obras, equipas da habitação, equipas da ação social, a fazer um levantamento exaustivo comerciante a comerciante e hoje já são trezentos e trinta e oito comerciantes visitados pelas nossas equipas desde o primeiro dia, desde o primeiro minuto, e é necessário, até para estabilizar as pessoas e para lhes dar confiança de que a Câmara está presente e que poderá proporcionar uma ajuda naquilo que é uma catástrofe para as suas vidas pessoais e profissionais. -----

-----Visitámos trezentos e trinta e oito lojas. Já temos um valor, mas também este eu diria que vai crescer, é preliminar, temos cinco milhões de euros, mas eu diria que em janeiro vai crescer e em fevereiro, poderá ainda crescer e, portanto, este nosso segundo nível de intervenção, com esta constituição do grupo de trabalho, é de se aplaudir, porque foi absolutamente inédita naquilo que é o contexto metropolitano. Oeiras liderou estas intempéries daquilo que é o seu processo de resolução, estar no território e com as pessoas.-----

-----O terceiro nível de intervenção e que também responde de alguma forma àquilo que foi questionado nesta reunião, foi a criação de um fundo para apoiar os comerciantes e que, naturalmente, não está agendado e o Senhor Presidente irá melhor explicar, porque é uma proposta de deliberação que o Senhor Presidente traz em mão, para ajudar aqueles que mais necessitam. -----

-----Mais uma vez, o Município de Oeiras lidera e posiciona-se naquilo que é a ajuda àqueles que estão mais necessitados. -----

-----Eu não vou falar mais de intempéries e espero não falar mais de intempéries nos próximos dias, nas próximas semanas, embora diga a Proteção Civil que, provavelmente, não teremos o Natal com as melhores condições meteorológicas e também o Ano Novo, portanto, o nosso registo, da Câmara, dos Polícias, dos Bombeiros e de todos é continuar a estar em alerta, continuar a estar presente no território e com as pessoas sempre que há alertas e condições meteorológicas adversas. -----

-----Espero não calçar as galochas nos próximos dias, idem todas as equipas que me acompanham presencialmente e que também nos dão força para continuar, porque isto é um estímulo bilateral e recíproco não é só nós darmos força a todos vocês e vocês também nos darem força a nós para continuarmos esta nossa missão, que nem sempre é fácil.-----

-----Desejo a todos vós um Feliz Natal, um Próspero Ano Novo e que dois mil e vinte e três seja tudo aquilo que não aconteceu em dois mil e vinte e dois.” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

15 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE:-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** prestou à Câmara as seguintes informações:-----

----- “Senhor Presidente, se me permite, antes de entrar nas minhas informações e face às questões trazidas pela Senhora Vereadora indicada pelo Bloco de Esquerda eleita numa coligação extinta no dia das eleições, eu passo a responder.-----

----- A contratação de uma figura como o Professor André Lamas Leite, que não era do meu conhecimento pessoal, mas como foi indicado por ser um dos maiores especialistas portugueses em Direito Eleitoral e Professor de Direito Constitucional da Universidade do Porto, naturalmente, não fazia parte da minha lista de contactos, tive que arranjar o contacto do Professor André Lamas Leite para juntamente com o Gabinete Jurídico contratarmos um especialista na matéria, deveu-se simplesmente a uma ação interposta pela Vereadora independente indicada pelo Bloco de Esquerda na Coligação Evoluir Oeiras, extinta nos termos da lei, na noite das eleições, para poder responder à ação interposta em Tribunal.-----

----- Naturalmente que o Professor André Lamas Leite, para além de ter feito a contestação, se o Senhor Presidente me permite, a seguir leio as conclusões, também faria o patrocínio jurídico, infelizmente, como foi dito no Tribunal, a Vereador independente indicada pelo Bloco de Esquerda numa coligação extinta nas eleições parece ter esquecido que, quando estava no Tribunal foi informada desse facto, que o Senhor Professor não pôde estar presente por um imprevisto de última hora.-----

----- Portanto, a informação é simples, foi contratado para fazer e naturalmente é o que custa um especialista na matéria.-----

----- Tomarei a liberdade depois fazer chegar a peça a todos os Senhores Vereadores.-----

----- Passo a ler:-----

----- “...Conclusões-----

----- Começámos, a título de verdadeira questão prévia, por verificar da admissibilidade

legal de a Senhora Vereadora ter lançado mão, em sede de tutela judicial, de uma ação declarativa sob a forma de processo especial para tutela de personalidade, prevista nos artigos octingentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código de Processo Civil (CPC). -----

-----Na medida em que inexistente “ameaça ilícita”, porque há somente uma divergente interpretação jurídica das normas aplicáveis ao modo como deve ser designada a Senhora Vereadora, como aí se deixou profusamente exarado, é nossa convicção que este não é o meio processualmente válido, pelo que inexistente nulidade de todo o processo. -----

-----Entrando, agora, na matéria central da consulta, percorremos as normas da CRP em matéria de partidos políticos, tendo demonstrado a sua centralidade na vida política nacional, como mediadores entre o Povo, a Soberania e os seus Órgãos, como instrumentos basilares na formação da vontade popular e, por isso, tendo sido tratados pelo legislador constitucional com grande minúcia e relevo, de que a sua inclusão nos limites materiais de revisão constitucional, o facto de se tratar de matéria de competência legislativa absoluta da AR-Assembleia da República, a circunstância de qualquer cidadão apenas poder estar inscrito numa destas associações e de o eleito deputado ao Parlamento perder o mandato se mudar de partido, são apenas alguns dos múltiplos exemplos dados desta visão “partidocêntrica”. -----

-----Sabe-se que, no que respeita às eleições por voto direto e universal, apenas nas autárquicas há a abertura a grupos de cidadãos eleitores se candidataram aos órgãos das autarquias, para o que terão de preencher os requisitos previstos no ETOAL (Lei Orgânica número um/dois mil e um, de catorze de agosto), sendo que foi necessária já a intervenção corretiva do TC para evitar tratamento claramente discriminatório deste tipo de formação candidata. - -----

-----Ora, em lado algum da CRP há referência a “independentes” ou “não filiados”, mas apenas a que podem existir coligações de partidos políticos candidatas, no caso, a eleições autárquicas. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Compulsada a LPP (Lei Orgânica número dois/dois mil e três, de vinte e dois de agosto: Lei dos Partidos Políticos), verifica-se que o seu artigo décimo primeiro, número dois, prescreve que “as coligações têm a duração estabelecida no momento da sua constituição, a qual pode ser prorrogada ou antecipada”, o que, em conjugação com o artigo décimo sétimo, número quatro, do ETOAL, nos leva à conclusão de que a coligação “Evoluir Oeiras” se extinguiu no momento da atribuição dos mandatos, aquando da publicação em jornal oficial, pela Comissão Nacional de Eleições, do mapa respetivo. -----

----- Tal significa que é incorreto, apesar de corrente, a manutenção da referência à dita coligação que, como se sabe, visa somente potenciar a base eleitoral com base num conjunto de princípios e ideias comuns, mas em que cada um dos partidos políticos que o integram não perde a sua autonomia em qualquer sentido. -----

----- Dito de outro modo, nestes casos, o grupo de cidadãos, ao reunir os requisitos legais para se candidatar à Administração Pública Local, constitui uma entidade autónoma e independente de cada um dos seus membros, pelo que se justifica plenamente a manutenção da sua designação pela forma como a coligação se encontra anotada e registada, o que já não sucede com a coligação de partidos políticos. -----

----- Por outro lado, o número três, do artigo décimo primeiro, da LPP estatui que “uma coligação não constitui uma entidade distinta da dos partidos políticos que a integram”. Tal significa que, “in casu”, a circunstância de o BE, o Livre e o Volt se terem coligado para as eleições à autarquia de Oeiras não fez desaparecer a autonomia de cada um deles, o que se entende, pois que é aos partidos em si mesmo considerados que a LPP atribui o conjunto de competências indicadas nos seus artigos primeiro e segundo e não à coligação. -----

----- Assim, a circunstância de a Senhora Vereadora ter sido indicada numa coligação pelo BE, mesmo como independente, nos termos do citado artigo décimo primeiro, número três, não faz com que a mesma tenha de ser identificada como sendo uma vereadora eleita pela coligação

“Evoluir Oeiras”. Ao invés, deve sim ser identificada como vereadora eleita pelo partido político que a indicou nas listas oficiais e aceites pelo tribunal competente. -----

-----Na verdade, se pretendia ser identificada como “independente”, sempre poderia ter-se candidatado no âmbito de um grupo de cidadãos. Se o faz no âmbito de uma coligação composta por partidos políticos, mesmo que não filiada, é porque entende que os princípios basilares do partido que a indica correspondem à sua cosmovisão, pois de outra forma, racionalmente, não o faria. -----

-----A única diferença é que a candidata opta por se não filiar, de modo a não estar sujeita, no essencial, aos deveres decorrentes desse estatuto, em especial ao exercício do seu poder disciplinar, mas aceita, de forma inequívoca, representar o partido que a indica, no caso, o BE. Se assim não fosse, nunca deveria ter aceitado, como fez, que a lista entregue em tribunal a identificasse como indicada pelo BE, como sucedeu. -----

-----Não há qualquer perda da verdade histórica na designação que lhe tem sido atribuída pelo Município: os eleitores, quando exerceram o seu direito de voto, sabiam que estavam a votar numa coligação de três partidos na qual a primeira candidata era a agora Vereadora, indicada pelo BE, sendo que a questão de ser ou não filiada no partido não é essencial para a escolha. -----

-----De outra forma, estaríamos a admitir uma verdadeira fraude à lei, ou seja, que alguém que se não deseja filiar em nenhum partido, mas que pretende aproveitar-se da respetiva estrutura e implantação que, como se sabe, em muito facilita os atos de apresentação das listas e a campanha e, por decorrência, aumenta as hipóteses de eleição, o fizesse na qualidade de candidato indicado por um partido e não tivesse o maior trabalho que sempre implica a criação de um grupo de cidadãos que, por definição, é independente dos partidos políticos. -----

-----No artigo décimo nono, da LPP aparecem reguladas as regras de filiação, obviamente baseadas no princípio geral da liberdade de filiação ou não, bem como na proibição de qualquer prejuízo ou benefício em função dessa qualidade. Os demais artigos vigésimo a vigésimo



Câmara Municipal
de Oeiras

terceiro, da LPP estão sistematicamente inseridos no mesmo capítulo, sob epígrafe de “filiação” e as pessoas que se inscrevem num partido político são legalmente apelidados de “filiados”. Em lado algum, juridicamente, existe a figura de “independente”, em face do Direito constituído. ----

----- Tanto mais quanto, de acordo com o artigo vigésimo terceiro, da LPP, “os cidadãos eleitos em listas de partidos políticos exercem livremente o seu mandato”, ou seja, são independentes daquela que possa ser a linha ideológica ou de atuação política prática do partido político no qual sejam filiados, no que é uma consagração infra-constitucional da garantia prevista no artigo centésimo quinquagésimo quinto, número um, da CRP. -----

----- Por fim, detendo-nos ainda mais de perto sobre o ETOAL, quanto à distribuição dos mandatos dentro das listas (artigo décimo quarto), não há qualquer distinção entre filiados e não filiados em partidos, o mesmo sucedendo quanto ao poder de apresentação de candidaturas (artigo décimo sexto, número um). O mais paradigmático é o artigo décimo sexto, número quatro, que admite a existência de independentes nas listas, mas em lado algum deste ou de outro qualquer normativo da ETOAL se exige que na sua identificação tal conste.-----

----- A figura de independente, por si, não tem qualquer outra relevância jurídica que a Lei lhe atribua, o mesmo se retirando do artigo décimo sétimo. -----

----- Acresce que, como já aludido supra, e porque já tivemos ocasião de escarpelizar a primeira parte da norma a propósito de norma similar da LPP, o artigo décimo sétimo, número quatro, depõe no sentido que vimos defendendo. -----

----- Pelo exposto, dúvidas se não nos colocam de que a forma mais correta de designar, no caso, uma Senhora Vereadora que tenha sido eleita no âmbito de uma coligação de vários partidos, na qualidade de não filiada, mas indicada por um dado partido -no caso, o BE -é exatamente essa, ou seja “vereadora eleita pelo BE”.-----

----- Está explicada a contratação e está explicada a posição do Município, naturalmente que da parte da liderança do Executivo, o que importava era estar referida a força política que

indicou e pela qual foi eleita a Senhora Vereadora, assim é, como conclusão da ação e, ao contrário do que foi noticiado num órgão de comunicação social próximo de alguém que terá dado essa notícia dessa forma, não houve nenhuma derrota do Executivo Municipal, o Isaltino não perdeu nada. -----

-----Há um problema, ao que parece as palavras são policémicas, mas não esticam de qualquer forma, quando há um acordo, não há derrotas. Um acordo pressupõe vontade de partes. É um princípio basilar, é um acordo entre partes, senão não há acordo, portanto, o que aconteceu naquele dia foi um acordo. -----

-----O Tribunal questionou as partes se estavam confortáveis com a designação “vereadora independente indicada pelo Bloco de Esquerda na extinta Coligação Evoluir Oeiras.”

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Todos se sentiram bem, senão não havia acordo e foi a decisão do Tribunal.” -----

-----Interrompeu a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

-----“Leia por favor a ata do Tribunal, já que foi a contestação paga por mais de vinte mil euros pelo Município, leia também a ata do Tribunal que faz todo o sentido.”-----

-----O **Senhor Presidente** argumentou: -----

-----“Não dei a palavra à Senhora Vereadora, mas iria dar se tivesse pedido. -----

-----Venha a ata do Tribunal se faz favor, peçam ao Gabinete Jurídico. -----

-----Entretanto, enquanto esperamos Senhor Vice-Presidente pode continuar a dar as suas informações.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** observou o seguinte: -----

-----“Senhora Vereadora posso continuar? Porque cortou-me a palavra.” -----

-----Interrompendo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Não vamos arranjar aqui equívocos, faça favor de falar.”-----

-----Volveu o **Senhor Vice-Presidente**: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Eu não sei lidar com gente pouco urbana, peço desculpa.-----
----- - No dia dez, estive presente na inauguração do evento “Natal no Mercado”, no mercado municipal de Oeiras, com a Vereadora Susana Duarte, momento particularmente feliz. -
----- - No dia doze, teve lugar a inauguração da ligação à CRIL e Miraflores, naturalmente permitindo que os carros não estejam parados ou circular a velocidades muito baixas nas vias rodoviárias, permitindo com essas velocidades mais elevadas diminuir o trânsito e diminuir a poluição conforme ontem ficou claro, após a explanação na Assembleia Municipal com a leitura do órgão científico Polígrafo.-----
----- - Não me vou alongar sobre as cheias no Concelho, porque já muita gente falou sobre isso, era interessante que eu encontrasse muitas das pessoas que rogam pragas e que falam publicamente, nos locais na altura certa, não os vejo nunca.-----
----- - Gostaria de dar os parabéns, à Senhora Vereadora Carla Rocha, pela forma como decorreu a entrega das casas, anteontem, e a entrega das casas devia ser sempre assim, uma festa, é uma celebração para estancar feridas daquelas famílias.-----
----- - Também gostaria de recordar a entrega dos cabazes, que é sempre um momento feliz.-----
----- - Ontem foi assinado o acordo projeto para a construção do liceu na Ilha do Príncipe, que era uma obra há muito desejada pelo Governo Geral do Príncipe e apoiada pelo Município de Oeiras desde o primeiro momento que se começou a falar sobre ela em dois mil e onze/dois mil e doze e a ausência do Senhor Presidente do Executivo entre dois mil e treze/dois mil e dezassete adiou esta obra.-----
----- Em dois mil e dezoito anunciámos que queríamos fazer o projeto e procurar os parceiros que se quisessem associar e aproveito para dar os parabéns à Senhora Presidente da Câmara Municipal da Amadora e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, porque desde o primeiro momento em que foram contactados ambos, primeiro a Amadora, depois

Lisboa, aceitaram entrar neste projeto. -----

-----É um projeto de cooperação descentralizada, como creio nunca foi realizado em Portugal, nunca houve nenhum projeto desta dimensão pelas Câmaras Municipais, que vai mudar a vida de muitos milhares de jovens do Príncipe, porque mais de cinquenta por cento da população do Príncipe está em idade escolar e até agora não tinha um liceu para frequentar na sua ilha, portanto, será uma obra para algumas gerações. -----

----- - Vou recuar até ao dia sete de dezembro passado e queria entregar ao Senhor Presidente também, já que a Senhora Vereadora Teresa Bacelar o fez, não tenho molduras ainda, mas queria fazer a entrega formal dos três prémios da Plataforma ODS Local que o Município recebeu no dia sete de dezembro.-----

-----Oeiras foi o Município português juntamente com Torres Vedras que mais prémios recebeu na Plataforma ODS Local, provavelmente reflexo das exemplares políticas de sustentabilidade que o Município de Oeiras pratica a algumas décadas, sustentabilidade das suas múltiplas dimensões, seja na dimensão ambiental, seja na social, seja na dimensão económica.---

-----O Programa Oeiras Solidária, por exemplo, também contribuiu para a atribuição destes prémios e fomos reconhecidos pelo Prémio ODS Local dos seguintes prémios:-----

-----De boas práticas;-----

-----De dinâmica municipal que certifica os municípios ODS Local avançados com dinâmicas mais positivas de evolução nos indicadores do progresso nos dezassete ODS; -----

-----Desempenho municipal que certifica os municípios ODS Local avançados com desempenhos de topo nos indicadores de progresso dos dezassete ODS. -----

-----De referir também que no estudo que foi realizado pelo Centro de Investigação da Universidade Católica, o primeiro estudo que foi feito, o Município de Oeiras estaria nos dezassete ODS, em primeiro lugar em treze ou catorze deles na Área Metropolitana de Lisboa, portanto, foi o Município mais premiado da Área Metropolitana de Lisboa e juntamente com



Câmara Municipal
de Oeiras

Torres Vedras, o mais premiado do País.” -----

16 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE: -----

----- O **Senhor Presidente** iniciou o seu período de informação dizendo o seguinte: -----

----- “No dia nove de dezembro decorreu na Área Metropolitana de Lisboa uma reunião para abordar a questão das cheias entre Presidentes de Câmara, a Área Metropolitana, a Ministra da Presidência e a Ministra da Coesão, além da Secretária de Estado da Proteção Civil, mais o Secretário de Estado das Finanças. -----

----- Nessa reunião, logo no dia seguinte às cheias do dia oito, estava ainda bem presente e alguns Municípios ainda não tinham apurado os prejuízos e, portanto, tratava-se, por um lado, do Governo ter uma noção e dar algumas indicações para levantamento dos prejuízos, mas, por outro lado também para as Câmaras Municipais saberem ou não se havia disponibilidade do Governo para apoiar os prejuízos sofridos, quer por particulares, no caso de Oeiras, sobretudo comerciantes, quer nas infraestruturas municipais. -----

----- Nessa altura, no dia oito, os Municípios mais atingidos nas infraestruturas municipais, foram Lisboa e Loures, Oeiras, nessa altura, apenas teve prejuízos em Tercena no coletor que faz a ligação das águas que vêm de Massamá para a linha de água de Tercena que liga por sua vez, à Ribeira de Barcarena. -----

----- Nessa altura foi manifestada a disponibilidade dos respetivos membros do Governo para ouvirem e acolherem as informações dos Municípios depois se decidiria quais as medidas a tomar. -----

----- Falou-se na hipótese de declaração do estado de calamidade ou não, mas também se concluiu que não havia razões objetivas para a criação do estado de calamidade. -----

----- - No dia dez de dezembro, estive presente na Escola Sophia de Carvalho, em Algés no Concerto de Natal da Orquestra dos Navegadores. É uma orquestra da responsabilidade da Orquestra de Câmara de Lisboa, do Maestro Pedro Carneiro e que, no âmbito dos Contratos

Locais de Segurança está a criar, pelo menos há três anos, uma orquestra com os jovens e crianças do Bairro dos Navegadores e como é natural foi realmente uma cerimónia muito bonita e emocionante e esta altura é muito boa para emoções. -----

----- - No dia doze, teve lugar a inauguração da ligação Viária Norte-Sul de Miraflores, ligação à CRIL, uma obra que já devia ter sido realizada há muito tempo, deveria ter sido coincidente com a construção da CRIL, que teve uma saída para Miraflores, mas curiosamente, não ficou com uma entrada na CRIL e, mesmo assim, ainda falta uma entrada Norte-Sul, o projeto está pronto, que irá ligar para Norte, a partir dos Bombeiros, o chamado Alto do Duque. -

----- - No mesmo dia, pelas dezassete horas, decorreu uma Assembleia Geral do Taguspark, no Núcleo Central do Taguspark, para aprovar o Plano de Atividades para o próximo ano, o qual foi aprovado, por unanimidade, e foi registada a dinâmica extraordinária que o Taguspark tem vindo a ter nos últimos anos, a que não é alheia a atual Administração, que introduziu uma dinâmica que já há muito tempo não era conhecida. -----

----- - No dia treze, estive presente, aliás, onde tive a oportunidade de apresentar as condolências da Câmara Municipal e agora, plasmamos no voto de pesar, no funeral da vítima das inundações em Algés, Dona Odete, que eu conhecia há mais de vinte e cinco anos, tanto ela como o marido.-----

----- - No dia quinze estivemos na Rua Major Afonso Palla e ruas adjacentes numa visita com a Ministra Mariana Vieira da Silva, que se inteirou dos prejuízos junto de comerciantes e muito particularmente dos três locais mais atingidos: a Estação de Oeiras, o parque de estacionamento e o Centro de Saúde. -----

-----Depois, visitei os comerciantes da Rua Damião de Gois, da Rua Major Afonso Palla, enfim, houve um diálogo com os comerciantes e é de salientar, apesar da desgraça, da infelicidade que se abateu sobre toda aquela gente e os prejuízos, ao mesmo tempo, a energia, a força que essas pessoas transmitem, no sentido de levantar a cabeça, limparem tudo aquilo que



Câmara Municipal
de Oeiras

têm para limpar, e o mais rapidamente porem em funcionamento as suas lojas. -----

----- - À Ministra demos a conhecer os prejuízos que já tínhamos identificados. -----

----- - No mesmo dia, pelas dez horas, abriu mais uma unidade comercial, a Mercadona, no limite da fronteira de Sintra com Oeiras, mas ainda em Oeiras, em terrenos do Taguspark, onde foram realizadas novas infraestruturas e onde cerca de metade ou mais de metade daquele terreno é destinado, à instalação de empresas que estejam, de alguma forma, ligadas às áreas de Tecnologia, da Educação, da Inovação e de outros.-----

----- Escusado será dizer que nesta inauguração do Mercadona e nos últimos dias até ontem, acontece aquilo que normalmente se verifica quando alguém suspeita ou tem conhecimento que há pechinchas nos preços e foi uma inundação e sei que, no passado sábado, às vinte horas já não havia nada nas prateleiras e tem sido uma enchente de gente, porque alguns preços são, de facto, mais atrativos nesta altura do Natal, mas, acredito que setenta por cento da clientela seja de Sintra, é uma das particularidades deste nosso Concelho, estamos aqui, mas é a passagem, mas também é atrativo noutros aspetos. -----

----- - Nesse mesmo dia, pelas onze horas, ainda tivemos uma reunião na CCDR de Lisboa, justamente para uma conversa sobre as cheias, mas agora na perspetiva de qual a metodologia que deve ser seguida no sentido de comunicar ao Estado ou à Administração Central, através da CCDR, os prejuízos sofridos em infraestruturas, como disse há pouco no dia oito nós não tivemos prejuízo nas infraestruturas a não ser o colapso do coletor, no inicial, em Tercena, já no dia treze foi diferente, no dia treze já tivemos prejuízos mais avultados do colapso de muros, os escorregamentos de terras, pontes abaladas na Pedreira Italiana, sobretudo os gradeamentos dessas pontes, na Senhora da Rocha, o colapso naquele muro, aquela barreira do Dafundo terá sido esse o maior prejuízo em infraestruturas municipais. -----

----- Houve problemas em várias escolas, mas, em tudo isso é notável, a capacidade operacional, quer da Câmara, dos Serviços Camarários, quer dos Bombeiros ou dos Polícias,

enfim, todos os agentes da proteção civil envolvidos neste processo. -----

-----O equipamento e maquinaria que hoje dispomos e que não dispúnhamos há trinta anos atrás. - -----

-----É indiscutível que nós estávamos habituados, nos últimos anos, o único local de cheia era na zona do Dafundo, como sabem foi feita uma obra de duplicação da secção da Ribeira, acabaram praticamente as cheias no Dafundo, quando há alguma subida de nível é dez/vinte centímetros no máximo e, portanto, deixou de haver cheias no Dafundo.-----

-----Havia operações de limpeza que, às vezes duas ou três horas depois, chovia muito durante a madrugada, às cinco/seis horas da manhã e quando as pessoas saíam às oito horas para casa já estava tudo limpo, e também desta vez, foi notável dois dias seguidos, houve aqui funcionários, dirigentes, etc., que estiveram dois ou três dias sem dormir e eu digo isto porque também aconteceu comigo e, portanto, pude realmente verificar onde aqueles estavam, a que horas estavam, e houve um esforço enorme acompanhado dos equipamentos necessários, não só os da Câmara, mas a parte dos Bombeiros também e nós tivemos indiscutivelmente um apoio extraordinário na parte da extração de águas com Associações de Bombeiros da Área Metropolitana de Lisboa e até fora da Área Metropolitana, portanto, houve realmente uma capacidade de resposta à reposição da normalidade extraordinária.-----

-----Nesta reunião da CCDR aquilo que se discutiu foi a forma como vão ser apresentados e a data terá que ser até ao dia trinta e um de dezembro, que vão ser apresentadas as fichas com o levantamento dos prejuízos, quer nas infraestruturas municipais, quer ao nível dos comerciantes privados.-----

-----É claro que também extraí daqui uma conclusão, julgo que não vai haver apoios do Estado, aos prejuízos dos privados, estribam-se nos seguros, os seguros que resolvam o problema e, portanto, vai haver muito tempo sem que os comerciantes tenham o apoio que não vai para além dos seguros. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Relativamente às infraestruturas municipais está definida a tipologia dos equipamentos dos prejuízos que são suscetíveis de elegibilidade e há muitos que são excluídos, por exemplo, os muros são excluídos, vamos ver o que é que é incluído, é um assunto que estamos agora a analisar, mas até ao dia trinta e um de dezembro será comunicado à CCDR todos os prejuízos que nós tivemos. -----

----- - Ainda no mesmo dia, às dezoito horas, falo nisto, porque não é assim tão vulgar como isso, mas é importante, tive a apresentação de cumprimentos da Associação de Estudantes da Escola Luís de Freitas Branco, de Paço de Arcos e disse-lhes que gostava que todas as associações me viessem apresentar cumprimentos, e ficou assente que lá para janeiro, iremos ter uma reunião com todas as Associações de Estudantes.-----

----- - Decorreu no dia dezasseis, a entrega de cabazes de Natal aos reformados, não tive oportunidade de estar presente nas outras entregas, mas tive oportunidade de passar pelo terminal de Paço de Arcos e devo dizer que voltamos às emoções, e a quantidade de funcionários reformados, mas que eu conhecia de trabalharem aqui na Câmara, pessoas extraordinárias, que trabalhavam em condições que hoje são muito melhores, realmente quem trabalhava na Câmara há vinte ou trinta anos, não tinha as condições que têm hoje e é sempre muito agradável nós vermos aquelas pessoas ali na fila à espera de receber, a sua boa disposição e é interessante, sobretudo, aquele sentimento de ligação e pertence à Câmara Municipal, o que demonstra também que independentemente do valor que o cabaz tem, é a atenção que se tem para com as pessoas, é uma questão de dignidade, gostei muito, os outros só vi através das redes sociais. -----

----- - Decorreu também no dia dezanove, mais uma Assembleia Intermunicipal da AMTRES, onde tivemos conhecimento que o Presidente da TratoLixo se vai demitir, porque apresentou pedido de reforma e veio a reforma, teoricamente não havia nada que ele não pudesse continuar como Presidente da TratoLixo, mas reformou-se da Administração Pública e, portanto, no dia um de janeiro fica desligado da TratoLixo, de maneira que ficou, em princípio, indicado

um outro para Presidente do Conselho de Administração, Dirigente da Área do Ambiente, da Câmara Municipal de Mafra.-----

-----Os problemas financeiros da TratoLixo continuam com o Sindicato Bancário a pressionar, agora quer aumentar o “spread”, a taxa de juros, etc., vamos ver, está a ser negociado também. --- -----

-----Quando houver alguma novidade informarei a Câmara Municipal. -----

----- - Ontem foi assinado o acordo com o Príncipe, da construção do liceu, que já aqui foi referido, com a intervenção das três Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Amadora. -----

----- - Quero fazer uma recomendação aos Senhores Vereadores. As declarações de voto devem ser feitas na própria reunião. Só excepcionalmente poderão ser entregues fora da reunião, portanto, as declarações de voto, em princípio, são apresentadas na própria reunião e se quiserem apresentar a informação por escrito têm que dizer o essencial na reunião e depois podem traduzir para escrito, não faz sentido nenhum, nem é democrático estar numa reunião e depois três ou quatro dias depois apresentar uma declaração de voto, que, naturalmente, não tem resposta e é fundamental que os Vereadores possam ter a possibilidade de responder uns aos outros, mas esta é uma recomendação que estou a fazer, desde que não haja exageros, estou a dizer que só excepcionalmente.-----

----- - Foi solicitado um pedido de esclarecimento pela Senhora Vereadora Carla Castelo a propósito de um Senhor que é sem abrigo e o esclarecimento será remetido por escrito.” -----

17 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----

-----Reportando-se às questões suscitadas pelos Senhores Vereadores o **Senhor Presidente** começou por dizer o seguinte:-----

-----“Relativamente à questão dos prémios, gostaria de me congratular com os prémios recebidos, porque em todas as áreas temos recebido prémios. -----

-----Antigamente colocava os prémios na antecâmara do meu gabinete, mas agora já não



Câmara Municipal
de Oeiras

vão para lá, porque já não cabem, já não há paredes suficientes para isso. -----

----- É sempre muito satisfatório e emocionante receber alguns prémios e desta vez foram só cinco. -- -----

----- Para concluir a questão da dúvida relativamente ao problema da qualidade política da Senhora Vereadora Carla Castelo vou ler a ata da audiência do julgamento, mas gostaria primeiro de dizer que para a Câmara Municipal o problema da qualidade independente da Senhora Vereadora, nunca se pôs, o problema não é esse, para a Câmara Municipal o problema é a relação da Senhora Vereadora com um partido político, neste caso o Bloco de Esquerda, que a indicou. --

----- Gostaria de acrescentar que nem o Presidente da Câmara, nem o Vice-Presidente, não temos nada pessoal contra a Senhora Vereadora Carla Castelo, mas politicamente a Câmara tem que fazer cumprir a Lei, e é obrigação do Presidente e do Vice-Presidente na sua substituição, e o que verdadeiramente importava era Vereadora independente, de quê? -----

----- Foi eleita na lista de um partido, neste caso indicada pelo Bloco de Esquerda, por isso tem que haver essa referência, era essa a questão.-----

----- A Senhora Vereadora diz que o problema dela é a identidade pessoal e independente, portanto ficou independente, para a Câmara Municipal era a ligação ao Bloco de Esquerda, ficou Bloco de Esquerda, portanto é Vereadora Independente indicada pelo Bloco de Esquerda na extinta Coligação Evoluir Oeiras, portanto estamos todos satisfeitos. -----

----- Acho ridícula esta situação, a Senhora Vereadora impôs uma ação à Câmara Municipal, não percebo esta preocupação da Senhora Vereadora Carla Castelo em dizer que gastámos vinte mil euros por causa de um advogado, claro, a Câmara Municipal recorre ao melhor, se há uma ação contra a Câmara Municipal, esta defende-se, de maneira que procurou saber qual era o melhor especialista em direito eleitoral neste País e alguém terá dito que o melhor especialista em direito eleitoral era aquele advogado, que eu nem sei quem é, porque se fosse eu a escolher, nunca escolheria um constitucionalista do Porto, nem de Coimbra, escolhia

sempre um de Lisboa, porque eu sou da escola de Lisboa, porque Coimbra é o Direito Privado, Lisboa é o Direito Público, neste caso a Câmara Municipal contrata o melhor.-----

-----Se é contratado um advogado, o contrato foi até ao dia trinta e um de dezembro, porque o processo poderia durar até trinta e um de dezembro, porque não é só para dar um parecer, é também para acompanhamento.-----

-----Vou passar a ler a Ata de Audiência de Julgamento-----

-----“Requerente: Carla Alexandra Orvalho Silva Castelo -----

-----Requerido: Município de Oeiras -----

-----Na hora marcada, identificados os presentes autos, procedeu-se de imediato à chamada de todas as pessoas que nele devem intervir, tendo sido, de seguida, comunicado verbalmente à Meritíssima Senhora Juiz o rol dos presentes e ausentes, a saber:-----

-----Presentes: -----

-----A Requerente: Carla Alexandra Orvalho Silva Castelo-----

-----O Ilustre Mandatário da Requerente: Doutor Ricardo Sá Fernandes (procuração com poderes forenses gerais, junta aos autos com a petição inicial) -----

-----O Ilustre Mandatário do Requerido: Doutor David Manuel Correia (substabelecimento com poderes forenses especiais junto aos autos com a contestação)-----

-----O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras: Francisco Rocha Gonçalves (despacho de delegação de competências junto aos autos sob a referência um quatro um um quatro cinco quatro nove zero.-----

-----Testemunhas da Requerente: -----

-----António Perez Metelo-----

-----Duarte Cardoso da Mata-----

-----António Eloy -----

-----Carlos Matos Gomes-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Consigna-se que a presente audiência de julgamento é gravada nos termos do disposto no artigo centésimo quinquagésimo quinto, do Código de Processo Civil (doravante CPC).-----

----- Declarada aberta a presente diligência, pelas dez horas e dezoito minutos, pelo Tribunal foi tentada a conciliação entre as partes, a qual não foi possível alcançar. -----

----- Nesta senda, após interpelação da Meritíssima Senhora Juiz, foi, pelo Ilustre Mandatário do Requerido, requerida a junção aos autos da contestação. -----

----- Consigna-se que foi entregue pelo Ilustre Mandatário do Requerido o original da contestação, que foi digitalizada para os autos, encontrando-se associada via Citius sob a referência um quatro um um quatro quatro quatro um quatro, tendo sido entregue também uma cópia ao Ilustre Mandatário da Requerente.-----

----- Após, pela Meritíssima Senhora Juiz foi proferido o seguinte: -----

----- Despacho-----

----- Atento o teor da contestação, concede-se à Requerente o exercício do contraditório nos termos do artigo terceiro, número quatro, do CPC, concedendo-se meia hora para o efeito, suspendendo-se os trabalhos por esse período. -----

----- (Gravação efetuada no sistema Hábilus media studio, de rot. dez:dezoito:trinta e dois a dez:trinta:dez) -----

----- Retomados os trabalhos, pelas onze horas e treze minutos, pela Meritíssima Senhora Juiz foi indagado o Ilustre Mandatário do Requerido quanto ao pagamento da taxa de justiça total devida pela apresentação da contestação, uma vez que apenas foi junto o comprovativo de pagamento referente à primeira prestação. -----

----- Neste sentido, pelo Ilustre Mandatário do Requerido foi solicitada a interrupção dos trabalhos a fim de ser efetuado o pagamento da totalidade da taxa de justiça, sendo o comprovativo de pagamento enviado via e-mail, o que foi deferido pela Meritíssima Senhora

Juiz. -----

-----Após, por determinação do Tribunal foi solicitado, oficiosamente, a junção do boletim de voto para os órgãos do município, tendo o Requerido indicado que iria proceder à sua junção na presente audiência e diligenciar de imediato pela obtenção do aludido boletim. -----

-----Consigna-se que foram enviados, via e-mail, o comprovativo do pagamento da totalidade da taxa de justiça e o boletim de voto acima referido, os quais se encontram associados via Citius sob as referências dois dois dois sete dois nove sete um e dois dois dois sete três zero três oito, respetivamente. -----

-----Retomados os trabalhos, pelas onze horas e quarenta e seis minutos, e após novas conversações com o auxílio da Meritíssima Senhora Juiz, a fim de obterem um acordo, o Requerido declarou que aceitava a identificação da Requerente como Vereadora Independente indicada pelo Bloco de Esquerda já a Requerente declarou que aceitava realizar um acordo se fosse feita menção à Coligação Evoluir Oeiras, por ter sido assim que se apresentou ao eleitorado.- -----

-----Após novas conversações e sob proposta da Meritíssima Senhora Juiz, pelas partes foi dito terem chegado a acordo nos seguintes termos:-----

-----Um. O Município de Oeiras passará a identificar a Autora como Vereadora Independente indicada pelo Bloco de Esquerda na extinta Coligação Evoluir Oeiras. -----

-----Dois. O Município de Oeiras abstém-se de identificar a Autora como Vereadora do Bloco de Esquerda. -----

-----Três. As custas ficam a cargo do Réu, prescindindo ambas das custas de parte.-----

-----Nesta senda, pela Meritíssima Senhora Juiz foi proferida a seguinte: -----

-----Sentença Homologatória -----

-----“Atento o objeto em litígio e a qualidade das partes, homologa-se por sentença o acordo alcançado, condenando as partes a cumpri-lo nos seus precisos termos. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- As custas processuais serão pagas nos termos acordados, nos termos do artigo quingentésimo trigésimo sétimo, do CPC. -----

----- Fixa-se o valor da ação em trinta mil euros e um cêntimo. -----

----- Registe e notifique.”-----

----- Pelas doze horas e um minuto a Meritíssima Senhora Juiz deu por encerrados os trabalhos da presente audiência de julgamento. -----

----- Para constar se lavrou a presente ata que depois de lida e achada conforme vai ser assinada eletronicamente pela Meritíssima Senhora Juiz.-----

----- A Juiz de Direito, -----

----- Doutora Susana Alves da Cruz -----

----- A Oficial de Justiça, -----

----- Cátia Mendonça” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte: -----

----- “Queria falar de três assuntos que são muito importantes.-----

----- Um deles o Senhor Presidente pelos vistos tem uma proposta para apresentar extra-agenda e eu peço que seja colocada no Salão Nobre Digital para durante a reunião a poder analisar.”-- -----

----- O **Senhor Presidente** interrompeu para dizer o seguinte: -----

----- “Não era sobre esse assunto que lhe dei a palavra.” -----

----- Voltando a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “Mas então sobre as outras duas coisas. -----

----- O Senhor Presidente disse que a declaração de voto tem que ser apresentada oralmente, eu não tenho nada contra isso, eu sigo o Regimento e então o Senhor Presidente tem de apresentar uma nova proposta de Regimento, a qual eu até votei contra em outubro de dois mil e vinte e um, em que diz: -----

-----“...Artigo décimo quinto: -----

-----Declaração de voto -----

-----Qualquer membro da Câmara Municipal pode apresentar as declarações de voto, as quais são exclusivamente apresentadas por escrito nos Serviços Administrativos no prazo de quarenta e oito horas através do endereço eletrónico a AOM ponto CM, @ Oeiras.pt devendo as mesmas constar da respetiva ata da reunião e dela fazer parte integrante...”-----

-----Eu não tenho nada contra que se passem a fazer oralmente, até determinado tempo até as fazia, mas depois vim verificar o Regimento e passei a seguir o Regimento. -----

-----Outra questão. -----

-----“...Artigo décimo sexto -----

-----Reações contra ofensa à honra ou consideração...” -----

-----O Senhor Vice-Presidente, o Senhor Vereador eleito pelo INOV enquanto ainda era militante do PSD, o partido do qual depois foi expulso, disse que não gosta de gente pouco urbana, portanto, referindo-se a mim, eu não vou responder-lhe a essa questão, só agradecer-lhe ter lido a toda esta Câmara, a contestação que o Executivo pagou por mais de vinte mil euros, ao Professor Lamas Leite com dinheiro do erário público para resolver um assunto que poderia ter sido resolvido com diálogo se houvesse bom senso, eu nunca, aliás, está em ata, desmenti ou nunca omiti que tivesse sido indicada pelo Bloco de Esquerda, disse-o aqui várias vezes, fui indicada, com muito orgulho, pelo Bloco de Esquerda. Insisti sempre que era independente e que tinha sido eleita numa coligação, porque muitos dos meus eleitores me têm escrito a dizer: “Eu votei na Coligação Evoluir Oeiras, não votei apenas no Bloco de Esquerda, não votei no Bloco de Esquerda, votei na Coligação”, portanto, para mim, a minha identidade política é esta, independente eleita na Coligação Evoluir Oeiras indicada sim pelo Bloco de Esquerda, sem qualquer problema.”-----

-----De novo no uso da palavra o **Senhor Presidente** disse o seguinte:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Muito bem está resolvido o assunto, e bem, está tudo satisfeito, isso é que é preciso. Vereadora Carla Castelo independente indicada pelo Bloco de Esquerda na extinta Coligação Evoluir Oeiras.-----

----- Relativamente a questões que a Senhora Vereadora colocou, eu não vou responder a todas as questões que colocou, mas relativamente à questão do Casal das Chocas nós aguardamos a conclusão do projeto e, portanto, se houve alterações nos custos, isso tem a ver com a negociação que tem havido com a CCDR, no sentido do que será a recuperação daquele espaço. -

----- Neste momento, não lhe posso dar informações parcelares, quando tivermos todo o assunto concluído em termos de projeto, nessa altura nós sabemos exatamente como as coisas vão correr, portanto, não vale a pena estar aqui todos os dias a falar nisso, a Câmara Municipal já se disponibilizou para remover as terras, fazer uma recuperação ambiental daquela zona. Claro que vai ficar muito melhor do que estava e do conhecimento que temos não houve nenhum escorregamento de terras, só quem vê a coisa com olhos muito exagerados e nem houve problemas em termos de linha de água, portanto, qualquer escorregamento de terras que tinha havido ali não é significativo e a Senhora Vereadora sabe isso muito bem, se já foi lá, de todo o modo, tudo aquilo será recuperado, restituída a situação pré existente, é esse o compromisso da Câmara Municipal e, portanto, em breve, em função da evolução do projeto são dadas informações à Câmara Municipal.”-----

18 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR À OEIRAS PADEL ACADEMY: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta verbal do **Senhor Vereador Pedro Patacho**, exarar em ata um voto de louvor ao Oeiras Padel Academy, na medida em que no dia quinze de dezembro teve lugar a cerimónia anual da Federação Portuguesa de Padel onde entregou o “Best Padel World”, a vários

agentes e atletas do universo desta modalidade e foi distinguido o Oeiras Padel Academy com dois importantes prémios: Melhor Clube do Ano e Empreendedorismo, o qual deverá ser transmitido ao Clube.-----

19 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SR. PRESIDENTE DA DIREÇÃO DO GRUPO RECREATIVO DE TERCENA, SR. JOSÉ VENTURA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta verbal do **Senhor Vereador Pedro Patacho**, exarar em ata um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Presidente da Direção do Grupo Recreativo de Tercena, Senhor José Ventura, o qual deverá ser transmitido ao Clube e à família. -----

20 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA MARIA ODETE:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta verbal da **Senhora Vereadora Carla Castelo**, exarar em ata um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Odete, aquando das cheias ocorridas em Algés, na noite do dia sete de dezembro, o qual deverá ser transmitido à família. -----

21 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR AOS FUNCIONÁRIOS DA CMO, BOMBEIROS, PSP, DISPOSITIVO DA PROTEÇÃO CIVIL, FUNCIONÁRIOS DA PARQUES TEJO:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta verbal do **Senhor Presidente**, exarar em ata um voto de louvor aos



Câmara Municipal
de Oeiras

funcionários da Câmara, aos Bombeiros, PSP, todo o dispositivo da Proteção Civil, funcionários da Parques Tejo, pelo entusiasmo, esforço que fizeram na altura das intempéries, porque sentiam que o seu trabalho era fundamental para darem uma imagem adequada de alguém que se preocupa com os outros e houve uma resposta célere.-----

----- O qual deverá ser transmitido aos visados.-----

22 - PROPOSTA Nº. 1068/22 - DE - APROVAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OEIRAS: -----

----- I - O **Senhor Presidente** mencionou o seguinte:-----

----- “A Carta Educativa já foi apresentada na reunião passada, está em condições de ser votada e não o foi porque havia três ou quatro Vereadores fora e eu achei que era um documento que qualquer pessoa que vote contra ou a favor gosta de estar associado a isto.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** frisou o seguinte: -----

----- “Estavam a dizer que a proposta foi discutida, eu não tinha essa indicação e tinha uma série de questões.-----

----- Repare, sendo esta uma Carta Educativa é a nível municipal o instrumento de planeamento, ordenamento prospetivo de edifícios, equipamentos, etc., em nosso entender deveria ter os instrumentos previstos e aquilo que me disseram é que no dia sete de dezembro o Senhor Presidente disse que talvez não fosse má ideia ter um anexo com a previsão do investimento e que o Senhor Vereador Pedro Patacho considerou que era uma oportuna sugestão.”-----

----- Voltando o **Senhor Presidente**: -----

----- “Mas não é para já, vai para discussão pública, ou já foi?-----

----- Referindo o **Senhor Vereador Pedro Patacho**:-----

----- “Teve discussão no Conselho Municipal de Educação e agora daqui vai para a Assembleia Municipal e segue para o Ministério as atas da reunião de Câmara e da Assembleia

para promulgação.”-----

-----Atalhando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Fui eu próprio que falei na questão de se ter uma previsão do investimento, mas na verdade, com a volatilidade que está a haver é muito difícil ter essa previsão, mas pode-se fazer uma estimativa, é um anexo, mas isso pode ser feito mais tarde, não há problema. -----

-----Eu próprio estou de acordo e sugeri isso, é claro que é uma coisa que se desatualiza logo, porque vemos isso com o estudo que temos das escolas que ultimamente mandámos reparar, os preços, no espaço de seis meses ou um ano mudam radicalmente, mas podemos ter uma estimativa, que depois são atualizados com a inflação ou com o valor dos preços, acho que vale a pena ter um referencial qualquer.”-----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** alegou o seguinte: -----

-----“Apesar de ter aqui várias reações negativas, efetivamente não estive cá na última reunião e não participei nesta discussão e tendo vindo esta proposta hoje para votação e estando cá o Partido Socialista para fazer a votação, nós temos aqui algumas questões que eu queria colocar. ---- -----

-----Começava por saudar o esforço feito e todo o trabalho que os Serviços despenderam na preparação e na conclusão deste documento, até porque este é um documento estratégico essencial e nós fazemos, de facto, uma avaliação positiva do esforço realizado, nomeadamente, para que exista uma orientação e estratégia nesta área, porque mesmo quando nós estamos completamente de acordo, entendemos que podem ser escolhidos caminhos diferentes em algumas questões, este é um exercício fundamental para encontrarmos as melhores soluções a cada uma das grandes áreas de atuação do Município, porque é do debate de ideias e de soluções que nasce um compromisso, o melhor compromisso para o território, para os cidadãos e o Partido Socialista espera que as suas conclusões possam servir para complementar o trabalho que tem vindo a ser feito. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Nesse âmbito, tenho várias questões, depois tenho muito declaração de voto para entregar, mas nestas questões, vêm já as preocupações do Partido Socialista.-----

----- Em primeiro lugar, gostaríamos de perguntar em que ano é que começarão a funcionar estes novos agrupamentos, se há alguma previsão relativamente a isto e como é que se desenrolará a implementação deste plano.-----

----- Depois, o Partido Socialista tem algumas ressalvas relativamente ao mapa que é proposto, nomeadamente a Barcarena, que é a única Freguesia que não tem o Agrupamento de Escolas e as escolas que estão no território da Freguesia vão ser distribuídas por dois agrupamentos, um em Porto Salvo e outro em Queijas.-----

----- De facto, já na última Carta Educativa o Partido Socialista tinha considerado que era importante haver também e, aliás, como vimos hoje ainda vem reforçar aqui na apresentação do Plano de Mobilidade, esta é uma Freguesia que se prevê uma tendência de crescimento e nós temos, de facto, alguma dificuldade em perceber por que é que não foi pensado um agrupamento de escolas para Barcarena.-----

----- Foi feito algum estudo relativamente aos movimentos pendulares mais frequentes dos pais desta Freguesia?-----

----- Foram ouvidas as Associações de Pais desta escola?-----

----- O que disseram?-----

----- A Freguesia foi ouvida e qual é que foi a resposta?-----

----- Porque no nosso entender, julgamos que esta opção não é positiva para Barcarena, nomeadamente para a coesão social daquela Freguesia, poderíamos ter repensado esta questão.---

----- Depois também temos algumas dúvidas, relativamente à Escola Profissional que é proposta, aproveitando a desativação da Escola Sophia de Mello Breyner, gostaríamos de saber se já há uma ideia de qual é o modelo que se pretende, se é privado, se é público, se esta oferta foi estudada, que oferta pode existir ali naquele polo, se houve algum estudo relativamente a isto

e se foi feito, no fundo, o levantamento dos setores profissionais que são servidos, quer pelo Município, quer pelos restantes empregadores do Concelho, que pudesse dar alguma viabilidade a esta opção para nós podermos entendê-la melhor. -----

-----Também, relativamente ao Plano Educativo Municipal, aquele que contém a política educativa e que descreve os objetivos estratégicos e as ações a implementar, consideramos que faltam métricas para uma avaliação, uma monitorização daquilo que se pretende, entendemos que é fundamental que sejam adicionados a estas ações indicadores que sejam mensuráveis, que nos permitam também aferir o caminho que queremos fazer, são obviamente essenciais, para poder avaliar a implementação e monitorização deste plano. -----

-----Também consideramos que, relativamente a esta política educativa, a estratégia que aqui vem definida, aquilo que nós observamos, é que ela é fortemente focada na Área da Ciência, Tecnologia e Inovação e nós achamos que este poderia ter sido um caminho mais explícito e mais assumido, contemplando, inclusivamente, este objetivo naquilo que é o perfil de competências que se pretende para a saída dos alunos no ensino obrigatório, alinhar isso com este desígnio que o Município tem.-----

-----Depois, também temos algumas dúvidas relativamente ao desativar do atual Agrupamento Carnaxide/Portela e de dispersar estes alunos por outros Agrupamentos, gostaríamos de ter visto ali uma fundamentação mais profunda que nos pudesse permitir avaliar com maior detalhe as mais-valias e as menos-valias desta opção que aqui vem, desativar aquela escola e de integrar outros modelos noutros territórios diferentes daquele, neste sentido o PS não consegue fazer uma melhor avaliação deste caminho que se propõe para estes alunos.-----

-----Também consideramos que este mapa, apesar de concordamos genericamente com ele, temos estas ressalvas que aqui referimos, mas este mapa podia ter também aquilo que são as áreas de influência de cada agrupamento de escolas, para percebermos onde é que em cada zona os alunos irão ser colocados. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Por outro lado, a mobilidade e nós sabemos que é algo que nos tem preocupado e hoje tivemos aqui a apresentação deste plano que irá produzir efeitos no futuro, mas que pode ainda não produzir efeitos no momento em que estamos a implementar esta Carta Educativa e aquilo que nos pareceu do estudo que foi feito é que tem a fragilidade de ter sido feito durante a pandemia e, portanto, não é representativo daquilo que é uma realidade pós pandemia, que ainda por cima, veio reforçar até o uso do transporte privado relativamente a uma período pré-pandemia.- -----

----- Também gostaríamos de ter visto no documento uma referência à articulação entre este plano e o PDM, achamos que deveria ter havido uma nota no documento sobre isto. -----

----- Gostaríamos também de poder ter acesso aos documentos resultantes do processo de auscultação que foi feito, porque olhar para esses relatórios, pode-nos dar uma ideia mais concreta daquilo que é o sentimento dos vários atores da comunidade educativa. -----

----- Também gostaria de perguntar se as Freguesias foram ouvidas, bem sei que, se calhar, depois também lhes competia, eventualmente, ouvir as Assembleias de Freguesia, mas também gostaríamos de saber quais foram as considerações que cada uma delas fez sobre o que é apresentado. -----

----- Finalmente, consideramos que foi pena que não se tivesse incluído os resultados mais recentes dos Censos de Dois mil e Vinte e Um, mesmo que isso pudesse significar algum atraso na submissão deste documento, esta atualização poderia também ter sido fundamental para uma análise mais exata da realidade, por exemplo, há ali projeções que aumentam a população em Oeiras, mas os Censos até nos vieram mostrar que há um decréscimo e que há zonas que estão mais em expansão e outras mais em regressão, há uma inversão daquilo que era a tendência anterior. --- -----

----- Estes dados poderiam ser importantes para percebermos onde é que o Concelho cresce e onde diminui, isso poderia ter sido também para esta análise que aqui fazemos hoje,

independentemente disso, consideramos que este é um documento fundamental e que é um documento, de facto, estruturante e muito relevante, aguardamos então as respostas.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte: -----

-----“Eu, não tendo estado na reunião passada e já que a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho teve esta oportunidade também tinha aqui algumas questões, não sei se já foram respondidas, que se prendem precisamente com o facto da comunidade escolar não ter sido tão envolvida e auscultada como seria desejável, por estarmos realmente a passar por um período de pandemia, esse facto, parece-nos realmente particularmente relevante para a solução apresentada para o Agrupamento de Carnaxide Portela que prevê a sua extinção.-----

-----A Câmara propõe realmente a passagem do Jardim de Infância de uma das escolas para o Agrupamento de Escolas de Miraflores e a transformação da Escola Básica Sophia de Mello Breyner, no tal Polo de Ensino Profissional, sendo depois os alunos integrados ou na Secundária de Miraflores ou na Camilo Castelo Branco, em Carnaxide.-----

-----Nós gostaríamos de saber realmente, porque é que não se projeta a construção de uma nova escola na área da Outurela/Portela e Barrinhos, que poderia servir melhor os propósitos anunciados com a extinção desta escola.-----

-----Também referir que os próprios autores nos comentários que fazem, referem que o estudo teve os tais constrangimentos da pandemia, não houve visita às instituições, as entrevistas foram feitas “online” e isso é claro que limita muito o trabalho, houve uma reduzida adesão aos inquéritos e aos “Focus Group”.-----

-----Os dados baseiam-se realmente nos Censos de dois mil e onze, eu percebo porque o estudo encomendado à época, possivelmente não existia os de dois mil e vinte e um, mas agora também temos esses dados e as projeções que são apresentadas são baseadas em tais modelos, se calhar, idades que já não estão atuais, perante estas questões, que validade é que temos nesta Carta Educativa, com um estudo realizado nestas condições? -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Se queremos um documento orientador a médio e longo prazo, para um período de dez anos, se calhar, podíamos ter aqui feito uma atualização já pós dois mil e vinte e um, que permitisse melhorar determinados aspetos.” -----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** aludiu: -----

----- “Vou ser muito breve, até porque esta discussão já foi feita, consta na ata do dia sete de dezembro, porque eu já a li, vou só pedir aos Serviços que ponham exatamente a mesma informação, porque eu não vos vou enfasiar aqui nesta reunião, ou seja:-----

----- Dizer que realmente isto é um projeto que leva tempo, um documento que leva tempo e que teve aqui também muitas reuniões e várias propostas à volta disso, mas relativamente a esta proposta, o PSD gostaria só de deixar aqui algumas notas, porque no meio desta discussão, acabaram por ficar e, neste âmbito, nós achamos que deveriam ser agora aqui incluídas, se houver essa possibilidade e relativamente a esta proposta, temos vindo a alertar para algumas situações e segundo a própria Carta Educativa, podemos verificar que há um crescimento total da população em idade escolar em sete vírgula dois por cento no Concelho de Oeiras, para este acréscimo contribuiu de forma muito positiva, tanto a União de Freguesias de Carnaxide e Queijas com uma variação de vinte e dois vírgula seis por cento e a Freguesia de Barcarena com vinte vírgula quatro por cento, mas também a União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo com onze vírgula quatro por cento, contudo, por outro lado, a União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias assim como a Freguesia de Porto Salvo, registou-se um decréscimo desta população em idade escolar, assim recomendaríamos que nesta Carta Educativa, completa curto médio prazo, um plano de intervenção que vise reestruturar a rede de tipologias de escolas com plano de intervenção a curto prazo em parecia com o Ministério da Educação nas áreas de influência dos agrupamentos, onde não há respostas para crianças de quatro anos e alunos do primeiro ensino obrigatório, requalificação dos espaços exteriores, acessibilidades, refeitório, biblioteca e sala de educação física da Escola Silva Philips,

em dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro e melhorar a resposta em pré-escolar e primeiro ensino na localidade de Carnaxide que compreende com o JI e EB Um Antero Basalisa e a Escola Sílvia Philips, se assim como a Escola Vieira da Silva.-----

-----E, por fim criar um Centro Escolar em Barcarena com biblioteca, espaços para a área de exposições, educação física e refeitório dando resposta também aqui ao pré-escolar e primeiro ciclo. -----

-----Se estas propostas forem aceites o PSD irá votar favoravelmente.-----

-----Entretanto gostaria de dar nota à Senhora Vereadora Carla Castelo, porque o Senhor Vereador Duarte da Mata referiu grande parte do que disse e disse também algumas partes daquilo que o PSD também já tinha mencionado. -----

-----A intervenção tinha sido feita no vosso âmbito, realmente no PS não houve, mas no vosso âmbito tinha sido feita e julgo que até tiveram em conta várias coisas que o próprio Vereador disse que iriam ser incluídas, o PSD não vê problemas na aprovação desta proposta.” --

-----Volvendo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Na reunião passada esta proposta ia ser votada, por unanimidade, toda a gente estava de acordo. -----

-----Acontece que eu considerei, porque é um documento realmente importante, que duas ou três pessoas, por razões várias, não estavam presentes, uma delas era a Senhora Vereadora Teresa Bacelar, a outra a Senhora Vereadora Joana Baptista, a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho e o Senhor Vice-Presidente, embora houvesse unanimidade nessa matéria, achei que era um documento ao qual as pessoas se deviam associar, teoricamente, hoje era apenas para votar.-----

-----Pelo que eu verifico há uma perspetiva absolutamente demolidora da Carta Educativa, de maneira que eu estou preparado para responder, eu, não, é o Vereador Pedro Patacho, às questões todas que colocaram.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Eu tive oportunidade de ler a Carta Educativa e porque conheço a realidade, designadamente, as considerações feitas a propósito dos agrupamentos. -----

----- Esta é uma questão séria e eu não vou pôr o Vereador Pedro Patacho a responder em dez minutos, até porque temos aqui muitos assuntos a tratar e há algumas propostas aqui que não podem esperar, a Carta Educativa tem esperado tanto, também pode esperar mais quinze dias, por isso, o Senhor Vereador vai preparar a resposta e a Carta Educativa vai ser votada na próxima reunião, porque perante as questões que aqui foram colocadas, obviamente, que o Vereador não vai responder agora em cinco minutos, tem que ter, pelo menos, meia hora ou uma hora para responder a tudo isto, regista as questões que foram colocadas e na próxima reunião responde com calma.” -----

----- II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

23 - PROPOSTA Nº. 1103/22 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE INTERVENÇÃO CULTURAL “A JUNÇÃO”, PARA APOIO AOS 40 ANOS DE CARREIRA DE PEDRO DE FARO: -----

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da agenda. -----

24 - PROPOSTA Nº. 1138/22 - DPCHM - Pº. 37-DPCHM/2022 - CONSTRUÇÃO DE PROGRAMA HABITACIONAL DO PARQUE DA JUNÇA, LINDA-A-VELHA - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO, MINUTA DO CONTRATO E SUBSTITUIÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte: -----

----- “Eu tenho aqui questões que são do conhecimento do Senhor Presidente, porque eu mandei-lhe um mail, aliás, mandei dois, porque não obtive resposta ao primeiro nem ao segundo.

----- Nós aprovámos convictamente este programa habitacional e queremos continuar a

poder aprová-lo, a votar favoravelmente, portanto, concordamos que se faça habitação, isto é importante que fique claro, porque o Senhor Presidente às vezes não compreende, concordamos que se faça habitação a custos controlados nos nossos centros urbanos, somos favoráveis aos projetos equilibrados de habitação pública na malha urbana consolidada, junto aos transportes públicos e aos serviços, só que temos de cumprir as regras e ao ter detetado um incumprimento dos artigos cinquenta e nove e o sessenta, do Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU, que lhe mandei, chamámos à atenção que é importante corrigir essa questão, porque é importante que o projeto respeite a lei e tendo em conta que o projeto vai ter de ser reformulado para cumprir o regulamento, parece-me a mim que não podemos estar a cumpri-lo tendo detetado esta questão. -----

-----Porque tendo sido identificado que num processo se está a violar legislação urbanística, será inevitável termos as declarações de responsabilidade de todos os intervenientes a que se somará depois a todos os outros que estejam envolvidos, é para estarmos alertados para esta situação, porque eu a primeira vez votei a favor e como lhe digo, quero continuar a votar a favor deste programa habitacional, mas é importante verificar se os Serviços já verificaram este incumprimento que o projeto apresenta, que orientações foram dadas por si para resolver a questão e portanto, saber estas questões é fundamental antes de podermos votar este projeto.”----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** esclareceu o seguinte: -----

-----“Eu efetivamente tive conhecimento do “email” que a Senhora Vereadora Carla Castelo enviou e, naturalmente, não sou técnico urbanista e uma das perguntas era que diligências tomou, eu não parto do princípio que há um incumprimento do RGEU, mas ainda assim confiante no que os técnicos prepararam, mandei verificar para perceber se teria havido algum lapso. -----

-----Votou favoravelmente Senhora Vereadora e pode estar descansada e poderá continuar a votar favoravelmente. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Se me permitem vou passar a ler o esclarecimento que depois entregarei à Senhora Vereadora: -----

----- “Em resposta à questão colocada relativa à proposta de deliberação mil cento e trinta e oito, Construção do Programa Habitacional do Parque da Junça, Linda-a-Velha, aprovação da proposta de adjudicação, é de referir que o mesmo cumpre os artigos cinquenta e nove e sessenta, do RGEU. -----

----- A altura da edificação encontra-se fixada de forma a que em todos os planos verticais, perpendiculares à fachada, nenhum dos seus elementos ultrapassa o limite definido pela linha reta a quarenta e cinco graus traçada em cada um desses planos, a partir do alinhamento da edificação fronteira, definido pela interseção do seu plano com o terreno exterior, conforme os cortes infra, (que estão nos desenhos), mas que constam das peças desenhadas o projeto de execução quatrocentos e onze, arquitetura zero zero.-----

----- O artigo cinquenta e nove e o artigo sessenta, do RGEU, diz que tem que haver um afastamento que é medido a uma linha de quarenta e cinco graus, conforme aqui está identificado nestas plantas. (Tenho aqui a planta cinco e a planta nove que já vou entregar à Senhora Vereadora).-----

----- Além disso, a distância mínima entre fachadas de edificações nas quais existem vãos de compartimentos de habitação é superior a dez metros, artigo sessenta. -----

----- Dez ponto oitenta e nove a sudeste e treze ponto treze metros a noroeste, conforme extratos da planta infra, constantes das peças desenhadas do projeto de execução que se identifica (e que está desenhado aqui).-----

----- Verificam-se assim todas as condições de iluminação e ventilação natural nas pré-existências e no projeto que se pretende edificar, verificando-se deste modo o cumprimento do princípio orientador do RGEU, naquilo que é o garante da salubridade das edificações no seu conjunto, nos termos do artigo cinquenta e oito. -----

-----Assina, Diretora de Departamento, arquiteta Patrícia Gonçalves Costa”.-----

-----Se o Senhor Presidente permitir para que a Senhora Vereadora possa votar mais esclarecida e mais tranquila, eu entregaria as peças escritas para que possa ver os desenhos, mas que constam no projeto de execução.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte:-----

-----“Eu gostaria de ter tido acesso a esse esclarecimento mais cedo, faria todo o sentido.

-----Aquilo que é o parecer de arquitetos que consultaram o processo é que:-----

-----“Após a análise do projeto de execução da obra de construção deste edifício de habitação coletiva e comércio, o Programa Habitacional da Junça promovido pela Câmara Municipal, localizado em Linda-a-Velha, observamos a planta do edifício que não respeita o cumprimento da regra dos quarenta e cinco graus aos edifícios fronteiros, segundo o artigo cinquenta e nove, do RGEU.-----

-----As peças desenhadas apenas demonstram o cumprimento do edifício novo em relação ao existente e não o contrário e assim, como refere o mesmo ponto, a regra é aplicada ao seu plano com o terreno exterior e também tenho aqui um desenho.-----

-----Também não é respeitada a distância mínima entre fachadas nas quais existam vãos de compartimentos de habitação, conforme o previsto no artigo sessenta.-----

-----O edifício existente a sudeste na sua quota zero possui vãos de compartimentos de habitação. A distância medida entre o novo edifício e o edifício existente é de seis vírgula seis metros e não de dez como previsto no artigo do RGEU que acima referi.-----

-----Assim sendo o edifício proposto deverá recuar três vírgula noventa e quatro metros, considera-se que a presença do portão de estacionamento e das grelhas de ventilação permanente a uma distância tão reduzida da fachada do prédio existente a sudeste não garantem a salubridade dos fogos por aquela fachada arejam.” -----

-----Eu também tenho algumas imagens, eu devo dizer que não sou de todo especialista



Câmara Municipal
de Oeiras

nesta matéria e, por isso mesmo, o que estou a alertar é porque aquilo que nos dizem, arquitetos que fizeram este parecer, não se está a cumprir, eu só posso continuar a alertar para ver se há alguma situação que mereça realmente alguma reponderação deste projeto no sentido de estarmos todos confortáveis com a aprovação desta proposta, que é assim que eu quero estar.” ---

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “A questão é simples, em primeiro lugar este projeto é um projeto que está no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência Português - PRR, o que significa que aqui não pode haver mesmo atrasos, um dia de atraso é a morte do artista e, portanto, nós temos que acelerar, isto é um processo de aceleração extraordinária, primeiro temos de votar, segundo a arquiteta Patrícia Costa, Diretora do Departamento, é uma pessoa que merece toda a confiança, portanto, não sei quem são os arquitetos que a Senhora Vereadora Carla Castelo consultou e podemos pô-los em diálogo com a arquiteta Patrícia Costa. -----

----- Nós aprovamos esta proposta, se porventura vierem demonstrar até à fase de adjudicação que há qualquer ilegalidade, com certeza que a Câmara Municipal, aliás, sabendo de uma ilegalidade dessa natureza seria embargado e a obra pararia. -----

----- A Câmara não pode correr o risco de avançar com obras que porventura tenham qualquer vício, de maneira que, à partida, temos de confiar nos nossos arquitetos. -----

----- Ontem bastou-me ver um cidadão que esteve na Assembleia Municipal e que estão a fazer todos os meios para que não se faça lá, porque não querem lá pobres. Senhora Vereadora, estou a falar aquilo que o cidadão disse. -----

----- É natural que, pelo menos já foi bastante para que a Senhora Vereadora contactasse arquitetos para lhe darem um parecer sobre a situação, portanto, houve alguma motivação para isso. -----

----- Ora bem, a Câmara Municipal tem os seus técnicos e os seus arquitetos e a Diretora do Departamento desta área argumenta realmente que não há qualquer ilegalidade, se até à

adjudicação se verificar alguma ilegalidade resolvemos o assunto. -----

-----Senhora Vereadora, eu não tenho nenhum problema, ponha os arquitetos com quem falou a falar com a arquiteta Patrícia Costa, se se vier a demonstrar que há qualquer ilegalidade nós suspendemos a obra, como é óbvio.” -----

-----Atalhou o **Senhor Vice-Presidente:** -----

-----“A arquiteta Patrícia Costa é alguém que tem anos e anos de experiência no licenciamento urbanístico.” -----

-----De novo no uso da palavra, prosseguiu o **Senhor Presidente:** -----

-----“Mas fica esta disponibilidade se houver algum problema, agora não podemos adiar, porque como digo, é mais uma obra no âmbito do PRR, e não pode haver aqui hesitações, se houver é porque não se faz mesmo, isso é outra questão.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar o relatório final do júri e proposta de adjudicação da empreitada “Construção do Programa Habitacional do Parque da Junça - dezasseis fogos e quatro frações comerciais, Linda-a-Velha”, ao concorrente Tecnorém - Engenharia e Construções, Sociedade Anónima, no valor de três milhões quatrocentos e oitenta e um mil duzentos e sessenta e sete euros e catorze cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, inclusos na informação INT-CMO/dois mil e vinte e dois/vinte e quatro mil quinhentos e oito.-----

-----A minuta de contrato. -----

-----A designação de Gestor do Contrato, o Técnico Superior da Divisão de Promoção e Conservação de Habitação Municipal, com revogação por substituição, de Técnico anteriormente designado.- -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Nos termos dos artigos quinquagésimo sétimo, sexagésimo sétimo a septuagésimo, centésimo quadragésimo sexto e centésimo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas a), h), i), m), n) e trigésimo terceiro, número um, alíneas f) e bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, repristinado pela Resolução número oitenta e seis, de dois mil e onze, de onze de abril. -----

----- Artigo quadragésimo sétimo, número um, alínea g), da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Como é sabido votámos a favor em reunião de Câmara do início de julho na deliberação sobre o lançamento do concurso para empreitada de construção do Parque Habitacional da Junça. Após termos sido alertados para a grande proximidade com os prédios já existentes na zona, e tendo visitado o local, solicitámos pareceres a dois arquitetos, que concluíram que se verifica o incumprimento do Regulamento Geral das Edificações Urbanas no projeto em causa, conforme li. De resto os desenhos existentes no Projeto de Execução que então acompanhava a proposta de deliberação de julho só se preocupavam em demonstrar que o novo edifício preenchia o artigo quinquagésimo nono, do Regulamento Geral das Edificações Urbanas na relação com os existentes, não afluando a relação inversa. Voltamos a afirmar, para que não restem dúvidas, somos a favor da habitação pública e de cariz social, mas que esta não pode desprezar as normas que asseguram que esta não se faz prejudicando a qualidade de vida dos futuros e antigos habitantes da zona.”-----

25 - PROPOSTA Nº. 1145/22 - DE - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

**ENTRE A ESCOLA NÁUTICA INFANTE D. HENRIQUE, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
PAÇO DE ARCOS E MUNICÍPIO DE OEIRAS: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a celebração de um acordo tripartido entre a Escola Náutica, o Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos e o Município, mediante a celebração de um Protocolo de Cooperação, que visa estabelecer os termos da disponibilização de salas e áreas técnicas à Escola Secundária Luís de Freitas Branco, pertencente ao Agrupamento de Escolas de Paços de Arcos; -----

-----A minuta do Protocolo de Cooperação entre o Município, a Escola Náutica Infante Dom Henrique e o Agrupamento de Escolas Paço de Arcos. -----

-----A designação da Diretora do Departamento de Educação, como gestora do contrato, para acompanhamento permanente à execução do mesmo. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d), e) e m) e artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas u) e ff), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

-----Decreto-Lei número vinte e um, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. -----

-----Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

-----Artigo vigésimo segundo-A, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo.-----

26 - PROPOSTA Nº. 1153/22 - GAEP - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2023



Câmara Municipal
de Oeiras

E RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2021, DA FUNDAÇÃO MARQUÊS DE POMBAL: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte: -----

----- “Para dar aqui uma nota, também já tive a oportunidade de falar com a doutora Paula Saraiva, que estamos a dez dias do final do ano e estamos a apreciar, mesmo que seja só apreciar, o plano de atividades e orçamento deste ano, invalida-nos qualquer sugestão que possamos fazer e não achamos que seja razoável, até porque, supostamente, ele já chegou em agosto, mesmo também já não tendo muito tempo, valeria a pena acelerar este procedimento, portanto, não temos muita apreciação para fazer sobre isto e não o iremos fazer. Fazemos só esta nota para melhoria no próximo ano.-----

----- Relativamente ao exercício de dois mil e vinte e um, queremos saudar a melhoria significativa e a evolução favorável em relação ao período homólogo e saudamos e valorizamos o desenvolvimento de atividades na área da cultura e responsabilidade social e apoio ao empreendedorismo que realmente tem valido a pena nesta Fundação.” -----

----- Interveio a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “Eu também refiro que estamos em dezembro a analisar um orçamento e um plano para dois mil e vinte e dois, é realmente inusitado e gostaríamos de perceber a que se deve este atraso de um ano nesta proposta, quando os planos, e agradeço que me corrijam se estiver errada, deveriam ser apresentados até ao primeiro trimestre de dois mil e vinte e dois e não agora a escassos dias do fim do ano.-----

----- Gostaríamos, também, de saber quando é que será aberta ao público a Casa Igrejas Caeiro, que tive o prazer de estar na inauguração com pompa e circunstância no dia do Município, e que, entretanto, está fechada, portanto, se puderem dar algum esclarecimento sobre isso agradeço.”-----

----- O **Senhor Presidente** aclarou:-----

-----“Será enviada cópia desta deliberação à Fundação Marquês de Pombal que responderão às questões que aqui foram colocadas e, portanto, terá a informação por escrito, com certeza.” -----

-----Seguidamente, usou da palavra o **Senhor Vereador Armando Soares**: -----

-----“Eu escolho não falar da altura em que me chega este plano de atividades e orçamento, mas sim deixar uma palavra de grande incentivo à Administração da Fundação Marquês de Pombal, instituição que já conheço há muitos e bons anos, o meu pai chegou a fazer parte também desses órgãos, há muito tempo, é uma instituição da mais alta relevância para o nosso Município, aliás, sempre tive o sonho, já nessa altura, que esta Fundação devia ser fortemente apoiada e incentivada pelo próprio Estado e ter até outro tipo de músculo, lamentavelmente tal não foi possível.-----

-----Gostava de deixar uma palavra de grande incentivo à administração e aos seus colaboradores porque, pelo menos tenho sentido, de há um tempo a esta parte, talvez esteja mais atento, existiu uma grande evolução, essencialmente do ponto de vista cultural, que é uma das suas missões primordiais, sem desprimor para, naturalmente, a própria ludoteca que é uma das grandes missões desde o início.-----

-----Queria apenas aqui deixar essa ressalva, felicitar a Fundação desejar que continue com o bom trabalho e que, naturalmente se existirem alguns erros de forma, que possam ser corrigidos aqui ou ali, que o faça.”-----

-----O **Senhor Presidente** prosseguiu: -----

-----“Bom, há de haver alguma razão para o atraso, de qualquer maneira, doutora Paula Saraiva quer dar uma explicação sobre isto? -----

-----Alguma razão deve haver, possivelmente foi aprovada mais tarde.” -----

-----A **doutora Paula Saraiva** esclareceu o seguinte: -----

-----“Sim, os documentos chegaram, de facto, como é referido na proposta, apenas em



Câmara Municipal
de Oeiras

agosto, razões de alteração do Conselho de Administração motivaram também este atraso, portanto, este Conselho de Administração só tomou posse em janeiro / fevereiro deste ano. -----

----- Por outro lado, internamente, eu tenho que assumir também alguma responsabilidade, porque nós fazemos depender estes relatórios, orçamentos e relatórios financeiros destas entidades participadas, de uma análise económico-financeira. -----

----- O Gabinete de Acompanhamento das Entidades Participadas é constituído por uma única pessoa, doutora Teresa Silva, que é jurista. Ora, passa-se que, internamente, nós damos estes documentos ao Gabinete de Auditoria, à técnica estagiária do Gabinete de Auditoria que acabou de entrar também e que tem outras tarefas, ou seja, assumo que houve um atraso que não é desejável e peço desculpa, tanto no papel de Administradora da Fundação Marquês de Pombal que o sou desde fevereiro, como de responsável da Direção Municipal de Administração Geral, vou tentar melhorar e obrigada pelas observações Senhoras Vereadoras. -----

----- Quanto à Casa Igrejas Caeiro, sim estão previstos alguns eventos para começar em fevereiro, no dia da rádio, estamos a falar com algumas rádios e vamos ver se já em fevereiro fazemos transmissões, outros eventos estarão previstos e queremos trazer o plano de atividades de dois mil e vinte e três rapidamente também à Câmara, desculpem mais uma vez.” -----

----- II - Por proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** a Câmara tomou conhecimento do Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e dois, bem como, o Relatório e Contas relativo ao exercício de dois mil e vinte e um, com Parecer do Fiscal Único da “Fundação Marquês de Pombal”. -----

----- Remeter à Assembleia Municipal a proposta de deliberação e documentos anexos à mesma, para apreciação, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento, controlo e fiscalização da atividade das empresas municipais. -----

----- Nos termos do disposto na alínea b), do número dois, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e das alíneas a) e b), do

número um, do artigo quadragésimo segundo, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto.-----

-----Alínea j), do número seis, do artigo vigésimo quinto, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

-----Alínea c), do número dois, do artigo décimo sexto, dos Estatutos da “Fundação Marquês de Pombal”.-----

-----III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Estamos a vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, estarmos agora a apreciar o Plano de Atividades e Orçamento para o ano quando estamos no fim deste não nos parece razoável. Apesar de ambos os documentos consagrarem os elementos legais para apreciar os mesmos, o PSD não esta confortável com o tempo que estes documentos estão a levar a chegar ao executivo e que irão chegar a Assembleia Municipal, que só ira analisar o plano e orçamento depois do ano em causa já ter terminado. Assim, no respeitante ao Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e dois pelos motivos acima expostos não iremos analisar. Relativamente ao exercício de dois mil e vinte e um damos nota de uma melhoria significativa com uma evolução favorável face ao período homólogo, e saudamos valorizamos o desenvolvimento das atividades na área da cultura, da responsabilidade social e no apoio ao empreendedorismo.” -----

-----Nesta altura saiu, definitivamente, da sala a **Senhora Vereadora Joana Baptista**. ---

27 - PROPOSTA Nº. 1154/22 - DP - ANEXAÇÃO DE PRÉDIOS DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, SITOS EM BARCARENA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a anexação dos



Câmara Municipal
de Oeiras

prédios sitos na Rua Primeiro de Maio, números seis e seis-A, em Barcarena, correspondendo às fichas três mil novecentos e setenta e oito e três mil novecentos e setenta e nove, e artigos matriciais urbanos duzentos e sessenta e nove e duzentos e setenta, da Freguesia de Barcarena, com as áreas de cento e doze vírgula cinquenta metros quadrados e trezentos e sessenta e três vírgula zero cinco metros quadrados, da qual resultará após anexação um único prédio com quatrocentos e setenta e cinco vírgula cinquenta e cinco metros quadrados. -----

----- Da anexação dos dois prédios resulta um prédio com quatrocentos e setenta e cinco vírgula cinquenta e cinco metros quadrados, confrontando a norte com Escadas da Cooperativa, a sul com Rua dos Pescadores, a nascente com Rua Primeiro de Maio e Escadas da Cooperativa e a poente com Rua dos Pescadores, onde está edificado o edifício do Centro Cultural de Barcarena, com três pisos. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo segundo, número um, alínea q), trigésimo terceiro, número um, alínea ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

28 - PROPOSTA Nº. 1155/22 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 36ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA: -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de trinta de novembro de dois mil e vinte e dois, da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/vinte e quatro mil quinhentos e trinta e sete, referente à trigésima sexta Alteração Orçamental Permutativa de dois mil e vinte e dois, no valor de quinhentos e um mil trezentos e sessenta e dois euros e cinquenta e seis cêntimos, na despesa. -----

----- Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações

técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

29 - PROPOSTA Nº. 1156/22 - DOT - ADESÃO DO MUNICÍPIO À FOODLINK - REDE PARA A TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

-----“Há momentos realmente curiosos e até divertidos nesta minha experiência como Vereadora e este é um deles, o Presidente da Câmara, que publicamente tem mandado a produção agrícola, as batatas para Barrancos, porque em Oeiras é a Google, entre outras declarações que estão gravadas e filmadas, vem agora propor que aproveemos a adesão do Município à rede que promove a suficiência alimentar e a produção local de alimentos. -----

-----Vejam os o que é dito. -----

-----Estima-se que em dois mil e cinquenta, oitenta por cento dos alimentos disponíveis venham a ser consumidos nas cidades, resultado do aumento da população nas áreas urbanas, este aumento de população vem exigir que as cidades sejam mais resilientes localmente e que não fiquem demasiado vulneráveis às redes de abastecimento e distribuição.-----

-----A estratégia regional de Lisboa, a Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa dois mil e trinta, no seu domínio dois - sustentabilidade ambiental, alimentar e mitigação dos riscos naturais levou o Presidente a realçar esta passagem.-----

-----Esta situação territorial económica abre oportunidades extremamente relevantes, tanto para uma atividade agrícola exportadora como para o desenvolvimento de um sistema alimentar urbano que importa potenciar este sub domínio assente em duas prioridades, robustecer o sistema alimentar urbano, aumentando a resiliência alimentar metropolitana e promover a preservação do solo e a vitalidade social económica dos espaços rurais.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Tudo isto são, de facto, frases para emoldurar, e com as quais concordamos, nomeadamente, a valorização do solo, a valorização da agricultura de proximidade, a valorização da aposta na segurança alimentar. -----

----- Por isso, deixe-me dizer-lhe que a Associação Evoluir Oeiras, da qual sou Presidente, como bem sabe, aderiu a esta rede, pelo que, neste caso, não podia estar mais satisfeita de termos sido nós uma das instituições fundadoras da Foodlink. -----

----- De facto, começava a ser um pouco estranho e desconfortável para os outros Municípios da Área Metropolitana de Lisboa que estão na rede, ver a Associação Evoluir Oeiras, puxar por este, que é um desígnio que realmente entendemos como importante para o Município, para a Área Metropolitana, e estar ausente o próprio Município de Oeiras e em boa hora alguém aqui, creio que a Senhora Vereadora Susana Duarte, resolveu dizer que era melhor não ficarmos de fora, o Município também tem de estar dentro. -----

----- O Senhor Vice-Presidente que também abomina muito a agricultura e acha que a agricultura não é para Oeiras, tiro-lhe o chapéu por mudar de ideias. -----

----- É realmente evidente que a Câmara Municipal não poderia ficar de fora e a própria informação dos Serviços mostra bem como este ignorar do potencial da agricultura local como atividade componente da estrutura ecológica, a salvaguarda dos solos com capacidade produtiva, a necessidade de manter uma reserva de solos para o presente e também para o futuro. -----

----- O que temos visto em Oeiras é o anúncio feito pelo Senhor Presidente, infelizmente, da intenção, destruição anunciada de solos de Reserva Agrícola que são, aliás, solos de elevada capacidade de produção, destruição essa que já foi consumada numa boa parte destes solos muito valiosos e não há nada mais valioso, como sabemos, do que transformar solos agrícolas comprados baratos em solos urbanos, o PDM de dois mil e quinze arrasou várias áreas desses solos, a própria informação dos Serviços mostra a incongruência entre esta proposta de adesão e o que se prevê no futuro realmente manter como agrícola e isso é a parte triste, porque na página

dez, a Divisão de Ordenamento do Território assinala as áreas agrícolas do PDM e na página doze, escreve que só correspondem à Estação Agronómica Nacional, o que é muito pouco. -----

-----Para concluir bem-vindos à rede Foodlink, vamos ser também parceiros num tema que é da maior importância.”-----

-----O **Senhor Presidente** esclareceu o seguinte:-----

-----“É necessário repor a história. -----

-----Na verdade, a Câmara Municipal aderiu a este processo exatamente no dia em que foi aprovado na Área Metropolitana de Lisboa, mas a ignorância da Senhora Vereadora e a demagogia habitual, leva-a a fazer este tipo de declarações, que não passa de pesporrência. -----

-----A Câmara Municipal aderiu no mesmo dia, através de um telefonema, não esteve ninguém presente nessa reunião da Câmara, a Presidente da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo telefonou-me a perguntar se a Câmara Municipal de Oeiras aderiria ou não a essa situação. -----

-----Eu disse, aderimos, mas não nos moldes em que está, nos oitenta por cento, é claro que Oeiras, vamos lá ver, deixemos de demagogia, Mafra é um Concelho agrícola ainda, tem grandes extensões de terreno e, portanto, quem se compromete a oitenta por cento de produção não é Oeiras, é a Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----Já agora eu apelo à seriedade das pessoas, os compromissos são da Área Metropolitana de Lisboa não são da Câmara de Oeiras, a Câmara de Oeiras assume os compromissos no contexto da Área Metropolitana de Lisboa e quem mandou fazer o parecer, já agora fui eu, mandei fazer o parecer aos Serviços, uma justificação que faz sempre parte desta questão e, naturalmente que a Senhora Vereadora Susana Duarte vai acompanhar o processo pelas competências que tem. -----

-----Mas quero dizer, ainda é curioso, porque eu julgo que isto aconteceu ainda a Senhora Vereadora Susana Duarte, não sei se já tinha esses pelouros, eu acho que não, portanto, essa reunião não sei quando foi, mas já foi no princípio do ano, portanto, a Câmara Municipal desde a



Câmara Municipal
de Oeiras

primeira hora aderiu a esta questão. -----

----- E mais, obviamente que a Câmara Municipal de Oeiras o considera, é que na realidade pela nossa composição, pela nossa localização geográfica, obviamente que somos um Concelho com um potencial económico e empresarial que é conhecido, portanto, nós defendemos, eu defendo, mas não vale a pena porem na minha palavra coisas que eu não digo. ---

----- Nós defendemos, de facto, que haja desafetação de Reserva Agrícola Nacional, que temos aqui no nosso território, para construir habitação, isto é público e notório. -----

----- Agora vir falar sobre este Presidente da Câmara, então a Câmara de Oeiras é o maior produtor agrícola do Concelho, que autoridade é que tem a Coligação Evoluir Oeiras ou a Associação Evoluir Oeiras para vir falar do Presidente da Câmara do que ele diz ou deixa de dizer, vamos lá ver, vocês têm muito de aprender comigo. -----

----- Ora, se se produz vinho neste Concelho, se se recuperou o vinho de Carcavelos, pensa que se deve à iniciativa de quem, de algum contínuo da Câmara ou de algum operário ali da Estação Agronómica Nacional? -----

----- Se estamos a produzir azeite, naturalmente que há um entusiasmo de muita gente, e até vamos produzir mel, portanto, em matéria de agricultura como é que pode haver alguém que tem a lata de dizer que este Concelho, ou que esta Câmara, ou que este Presidente da Câmara, não valoriza a agricultura?-----

----- Se na realidade dentro daquilo, a maior produção agrícola, somos nós que a fazemos.

----- Como é que é possível alguém ter a demagogia, a ousadia, de falar nestes termos, agora é óbvio que Oeiras não é Mafra, nem é Torres Vedras ou os Municípios da área Oeste que são produtores de fruta, naturalmente, aquilo que nós defendemos, por exemplo, é que ninguém vai produzir trigo ou batatas aqui no Concelho, há produção de batatas nas hortas urbanas, as hortas urbanas em Oeiras foram das primeiras na Área Metropolitana de Lisboa, não precisamos que a Associação Evoluir Oeiras nos venha dar lições, é uma coisa extraordinária. -----

-----Aparecem, surgem do nada e de repente acham que descobriram a pólvora, quando há funcionários desta casa que já acompanham hortas agrícolas há mais de trinta anos. O arquiteto Pedro Carrilho andava com hortas urbanas na Pedreira Italiana há trinta anos ou mais. -

-----Temos hortas urbanas por todo o lado, a Câmara Municipal produz azeite, comprámos três mil oliveiras que vieram do Alentejo para aqui, que teriam sido destruídas, não temos sensibilidade para esses problemas? -----

-----Nós somos sérios, nós somos realistas, naturalmente que não vale a pena produzir trigo em Oeiras, ninguém o produz, a não ser que a Senhora Vereadora Carla Castelo o queira produzir, porque não é competitivo ou é aquilo que o Senhor Vice-Presidente dizia há dias sobre a compota. -----

-----Vamos lá ver se a gente se entende, esta Câmara Municipal defende aquilo que tem a defender e em matéria agrícola dá lições praticamente em toda esta Área Metropolitana, Municípios urbanos como o nosso. -----

-----Oeiras é o único Município em Portugal que produz vinho, Cascais começou agora a fazer, está com mil litros ou qualquer coisa do género, com a nossa ajuda, começou agora há três ou quatro anos, mas o único produtor de vinho é Oeiras, sessenta mil litros de vinho, já vendemos milhares de garrafas de vinho para os Estados Unidos e para todo o lado.-----

-----Eu digo muitas vezes a mim próprio, não lhe vou responder a nada, mas depois, de facto, as intervenções da Senhora Vereadora são tão insólitas, tão inapropriadas que na realidade eu tenho que rir só por uma razão, não é para si, não pense que eu estou a falar para si, eu estou a falar para a ata, eu tenho que dizer qualquer coisa para a ata, porque caso contrário, se não há uma resposta, quem leia estas atas fica a pensar que é verdade aquilo que a Senhora Vereadora diz e não é. -----

-----Esta adesão foi trabalhada logo no início, demorou algum tempo, mas foi comunicada de imediato à doutora Teresa Almeida e depois foram dadas orientações aos



Câmara Municipal
de Oeiras

Serviços para prepararem. -----
----- Mas é preciso pertencer a alguma organização para produzir vinho, para produzir mel? -----
----- Nós estamos a fazer azeite que é espetacular, de grande qualidade, não sei se a Senhora Vereadora Carla Castelo já provou, tem zero vírgula sete décimas, façam-lhe chegar uma garrafa, acho que estão meio esgotadas porque toda a gente quer comprar o vinho e o azeite, portanto, uma Câmara Municipal que tem esta preocupação de salvaguarda do património, para nós é património cultural, património do nosso território. -----
----- É óbvio que precisamos de terra para fazer habitação municipal, portanto, disso não prescindimos, há de haver um momento em que vamos apresentar uma proposta para expropriação de Reserva Agrícola Nacional, porque nós temos terreno para setecentas casas que estão definidas, temos terreno para mais seiscentas e trinta casas de renda acessível em Linda-a-Velha, que é o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - IHRU, que vai fazer, mas nós queremos fazer mil e quinhentas e não temos terreno em solo urbano, vamos ter que expropriar da Reserva Agrícola Nacional. -----
----- Não é preciso andar aqui a dizer todos os dias, o papão, que o Presidente da Câmara, é isto, é aquilo, já ninguém leva isso a sério, no dia em que eu apresentar aqui na Câmara uma proposta para desafetação da Reserva Agrícola Nacional, então nessa altura, a Senhora Vereadora faça os seus comentários. -----
----- Eu percebo mais de agricultura do que vocês todos juntos, vocês sabem fazer uma poda? -----
----- Não sabem. -----
----- Sabem o que é uma poda de garfo? -----
----- Não sabem. -----
----- Sabem como se plantam árvores? -----

-----Não sabem.-----

-----Eu já plantei tudo, eu já fiz tudo, eu fui criado na agricultura, eu aquilo que sou devo-
o à agricultura, devo às oliveiras, era a venda da azeitona e do azeite que me educou, eu sou um
filho da terra, a terra para mim é fundamental, eu tenho raízes na terra, além de ser capricórnio.--

-----Eu acho bem que o Senhor Vice-Presidente também não gosta da terra, eu acho que
gosta do cheiro, diga lá que não gosta?-----

-----Aliás, eu só gosto mais do que o cheiro da terra, do cheiro do betão, confesso, o
cheiro do betão para construção de casas de habitação social.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** referiu o seguinte:-----

-----“Só para complementar aquilo que o Senhor Presidente disse com duas ou três
coisas, a primeira questão é que eu depois de ter sido vilipendiado mais uma vez, eu gostava
apenas de referir que a adesão da Área Metropolitana de Lisboa à Foodlink foi votada por mim,
naturalmente falada com o Senhor Presidente, mas era eu que estava lá, fui eu que a votei, se eu
quisesse tinha votado contra, se quisesse até tinha impedido a votação e tinha adiado, não
aconteceu nada disso.-----

-----Há uma medida de bom senso que me permite Senhora Vereadora que as vossas
propostas não têm, é muito fácil colocar etiquetas aos outros e apontar-lhes coisas que não são.--

-----Não é por eu ser contra a produção de trigo que digo “Urbi et Orbi” que sou em
Oeiras, porque não há condições económicas para produzir trigo, que sou contra a produção de
produtos frescos e de redes de abastecimento curtas.-----

-----Agora se me permite, vou-me pôr na posição do Senhor Presidente, a Senhora tem
que nascer dez vezes para me ensinar isso, estava a Senhora a fazer reportagens, já eu falava
disto com governos estrangeiros, portanto, tem que nascer dez vezes para me ensinar isto e
estava eu a escrever sobre isso há muito tempo.-----

-----Segurança alimentar, a Senhora Vereadora Carla Castelo até tem a oportunidade de



Câmara Municipal
de Oeiras

conhecer o projeto de segurança alimentar que o Município de Oeiras está a apoiar no Príncipe e agora mais uma vez permita-me puxar dos meus galões, que é meu de fio a pavio, desde as hortas comunitárias para alimentar comunidades miseráveis, passando pela produção e esta parte já é introduzida pelo Senhor Presidente, de proteína animal através da introdução das aves, introdução da proteína animal na alimentação das crianças, dos hospitais, dos polícias, dos militares e tudo isto associado a uma coisa que falta-vos perceber, à economia, de modo a evitar a importação do arroz num País como São Tomé e Príncipe, que não produz arroz, voltando aos alimentos tradicionais que a terra produz. -----

----- Dizer estas acusações a um Município que está a fazer isto, é absurdo, aliás, o Senhor Presidente do Governo Regional do Príncipe assinou o acordo ontem, Vossa Excelência devia ir visitar connosco o Projeto Segurança Alimentar que estamos a desenvolver no Príncipe. Naturalmente que o que defendemos para lá, é o que defendemos para cá, redes de abastecimento curtas, evitando a poluição excessiva, evitando a utilização do transporte, mas é com os produtos corretos, Senhora Vereadora não me diga que quer produzir trigo, porque não tem quem ceife aquele trigo. -----

----- Quando as propostas são razoáveis, estou totalmente de acordo, aliás, nós precisamos na Área Metropolitana de Lisboa de aumentar a produção dos alimentos locais corretos, nos lugares corretos, com as redes de abastecimento corretas, de modo pragmático, foi votado por nós, portanto, tentar colar uma etiqueta que não corresponde. -----

----- A Senhora Vereadora pode não acreditar, é que a mim ofende-me porque faz-me tentar parecer um troglodita que é coisa que eu não aceito ser, como se eu estivesse fora da realidade, ninguém está aqui fora da realidade.” -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** disse o seguinte:-----

----- “Eu queria saudar esta proposta que o PS se congratula de aqui vir. São medidas fundamentais na articulação que toda a Área Metropolitana tem que fazer e como também

estamos a fazer relativamente às alterações climáticas e é, de facto, fundamental que esta proposta aqui venha.” -----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** disse o seguinte:-----

-----“Não podia deixar de intervir, até porque também falaram em mim, embora isso, já tinha preparado a intervenção. -----

-----Realmente é verdade, eu quando cheguei, nos primeiros meses soube que já tinha sido aprovada, faltava esta formalização, faltava os Serviços pegarem nisto, e nós sabemos que leva o seu tempo também para amadurecer as próprias propostas internamente, porque muitas das vezes o Executivo tem de transmitir tudo o que foi deliberado numa AML e passar para os Serviços para que eles possam dar o seguimento correto, e foi isto que aconteceu e neste intermédio apareci eu, obviamente falei da proposta ao Senhor Presidente e ele disse que já estava nos Serviços, mas que eu passava a acompanhar e foi o que fiz desde então e tenho estado a acompanhar e quero agradecer ao arquiteto Luís Baptista Fernandes e à arquiteta Vera Freire, porque é uma oportunidade que o PSD tem de acompanhar este projeto, não só no que concerne aos seus pelouros de mercados e feiras para a transição alimentar, se há aqui lição que podemos tirar não só da pandemia de COVID-Dezanove, mas agora da guerra na Ucrânia, é que quanto mais curtos forem os circuitos alimentares melhor abastecemos a nossa população com alimentos de qualidade.-----

-----Este é um projeto que se conseguirá na Área Metropolitana e isso é importante e já foi frisado pelo Senhor Vice-Presidente e pelo Senhor Presidente, porque se isto fosse um projeto só de Oeiras era extemporâneo e, por isso é que ele tem valor, porque acarreta toda a Área Metropolitana não só para a transição alimentar, como a redução da pegada carbónica melhorando a eficiência económica e energética, aproveitando melhor os recursos de uma forma mais sustentável, permite ainda melhorar a alimentação, que é algo que nos devemos preocupar e, no âmbito das escolas, o Senhor Vereador Pedro Patacho muitas vezes apoia e faz essa



Câmara Municipal
de Oeiras

divulgação, a qualidade dos produtos dando segurança alimentar, como o Senhor Vice-Presidente aqui falou, diminuindo o desperdício, que é outro fator que devemos reforçar e aqui através também da hipótese da criação de emprego e promover a inclusão social, isto tudo reforça não só a economia circular, como também a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho afirmou, o desenvolvimento local através de um comércio mais justo e que assim possamos hoje aqui também abrir a porta para que os mercados municipais possam também aqui ter hipótese de criar um sistema inovador de melhoria da qualidade alimentar, não só dos nossos munícipes, mas da população através da criação de cabazes económica e socialmente sustentáveis e que a alimentação saudável e de qualidade possa chegar a todos os oeirenses.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o envio à Assembleia Municipal, para aprovação da adesão do Município à FoodLink - Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Nos termos da alínea r), do número um, do artigo trigésimo terceiro e alínea h), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, doze de setembro.-----

----- III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votámos a favor e congratulamos o Município de Oeiras por este passo. Nunca aqui defendemos monoculturas em Oeiras, de trigo ou de outro produto qualquer, mas sim o aproveitamento agrícola dos nossos solos de grande qualidade, para a produção alimentar de proximidade, a criação de parques agrícolas, proposta que apresentámos no âmbito das Grandes Opções do Plano e que foi rejeitada, numa visão integrada social, ambiental e económica das potencialidades da transição alimentar no nosso Concelho e à escala metropolitana. Esperamos

sinceramente que, ao longo do tempo, o Executivo perceba realmente a importância de fazer um trabalho sério nesta matéria e mude de prática e de políticas para defender os solos, a agricultura de proximidade e a segurança alimentar, e uma gestão do território assente em princípios de sustentabilidade. -----

-----Porque hoje temos a perfeita consciência das motivações políticas da iniciativa que são dizer presente neste tema para que as consequências de ficar de fora sejam minimizadas. O que vimos agora na recente adaptação do PDM ao novo Regime Jurídico dos Instrumentos Territoriais e o que temos ouvido, ainda agora reiterado pelo Senhor Presidente, das intenções para destruir a generalidade dos solos agrícolas, desafetando áreas de Reserva Agrícola Nacional para construção, não nos deixa minimamente descansados, e vamos continuar atentos e a exigir políticas coerentes com esta adesão à Foodlink.” -----

-----IV - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Este tem sido um projeto que o PSD tem tido a oportunidade de acompanhar, no que concerne aos seus pelouros, nomeadamente a importância dos Mercados e Feiras para a Transição Alimentar. Se há lições que devemos tirar, não só da Pandemia COVID-Dezanove como agora da Guerra na Ucrânia, é de que quanto mais curtos forem os circuitos alimentares melhor abasteceremos a nossa população com alimentos de qualidade.-----

-----Este é um projeto que conseguirá concertar na Área Metropolitana de Lisboa não só a transição alimentar, como a redução da pegada carbónica, melhorando a eficiência económica e energética, aproveitando melhor os recursos e de forma mais sustentável. Permite ainda melhorar a alimentação e a qualidade dos produtos dando segurança alimentar, diminuindo o desperdício, através da criação de emprego promoverá a inclusão social.-----

-----Reforçando a económica circular e o desenvolvimento local através de um comércio mais justo. Podendo assim abrir uma porta através dos nossos Mercados Municipais para um inovador sistema de melhoria da qualidade alimentar dos nossos municípios através da criação de



Câmara Municipal
de Oeiras

cabazes económica e socialmente sustentáveis.”-----

30 - PROPOSTA Nº. 1157/22 - DCA - CANCELAMENTO DE CABIMENTO RELATIVO AO PROJETO “A MARGEM DO TEMPO”:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a anulação do cabimento correspondente à verba em causa, nove mil e seiscentos euros, relativa à terceira fase da participação financeira atribuída ao projeto, “A Margem do Tempo”.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea e), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. ---

----- Artigo vigésimo primeiro, número um, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e, artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

31 - PROPOSTA Nº. 1158/22 - DTGE - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E O TURISMO DE PORTUGAL, I.P., NO ÂMBITO DO

PROGRAMA FORMAÇÃO + PRÓXIMA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a minuta de protocolo de colaboração, a celebrar com o Turismo de Portugal, I.P., cujo objetivo será definir as formas de cooperação entre as partes, no âmbito do Programa Formação Mais Próxima.

-----Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros número setenta e seis, de dois mil e vinte e um, de dezasseis de junho, que aprova o “Plano Reativar o Turismo - Construir o Futuro”.-----

-----Artigo vigésimo terceiro, alínea d), do número dois, artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas r) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho. -----

32 - PROPOSTA Nº. 1159/22 - SIMAS - RETIFICAÇÃO DE LAPSOS MATERIAIS NO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE COBRANÇA POR ENTIDADES EXTERNAS - PD Nº. 323-SIMAS/2022: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração da reunião de doze de dezembro de dois mil e vinte e dois, na qual autorizou a retificação proposta na ata do júri, de dezasseis de novembro de dois mil e vinte e dois, no sentido de no relatório preliminar, elaborado aos dez dias do mês de agosto, e no relatório final, elaborado aos doze dias do mês de setembro, ambos de dois mil e vinte e dois,



Câmara Municipal
de Oeiras

bem como na proposta de deliberação ao Conselho de Administração e nas propostas de deliberação aos órgãos Executivos Municipais, retificar-se a designação da adjudicatária e onde está “CTT - Correios de Portugal, Sociedade Anónima” passar a ler-se: “Agrupamento constituído por CTT - Correios de Portugal, Sociedade Anónima e Payshop (Portugal), Sociedade Anónima”, bem como no relatório preliminar, elaborado aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, retificar-se o assunto para o constante da ata, ou seja, para “Concurso público, com publicidade internacional, para a aquisição de serviços de gestão de cobrança por entidades externas”, e ainda aprovar-se a minuta do contrato retificada, com a designação da adjudicatária retificada, designadamente para: “Agrupamento constituído por CTT - Correios de Portugal, Sociedade Anónima e Payshop (Portugal), Sociedade Anónima”. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

33 - PROPOSTA Nº. 1160/22 - SIMAS - 9ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA DAS DESPESAS CORRENTE E DE CAPITAL:-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a nona Alteração Orçamental Permutativa da Despesa Corrente e de Capital no montante de dois milhões quatrocentos e oitenta e sete mil e noventa e oito euros.-----

----- Nos termos da Norma de Contabilidade Pública vinte e seis, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e no ponto oito ponto

três ponto um (não revogado) do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.-----

34 - PROPOSTA Nº. 1161/22 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO FOLKZITAS - ASSOCIAÇÃO DE DANÇA POPULAR, PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO FOLKZITAS, NOS JARDINS DE INFÂNCIA DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, ANO LETIVO 2022/2023:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de um apoio no valor de quarenta e três mil euros, à associação Folkzitas - Associação de Dança Popular, em três tranches, da seguinte forma: -----

-----Primeira tranche em novembro de dois mil e vinte e dois - treze mil euros; -----

-----Segunda tranche em janeiro de dois mil e vinte e três - quinze mil euros;-----

-----Terceira tranche em abril de dois mil e vinte e três - quinze mil euros, para desenvolvimento do projeto Folkzitas, nos Jardins de Infância do Município de Oeiras, ano letivo dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação dada pela Resolução da Assembleia da República número dezasseis,



Câmara Municipal
de Oeiras

de dois mil e vinte, de dezanove de março. -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário. -----

----- Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto. -----

35 - PROPOSTA Nº. 1162/22 - EPEOCT 2020-2025 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS À FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (FCG) - INSTITUTO GULBENKIAN DE CIÊNCIA (IGC) E À UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (UNL) - INSTITUTO DE TECNOLOGIA QUÍMICA E BIOLÓGICA ANTÓNIO XAVIER (ITQB NOVA), NO ÂMBITO DA EOCT 2020-2025: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira no montante de cento e noventa e oito mil oitocentos e quarenta e seis euros e cinquenta cêntimos, à Fundação Calouste Gulbenkian - Instituto Gulbenkian de Ciência correspondente ao segundo semestre de dois mil e vinte e dois, sendo cento e nove mil novecentos e noventa e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos, a pagar em dois mil e vinte e dois e oitenta e oito mil oitocentos e quarenta e seis euros e noventa e seis cêntimos, a pagar até ao final do primeiro trimestre de dois mil e vinte e três. -----

----- O pagamento da primeira tranche do Prémio ao vencedor da segunda edição do “Prémio ERC - Oeiras frontier research incentive awards, investigador do IGC”, no valor de cento e vinte mil euros, à Fundação Calouste Gulbenkian - Instituto Gulbenkian de Ciência. -----

-----A atribuição da comparticipação financeira no valor de oitenta e dois mil cento e treze euros e noventa e seis cêntimos, à Universidade Nova de Lisboa - Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier correspondente ao segundo semestre de dois mil e vinte e dois, cujas finalidades se enquadram nos Eixo um - Ciência, Educação e Sociedade, Eixo dois - Ciência e Inovação e Eixo três - Ciência e Internacionalização inseridos na Estratégia Oeiras Ciência e Tecnologia. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d), e) e m) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o), u) e ff), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e seis, de dois mil e vinte, de quatro de novembro.- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto.-- -----

-----Artigos segundo, números um, dois e três, alínea c), terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

36 - PROPOSTA Nº. 1163/22 - DDPE - FUNCIONAMENTO DE CENTROS DE APOIO AO ESTUDO (CAE) NO ANO LETIVO DE 2022/2023: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar o modelo de intervenção no Projeto de Centros de Apoio ao Estudo.-----

----- A atribuição de um apoio financeiro a três entidades locais para a implementação do Projeto de Centros de Apoio ao Estudo (CAE), no ano letivo dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três, no valor total de oitenta e sete mil oitocentos e sessenta e um euros e noventa e nove cêntimos, em função do seu projeto de intervenção, nos seguintes termos:-----

----- Centro Comunitário Paroquial de Nossa Senhora das Dores - vinte e quatro mil seiscentos e três euros e noventa e nove cêntimos;-----

----- Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Moinho em Movimento - vinte e seis mil oitocentos e oitenta e oito euros;-----

----- Associação Pombal Vinte e Um - Associação de Moradores dos Bairros de Pombal e Bento de Jesus Caraça - trinta e seis mil trezentos e setenta euros.-----

----- Associação António Ramalho Boxing Spirit integra a candidatura ao PRR - Plano de Recuperação e Resiliência com financiamento da União Europeia.-----

----- A minuta de protocolo de colaboração a celebrar entre o Município e as entidades parceiras Centro Comunitário Paroquial de Nossa Senhora das Dores, Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Moinho em Movimento, Associação Pombal Vinte e Um - Associação de Moradores dos Bairros de Pombal e Bento de Jesus Caraça e Associação António Ramalho Boxing Spirit.-----

----- Nos termos da alínea d), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do

número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Decreto-Lei número quatrocentos e trinta e três, de noventa e nove, de vinte e seis de outubro.-----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na qual aprovou a redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio.-----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

37 - PROPOSTA Nº. 1164/22 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A VÁRIOS PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA “DESPORTO COM VALORES” - EIXO 6 - PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL E DOS COMPORTAMENTOS DESVIANTES DO CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA DE OEIRAS - 2022/2023:-----

-----I - A Senhora Vereadora Carla Castelo referiu o seguinte:-----

-----“Estes projetos são muito bem-vindos, mas só queria deixar uma nota, é importante não insistirmos em estereótipos, nem em preconceitos, ao circunscrever a delinquência e criminalidade, como se eles só ocorressem em determinados territórios, na Outurela e no Bairro dos Navegadores. -----

-----A prevenção de comportamentos agressivos ou a promoção da cidadania e valores a partir do desporto é extremamente relevante e pensamos que deveria ser considerada de forma mais alargada, porque na realidade a seleção dos territórios prioritários deveria assentar na informação objetiva e fidedigna e evitar de todo conotar determinados territórios e as pessoas que



Câmara Municipal
de Oeiras

lá habitam com a delinquência ou com comportamentos menos corretos.” -----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** explicou o seguinte:-----

----- “Eu percebo, a Senhora Vereadora intervém carregada de boa intenção e genuinamente preocupada em contribuir, eu percebo isso, mas estamos como o Foodlink não é? -

----- Os Contratos Locais de Segurança são um programa do Ministério da Administração Interna, partiu do Ministério da Administração Interna, do Estado Central, a identificação dos territórios a inserir no Contrato de Segurança de Oeiras e ao Município de Oeiras cabe a colaboração com o Ministério da Administração Interna na implementação do projeto junto das comunidades dos territórios que estão sinalizados pelo Governo e pela Administração Central. ---

----- Não quer com isto dizer, e a Senhora Vereadora sabe isso muito bem, que as intervenções da Câmara Municipal, quer na área do desporto, da educação, da cultura, da ação social, enfim, de toda a Direção Municipal que trabalha com pessoas e que lida com pessoas e que se preocupa com as pessoas e com o bem-estar das pessoas, as suas necessidades e transformação das suas vidas, não quer dizer que a atividade de toda esta massa enorme de equipas da Câmara Municipal se concentre nesses territórios, de modo a haver quase que uma atitude paternalista dessas populações e estigmatizante dessas populações como estava a sugerir que não se faça e não se faz, de facto, como a Senhora Vereadora bem sabe que não se faz. -----

----- Esta atuação da Câmara está disseminada por todo o território, é transversal a todos os munícipes de Oeiras e abrange toda a gente. -----

----- Aqui neste caso, em particular desta propostazinha concreta, é circunscrita ao Contrato Local de Segurança, porque o programa do Ministério da Administração Interna sinalizou estes territórios, claro que a intervenção do Município vai muito para além disso e mais, estimula intensamente a interação das populações dos bairros com a restante população do Concelho de Oeiras e até de fora do Concelho de Oeiras e tirar as pessoas dos bairros e proporcionar-lhes outras experiências, outras vivências, outros modelos de socialização, é algo

em que a Câmara Municipal nos vários Serviços e nos vários Departamentos investe imenso em programas, projetos e atividades.-----

-----Eu diria o seguinte, acho que todos estamos totalmente imbuídos do espírito que motivou a sua intervenção e estamos a fazer isso, a Senhor Vereadora sabe que estamos a fazer isso.”-----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte:-----

-----“Estou inteiramente de acordo com o que o Senhor Vereador Pedro Patacho referiu, não quer dizer que as boas práticas de projetos realizados no âmbito dos Contratos Locais de Segurança não possam ser expandidas para outro tipo de bairros e comunidades, etc..-----

-----Já agora, a Orquestra de que eu falei há bocado é no âmbito dos Contratos Locais de Segurança.-----

-----Há boas práticas, ainda há uns dias estávamos a pensar se não haverá outras formas mais adequadas do que esta, estamos a falar de metodologia, a metodologia da Orquestra da Câmara de Lisboa será melhor comparativamente com a metodologia da Orquestra Geração? ----

-----Estamos a estudar tudo isso, obviamente, as boas práticas, nós procuramos alargá-las, expandi-las para além dos próprios Contratos Locais de Segurança, agora os Contratos Locais de Segurança claro que podem ser revistos, mas são revistos quando houver concordância também com o Ministério da Administração Interna.”-----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** interveio:-----

-----“O exemplo que o Senhor Presidente está a dar das Orquestras, por acaso, até é bastante bom, porque fora desses territórios há mais duas orquestras, uma em Algés e outra em Queijas e não tem nada a ver com os Contratos Locais de Segurança.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte



Câmara Municipal
de Oeiras

e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição das comparticipações financeiras a vários projetos para o desenvolvimento do Programa “Desporto com valores” - Eixo seis - Prevenção da Delinquência Juvenil e dos Comportamentos Desviantes do Contrato Local de Segurança de Oeiras - dois mil e vinte e dois /dois mil e vinte e três, abaixo descritas, num montante global de catorze mil euros: -----

----- Âmbito Contrato Local de Segurança - Entidades - Projetos / Ações - Subsídio:-----

----- Outurela e Navegadores - Associação Desportiva NucleOeiras - Dinamizar a prática de Atletismo - dois mil euros;-----

----- Outurela - Associação de Moradores Dezoito de Maio - Dinamizar prática de futsal - quinhentos euros;-----

----- Outurela - Associação de Solidariedade Social Assomada - Andebol - Escola Para a Vida - mil e quinhentos euros;-----

----- Outurela - Associação António Ramalho - Boxing Spirit, Instituição Particular de Solidariedade Social - Dinamizar o desporto ligado ao Boxe - quatro mil euros;-----

----- Navegadores - Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo - Andebol - Escola Para a Vida - quatro mil e quinhentos;-----

----- Outurela - Núcleo de Karaté Goju-Ryu - Reforçar a prática do Karaté na escola - mil e quinhentos euros.-----

----- A minuta de termo de aceitação, a celebrar posteriormente com cada uma das entidades, como instrumento de concretização dos apoios financeiros ora propostos. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea f) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. ---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de

junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, conjugada com o Decreto-Lei número vinte e dois-A, de dois mil e vinte e um, de dezassete de março. -----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

38 - PROPOSTA Nº. 1165/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 698/2020 E SUA RENOVAÇÃO Nº. 142/2022 - JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA - 5º. BIMESTRE E NOVEMBRO DE 2022: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a transferência de cento e oitenta e nove mil setecentos e nove euros e oitenta e sete cêntimos, à Junta de Freguesia de Barcarena, correspondente à remuneração das ações que esta Junta desenvolveu na sua área de jurisdição, no decorrer do quinto bimestre e do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, assinado entre a Câmara Municipal de Oeiras e aquela Autarquia.-----

-----Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo trigésimo



Câmara Municipal
de Oeiras

primeiro e centésimo trigésimo quarto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

39 - PROPOSTA Nº. 1166/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 485/2020 E SUA RENOVAÇÃO Nº. 154/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUEIJAS - 5º. BIMESTRE 2022: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** colocou a seguinte questão: -----

----- “O total constante do relatório deduzido do valor já transferido relativo aos vencimentos, não coincide com o valor a transferir.”-----

----- Dizendo o **Senhor Presidente**:-----

----- “Não percebi.”-----

----- Reiterando a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

----- “Nesta proposta de Carnaxide e Queijas e eu peço que me corrija se eu tiver visto mal, o total constante do relatório do valor já transferido no caso relativo aos vencimentos, não coincide com o valor a transferir, estão valores diferentes.”-----

----- A **doutora Ana Rita Cordeiro** perguntou:-----

----- “Leu a informação?” -----

----- Respondeu a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

----- “Sim, li, tentei ler tudo, são setenta e tal propostas.”-----

----- Voltando a **doutora Ana Rita Cordeiro**:-----

----- “A informação faz o resumo daquilo que ainda resta pagar. -----

-----O mapa síntese que é apresentado junto à informação, diz qual é o total do relatório que tem que ser ressarcido à Junta de Freguesia, a todas as Juntas de Freguesias, essa é a metodologia.-----

-----Nós depois fazemos a análise quando os relatórios nos são entregues, mas como todos os meses nós pagamos os montantes dos vencimentos que nos são comunicados pelas Juntas, depois temos que abater o montante do vencimento que já foi transferido.-----

-----O montante que está na informação, não é idêntico ao montante que está no mapa síntese, porque é um montante menor, porque uma parte do vencimento já foi transferida.-----

-----O montante está no total da informação, depois aquele que é transferido para a proposta de deliberação está dividida em corrente e capital.-----

-----Só aquele montante é que falta pagar, uma parte já foi transferida mensalmente, os vencimentos nós transferimos mensalmente para as Juntas de Freguesia.-----

-----Espero ter esclarecido.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o pagamento do valor de cento e dez mil oitenta e cinco euros e noventa e oito cêntimos, à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas correspondente à remuneração das ações que esta Junta desenvolveu na sua área de jurisdição, no decorrer do quinto bimestre de dois mil e vinte e dois.-----

-----Considerando que a verba apurada para despesa corrente ultrapassa o montante disponível para o ano de dois mil e vinte e dois, apenas será possível a transferência de trinta mil quinhentos e setenta e seis euros e trinta e três cêntimos, sendo que o remanescente mil setecentos e quarenta e nove euros e onze cêntimos, será pago no próximo ano.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo vigésimo e centésimo trigésimo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

40 - PROPOSTA Nº. 1167/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 485/2020 E SUA RENOVAÇÃO Nº. 154/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUEIJAS - NOVEMBRO DE 2022: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o pagamento do valor de trinta e três mil seiscentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e três cêntimos à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas correspondente à remuneração das ações que esta Junta desenvolveu na sua área de jurisdição, no decorrer do mês de novembro de dois mil e vinte e dois.-----

----- Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo vigésimo e centésimo trigésimo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de

junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

41 - PROPOSTA Nº. 1168/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 683/2020 E SUA RENOVAÇÃO Nº. 146/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO - 5º. BIMESTRE E NOVEMBRO DE 2022:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** colocou a seguinte questão: -----

-----“Esta transferência de verbas, parece-me que, ao contrário do que é habitual, reporta-se não só ao bimestre passado, mas também há o mês de novembro e não me pareceu que fossem explicados os motivos.”-----

-----A **doutora Ana Rita Cordeiro** esclareceu: -----

-----“Isto acontece em várias Freguesias, em várias propostas de deliberação, como a totalidade dos contratos não estava executado financeiramente, com autorização do Senhor Presidente, foi sugerido às Juntas de Freguesia que assim que tivessem condições de se organizar, para fazer chegar à Câmara a documentação referente ainda ao mês de novembro e há uma, que se não me engano é Oeiras, que ainda avança uns doze ou treze dias pelo mês de dezembro. - -----

-----A tentativa foi executar o máximo possível este ano para que não entrassem no sexto bimestre do ano que vem.-----

-----O próximo relatório que estas Juntas entregarem, que será o sexto bimestre entregue em janeiro, terá um valor muito mais diminuto do que é o habitual, porque tentámos executar agora, exatamente, porque não estava executada a totalidade financeira do contrato.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a transferência de



Câmara Municipal
de Oeiras

setenta mil oitocentos e trinta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos, para a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, correspondente ao somatório das verbas para a remuneração das ações concretizadas durante o quinto bimestre e o mês de novembro de dois mil e vinte e dois, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências número seiscentos e oitenta e três, de dois mil e vinte e sua Renovação número cento e quarenta e seis, de dois mil e vinte e dois, assinados entre a Câmara Municipal de Oeiras e aquela Autarquia. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo vigésimo e centésimo trigésimo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

42 - PROPOSTA Nº. 1169/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 480/2020 E SUA RENOVAÇÃO Nº. 244/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS - NOVEMBRO E 13 DIAS DE DEZEMBRO DE 2022:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o pagamento do valor de cento e dezassete mil setecentos e dezanove euros e catorze cêntimos, à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias correspondente à remuneração das ações que esta Junta desenvolveu na sua área de jurisdição, no decorrer do

período de novembro e treze dias de dezembro de dois mil e vinte e dois, deduzidos já o valor relativo aos vencimentos e acrescidos os quinze por cento referentes às despesas administrativas.

-----Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo vigésimo e centésimo trigésimo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

43 - PROPOSTA Nº. 1170/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 481/2020 E SUA RENOVAÇÃO Nº. 158/2022, JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO - 4º. BIMESTRE DE 2022:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a transferência de trinta e três mil novecentos e oitenta e nove euros e quarenta e um cêntimos, para a Junta de Freguesia de Porto Salvo, correspondente ao somatório das verbas para a remuneração das ações concretizadas durante o quarto bimestre de dois mil e vinte e dois, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências número quatrocentos e oitenta e um, de dois mil e vinte e sua Renovação número cento e cinquenta e oito, de dois mil e vinte e dois, assinados entre a Câmara Municipal de Oeiras e aquela Autarquia.-----

-----Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo vigésimo e centésimo trigésimo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-- -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

44 - PROPOSTA Nº. 1171/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 481/2020 E SUA RENOVAÇÃO 158/2022, JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO - 5º. BIMESTRE DE 2022: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a transferência de vinte e cinco mil novecentos e cinquenta e dois euros e nove cêntimos, para a Junta de Freguesia de Porto Salvo, correspondente ao somatório das verbas para a remuneração das ações concretizadas durante o quinto bimestre de dois mil e vinte e dois, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências número quatrocentos e oitenta e um, de dois mil e vinte e sua Renovação número cento e cinquenta e oito, de dois mil e vinte e dois, assinados entre a Câmara Municipal de Oeiras e aquela Autarquia. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo vigésimo e centésimo trigésimo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho

45 - PROPOSTA Nº. 1172/22 - GAF - ANULAÇÃO DE CABIMENTO - PROPOSTA DE

DELIBERAÇÃO DE CÂMARA Nº. 581/2022 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a alteração do cabimento inserto na proposta de deliberação número quinhentos e oitenta e um, de dois mil e vinte e dois e a consequente anulação da cabimentação nela prevista. -

-----Nos termos dos artigos centésimo sexagésimo nono, número um e centésimo septuagésimo terceiro, número um, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. - -----

46 - PROPOSTA Nº. 1173/22 - GAF - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS PARA APOIO AO ENCARGO DECORRENTE DO ESPETÁCULO DE FOGO DE ARTIFÍCIO DE ENCERRAMENTO DAS FESTAS DO SENHOR JESUS DOS NAVEGANTES:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de um subsídio à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, no valor de doze mil quinhentos e quarenta e três euros, destinado a apoiar o encargo com o fogo de artifício lançado no encerramento das Festas do Senhor Jesus dos Navegantes, em Paço de Arcos.

-----Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a atribuição do subsídio.-----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos da alínea e), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, alínea j), do



Câmara Municipal
de Oeiras

número um, do artigo vigésimo quinto e alíneas o) e ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e dos artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

47 - PROPOSTA Nº. 1174/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 480/2020 E SUA RENOVAÇÃO Nº. 244/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS - 5º. BIMESTRE DE 2022: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a transferência de cinco mil duzentos e oitenta e nove euros e setenta e dois cêntimos, à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias correspondente à remuneração das ações que esta Junta desenvolveu na sua área de jurisdição, no decorrer do quinto bimestre de dois mil e vinte e dois, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências número quatrocentos e oitenta, de dois mil e vinte, assinado entre a C.M.O. e aquela Autarquia. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo vigésimo e centésimo trigésimo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de

setembro. - -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

48 - PROPOSTA Nº. 1175/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO JULIÃO DA BARRA, PARA APOIO AO PROJETO “MERCEARIA SOCIAL”:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira ao Centro Social Paroquial de São Julião da Barra, no montante de quatro mil quatrocentos e noventa e cinco euros, para a operacionalização e gestão da resposta alimentar - Mercearia Social. -----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h), e trigésimo terceiro, número um, alíneas o), u) e v). -----

-----Lei número cento e cinquenta e um, de dois mil e quinze, de onze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e artigo centésimo



Câmara Municipal
de Oeiras

septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário. -----

----- Artigo trigésimo sétimo, número um, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

49 - PROPOSTA Nº. 1176/22 - DCS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUEIJAS E JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DOS GABINETES DE ENFERMAGEM:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar e submeter à Assembleia Municipal: -----

----- A atribuição de uma comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Barcarena no valor de doze mil euros, destinada a apoiar a manutenção do funcionamento do Posto de Enfermagem de Barcarena; -----

----- A atribuição de uma comparticipação financeira à União de Juntas de Freguesia de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, no valor de dez mil duzentos e sessenta e três euros e trinta e um cêntimos, destinada a apoiar a manutenção do funcionamento do Posto de Enfermagem de Caxias; -----

-----A atribuição de uma comparticipação financeira à União de Juntas de Freguesia de Carnaxide e Queijas no valor de vinte e quatro mil euros, destinada a apoiar a manutenção do funcionamento do Posto de Enfermagem de Queijas. -----

-----A minuta dos contratos de comparticipação financeira. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea g), vigésimo quinto, número um, alínea j) e trigésimo terceiro, número um, alíneas u) e ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo, que remetem para os artigos quinto-A, número cinco, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

50 - PROPOSTA N.º 1177/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA REFORÇO DE VERBAS A ENTIDADES PARCEIRAS, NO ÂMBITO DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira às entidades abaixo discriminadas, no montante global



Câmara Municipal
de Oeiras

de cem mil euros: -----
----- Entidades - Montante:-----
----- Centro Social e Paroquial Cristo Rei de Algés - dez mil euros; -----
----- Centro Social e Paroquial de Barcarena - dez mil euros; -----
----- APOIO - Centro de Solidariedade Social - dez mil euros;-----
----- Centro Social e Paroquial Senhor Jesus dos Aflitos - dez mil euros; -----
----- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora do Cabo - dez mil euros -----
----- Centro Social e Paroquial São Julião da Barra - dez mil euros;-----
----- Núcleo de Instrução e Beneficência - dez mil euros; -----
----- Centro Comunitário Paroquial Nossa Senhora das Dores - dez mil euros;-----
----- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora de Porto Salvo - dez mil euros;-----
----- Centro Social e Paroquial São Miguel de Queijas - dez mil euros.-----
----- O compromisso do Município em: -----
----- Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba.-----
----- A não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido. -----
----- A minuta de termo de aceitação.-----
----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. ---
----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----
----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----
----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo

Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete de vinte e um de agosto. -----

51 - PROPOSTA Nº. 1178/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À COOPERATIVA DE RÁDIO TÁXIS ALTO DA BARRA E À MULTITÁXIS - COOPERATIVA DE RÁDIO TÁXIS DE OEIRAS, PARA APOIO À DESLOCAÇÃO EM SERVIÇO DE TRANSPORTE DE TÁXI PARA O CENTRO DE VACINAÇÃO DE CARNAXIDE:-----

-----I - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira às entidades abaixo discriminadas, no montante global de trinta e cinco mil cinquenta e oito euros e noventa e cinco cêntimos, distribuídas da seguinte forma:-----

-----À Cooperativa de Rádio Táxis Alto da Barra, o montante de vinte e cinco mil trezentos e setenta e dois euros e oitenta cêntimos;-----

-----À Multitáxis - Cooperativa de Rádio Táxis de Oeiras, o montante de nove mil seiscentos e oitenta e seis euros e quinze cêntimos. -----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

----- II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Temos votado sempre favoravelmente este apoio, mas consideramos que esta situação deve ser reequacionada. As condições do acesso ao centro de vacinação atualmente, numa situação sem restrições devidas à COVID, não podem continuar a basear-se nesta argumentação, sob pena de estarmos a considerar, erradamente, que as deslocações de carro são as únicas deslocações em segurança.-----

----- Ora, o problema de Oeiras é termos um território que continua a ser pensado para o carro e que denota a falta de investimento no transporte público. É preciso dar condições de acesso em transporte público, fiável e confortável, numa altura em que já não existem as restrições que existiam durante a pandemia.”-----

52 - PROPOSTA N.º. 1179//22 - DP - SERVIÇOS COMPLEMENTARES AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º. 984/2021 - “AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS DE RAMOS DIVERSOS, PARA O MUNICÍPIO DE OEIRAS”:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

----- “Tenho uma dúvida relativamente a este valor, isto é um seguro para viaturas, para cinquenta e três carros, são cento e seis mil quatrocentos e dez euros e dezasseis cêntimos por ano, durante três anos, para o seguro de cinquenta e três carros, associado ao contrato que já têm, isto foi o que eu percebi.-----

----- A minha dúvida é, a que é que se deve o seguro por carro, por ano, ser um valor tão

elevado, isto são carros, porque é que precisam de um, porque um seguro talvez são seiscentos euros por ano ou assim, não sei a que é que se deve o seguro ser tão elevado.”-----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** esclareceu: -----

-----“Este adicional que é proposto, é para cobrir as necessidades decorrentes da aquisição de novas viaturas.-----

-----Eu percebo a pergunta, só que isto não são viaturas particulares, não são viaturas ligeiras, aqui estão incluídos carros que pelo valor ou pelo serviço, como seja os carros de lixo, os camiões de bombeiros, esses tipos de viaturas pagam valores de seguro muito mais elevados. -

-----Decorre do contrato de um concurso público que se não me engano até é internacional, está padronizado o valor deste adicional.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar os serviços complementares, no valor global de trezentos e dezanove mil duzentos e trinta euros e quarenta e oito cêntimos, isento de IVA (trinta e seis meses), correspondendo por ano a cento e seis mil quatrocentos e dez euros e dezasseis cêntimos, isento de IVA, cabimentados na Requisição Interna dois mil cento e cinquenta e dois, de dois mil e vinte e dois, Ação quatro - Seguros, que diz respeito a treze vírgula dois por cento de acréscimo previsto no contrato inicial (Requisição Interna mil e noventa, de dois mil e vinte e um. -----

-----A minuta de Adenda ao Contrato número novecentos e oitenta e quatro, de dois mil e vinte e um. -----

-----Nos termos da alínea c), do artigo tricentésimo décimo segundo, conjugado com as alíneas a) e b), do número dois e número quatro, do artigo tricentésimo septuagésimo, número um, do artigo quadringentésimo quinquagésimo quarto, do Código dos Contratos Públicos.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

53 - PROPOSTA Nº. 1180/22 - DP - CEDÊNCIA DA VIATURA LAND ROVER 90 SW, MATRÍCULA 44-97-SJ, À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO DAFUNDO:-----

----- Nesta votação não participou o **Senhor Vereador Armando Soares** devido a ausência momentânea.-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a cedência da viatura Land Rover Defender Noventa SW, matrícula quarenta e quatro-noventa e sete-SJ, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Dafundo, face à ausência de valor e utilidade para o Município.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea cc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

54 - PROPOSTA Nº. 1181/22 - DP - ABSOLUTO PADEL, LDA. - RENÚNCIA AO DIREITO DE SUPERFÍCIE PARA CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO DE PADEL:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

----- “Ainda não se sabe, creio eu, o que é que a Câmara vai fazer com o espaço desafeto à conceção de direito de superfície, gostaria de saber que solução é que a Autarquia propõe, face a esta situação, ou a posição dos moradores e aquilo que é possível lá fazer.”-----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente eu queria relevar esta proposta que pelo tempo, pela complicação, pela polémica, consegui trazer aqui hoje.-----

----- O que se propõe aqui é a redução do objeto, retirando os campos de Padel, que eram polémicos e mantendo a cafetaria de apoio como cafetaria de Jardim, que não me parece que vá

levantar nenhuma questão aos moradores da envolvente. -----

-----Naturalmente na consequência desta redução, o concessionário retirará tudo o que está instalado, para além da cafetaria, não podendo retirar o solo que está em cimento e, portanto, é uma laje que permitirá aquilo que a Câmara pretender ali fazer, se quisermos instalar um jardim público, se quisermos instalar um parque infantil, um equipamento de “fitness”, o que for entendido, a base está lá e permite qualquer destes equipamentos de usufruto para a população, que será aquilo que proporemos.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a formalização da renúncia efetuada pela superficiária, Absoluto Padel, Limitada, ao direito de superfície constituído sobre a parcela de terreno com a área de oitocentos e vinte e oito metros quadrados, destinada a construção de campos de padel inscrita na matriz predial urbana da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo sob o artigo P quatro mil e sessenta, com a consequente redução do cânon superficiário devido para duzentos e vinte e um euros e sessenta e dois cêntimos, respeitantes ao direito de superfície constituído sobre a parcela de terreno com a área de trezentos e doze metros quadrados, destinada a cafetaria de apoio inscrita na matriz predial urbana da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo sob o artigo P quatro mil e sessenta e um, concedendo-se uma isenção do pagamento do cânon superficiário por seis meses para compensar os constrangimentos legais ocorridos.-- -----

-----A autorização para o exercício da atividade de restauração e similares na parcela de terreno objeto do direito de superfície. -----

-----A minuta de adenda ao documento complementar que integra a escritura pública



Câmara Municipal
de Oeiras

outorgada em dois mil e dezasseis.-----

----- Nos termos da Lei número dois mil e trinta, de vinte e dois de junho de mil novecentos e quarenta e oito.-----

----- Decreto-Lei número quinhentos e setenta e seis, de mil novecentos e setenta, de vinte e quatro de novembro.-----

----- Decreto-Lei número setecentos e noventa e quatro, de mil novecentos e setenta e seis, de cinco de novembro.-----

----- Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto.-----

----- Código Civil.-----

----- Lei número trinta e um, de dois mil e catorze, de trinta de maio.-----

----- III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Votámos favoravelmente, após as explicações do Senhor Vereador Nuno Neto, na expectativa de no local ser feito um parque infantil ou outro equipamento leve que sirva a população, que esperamos seja ouvida e envolvida na decisão.”-----

55 - PROPOSTA Nº. 1182/22 - DPCHM - EMPREITADA “67-DPCHM/2022 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO BAIRRO DOS NAVEGADORES - FASE II PORTO SALVO” - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO SIMPLIFICADO:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar o projeto de execução e a sua revisão.-----

----- A decisão de contratar e a abertura do procedimento por concurso público simplificado, sem publicidade internacional, e respetiva autorização de despesa, para a

adjudicação da empreitada de obras públicas com a designação, “Sessenta e sete/DPCHM/dois mil e vinte e dois - Requalificação do Espaço Público Bairro dos Navegadores - Fase Dois, em Porto Salvo”. -----

-----O preço base de um milhão duzentos e quarenta e sete mil seiscientos e vinte e três euros e cinquenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento, com o prazo de execução da empreitada de setecentos e trinta dias, distribuídos por trezentos e sessenta e cinco dias em obra e trezentos e sessenta e cinco dias de manutenção de espaços verdes.-----

-----As peças do procedimento, constituídas por programa de procedimento, caderno de encargos. -- -----

-----A composição do júri do procedimento e respetiva delegação de competências. -----

-----A designação da Direção de Fiscalização e Gestor de Contrato. -----

-----A submissão do processo a Visto Prévio do Tribunal de Contas. -----

-----Nos termos dos artigos segundo, sexto, décimo primeiro e décimo sétimo, da Lei número trinta, de dois mil e vinte e um, de vinte e um de maio, com alterações do Decreto-Lei número setenta e oito, de dois mil e vinte e dois, de sete de novembro.-----

-----Artigos trigésimo sexto, número um, trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e dois, décimo sexto, número um, alínea c) e décimo nono, alínea b) e artigo centésimo trigésimo, artigo quadragésimo sexto-A, número dois e quadragésimo sétimo, número três, sexagésimo sétimo, número um, sexagésimo nono, número dois e septuagésimo, número seis, do Código da Contratação Pública. -----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de novena e nove, de oito de junho, aplicável por força da repristinação pela Resolução da Assembleia da República número oitenta e seis, de dois mil e onze, de onze de abril.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

56 - PROPOSTA Nº. 1183/22 - GCAJ - ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO A FAVOR DO MUNICÍPIO DAS FRAÇÕES “J”, “L”, “M”, “V” E “X” DO DENOMINADO “CENTRO COMERCIAL DO ESPARGAL”, PROPRIEDADE DA FIDELIDADE, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.:-----

----- I - O **Senhor Presidente** referiu o seguinte:-----

----- “A Câmara Municipal já é detentora de uma quantidade de frações, agora vêm estas e depois há as do Estado e também das Finanças.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** questionou:-----

----- “Qual é o futuro para aquele local?-----

----- O que é que a Câmara pretende fazer?-----

----- Num sítio falam em demolir, mas noutro falam em reabilitar, não fica muito claro.”--

----- Retorquindo o **Senhor Presidente**:-----

----- “É um assunto que vai ser analisado, mas em princípio é para demolir, eventualmente poder-se-á fazer ali estacionamento, tem lá uma sala que era um antigo cinema, aquilo está num estado de grande degradação, neste momento, o que interessa é adquirir todas as frações, o objetivo é demolir, aliás, há uma zona que não se pode demolir, porque está debaixo dos prédios.

----- Há ali duas torres, julgo eu, que assentam sobre o Centro Comercial, isso terá que ser depois devidamente articulado.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aceitar, a doação, a efetuar pela “Fidelidade Companhia de Seguros, Sociedade Anónima” a favor do Município de Oeiras, sem quaisquer ónus, encargos ou condições e a titular por escritura pública, as frações correspondente às letras “J” (loja trinta) , “L” (loja vinte e nove) , “M” (loja vinte e oito) , “V” (loja cinquenta) e “X” (loja quarenta e nove), do prédio urbano constituído sob o regime de

propriedade horizontal, sito no Bairro Comendador Joaquim Matias - Paço de Arcos, registado na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha noventa e um, da Freguesia de Paço de Arcos e inscrito na matriz predial urbana da mesma freguesia sob o artigo oitenta e um. -----

-----Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alíneas j) e g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro. -- -----

57 - PROPOSTA Nº. 1184/22 - DRU - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 02/2019, RUA DOM SANCHO I, LOTE 6, CASAL DA CHOCA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração ao alvará de loteamento número dois, de dois mil e dezanove, através de aditamento, mediante simples deliberação da Câmara, uma vez que não é ultrapassado o limite de três por cento aí estabelecido.

-----O valor de mil quinhentos e noventa e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos (acrescido do valor da publicação), afim de regularizar as taxas e licenças relativas à retificação dos fogos habitacionais existentes, a pagar pela proprietária do lote seis, da Rua Dom Sancho Primeiro, no Casal da Choca. -----

-----Nos termos do número oito, artigo vigésimo sétimo, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro.-----

58 - PROPOSTA Nº. 1185/22 - GAEP - “MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.” - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 2º. TRIMESTRE, INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO 1º.



Câmara Municipal
de Oeiras

SEMESTRE DE 2022: -----

----- Por proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** a Câmara tomou conhecimento do Relatório Trimestral de Execução Orçamental referente ao segundo trimestre e informação do Fiscal Único, sobre a situação económico-financeira da empresa local, relativa ao primeiro semestre de dois mil e vinte e dois, da “Municíпия - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Empresa Municipal, Sociedade Anónima”.-----

----- Submeter à Assembleia Municipal de Oeiras, a presente proposta de deliberação e documentos anexos à mesma, para apreciação, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento, controlo e fiscalização da atividade das empresas locais.-----

----- Nos termos da alínea e), do número um, do artigo quadragésimo segundo e alíneas h) e j), do número seis, do artigo vigésimo quinto, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto.-----

----- Alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.

59 - PROPOSTA N.º 1186/22 - DOTPU - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE ALGÉS, CRUZ QUEBRADA E DAFUNDO:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu gostaria de saber porque é que a zona das antigas fábricas da Lusalite e da Gist-Brocades foi incluída e também gostaria de saber se a zona antiga de Linda-a-Velha irá também ter uma Área de Reabilitação Urbana (ARU), dado que Linda-a-Velha também tem um núcleo que merece requalificação.-----

----- Nós temos dito, e somos claramente a favor da regeneração urbana, da qualificação de áreas pré-existentes, mas não podemos deixar de registar duas situações referidas no documento “Áreas de Reabilitação Urbana” que está apenso a esta proposta e o que é referido, passo a citar: “...integração das antigas instalações industriais da Lusalite e da Gist-Brocades e

que a área delimitada engloba ainda a baixa comercial de Algés, cuja identidade se afirma pela elevada densidade de atividades de comércio e serviços que nos últimos anos têm apresentado um decréscimo da sua atividade motivada, em boa parte, pela forte concorrência das grandes superfícies comerciais e o contexto económico do País...” -----

-----Da primeira passagem, refira-se que a ideia de reabilitação do Município de Oeiras para a Foz do Jamor é algo que nós contestamos e contra a qual nos batemos, porque consideramos que há base científica e técnica para isso e eventualmente também legal, pelo menos é esse o entender do Ministério Público que pediu ao tribunal que decretasse a suspensão do Plano de Pormenor da Margem Direita da Foz do Jamor, por suspeita de ilegalidade, não deixa de ser estranho que se mantenha ali um terreno particular com amianto, a necessitar de uma intervenção urgente, porque o edifício está degradado, e que o Município não notifique o proprietário para a sua remoção.-----

-----Já o dissemos aqui, o Município deve por razões de saúde pública remover, às suas custas, o material e imputá-lo aos proprietários se os proprietários não fizerem a limpeza. Agora, fazer depender a reabilitação daquela zona degradada de um investimento imobiliário de torres à beira-mar, à beira da foz do Jamor, rente ao Tejo, consideramos que não é uma solução.-----

-----Quanto à baixa de Algés, Algés tem problemas graves, nomeadamente os que agora, infelizmente, foram capas de jornais e aberturas de telejornais pelas piores razões, pela fragilidade, sensibilidade territorial, os comerciantes já têm de lidar com a concorrência das grandes superfícies, aliás, como o próprio documento diz, e todo o tipo de hipermercados à volta, a isto se soma a situação em que se encontram neste momento e que, realmente, é importante resolver, que é a situação da bacia de Algés, a baixa de Miraflores, as intervenções na Outurela, tudo isso são problemas a acrescer àqueles problemas que já existem em Algés.” -----

-----O **Senhor Presidente** questionou: -----

-----“O arquiteto Luís Serpa ou o arquiteto Luís Baptista Fernandes têm alguma coisa a



Câmara Municipal
de Oeiras

dizer sobre isto?”-----

----- Esclareceu o **arquitecto Luís Baptista Fernandes**: -----

----- “Eu creio que as considerações da Senhora Vereadora Carla Castelo, as que eu ouvi, são um bocadinho laterais à questão da delimitação da ARU, são aspetos que decorrem do seu entendimento sobre o empreendimento e soluções que não estão a ser agora aqui apresentadas.---

----- A Área de Reabilitação Urbana estava caducada, nós pretendemos, não só, reativar a Área de Reabilitação Urbana, como ajustá-la em função dos argumentos que estão apresentados na proposta e, seguidamente, desenvolver três Operações de Reabilitação Urbana, isso sim, revela uma visão integrada do território, onde opera uma delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana.-----

----- Sobre outros contextos e outras situações, não merece qualquer comentário.”-----

----- O **Senhor Presidente** usou da palavra:-----

----- “Eu posso acrescentar que também me parece que esta ARU não tem rigorosamente nada a ver com o processo que está a decorrer em relação ao chamado Porto Cruz, o tribunal decidirá o que fazer. -----

----- É indiscutível que aquilo é uma área industrial, precisa de ser reconvertida, precisa de ser regenerada e, portanto, haverá um momento qualquer em que é regenerada, agora como é que vai ser, isso vai depender.-----

----- Naturalmente que, enquanto estiver no tribunal, enquanto não houver uma decisão no tribunal, com certeza que não vai haver um processo de regeneração, a ARU e depois a ORU dirão quais são as condições, agora é indiscutível que tem que haver aqui coerência e, portanto, toda aquela área é integrada na ARU, aquela e a da Quinta da Graça, possivelmente também.-----

----- Portanto, estou de acordo com o arquitecto Luís Baptista Fernandes, isto não conflitua nem tem rigorosamente nada a ver com o processo que está a decorrer em tribunal. O que se trata é de uma zona degradada, é uma zona que precisa de ser regenerada, obviamente que a Senhora

Vereadora Carla Castelo defende que a Câmara devia comprar aquele território, eu por exemplo não concordo que se invistam cem ou cento e cinquenta milhões de euros para comprar aquele terreno, ainda bem que está numa zona controversa, o tribunal dirá se se pode ou não construir, se o plano que estava lá aprovado é ou não válido, se vai haver ou não condições de o promotor privado poder fazer lá aquela densidade que está ou outra qualquer que venham a determinar, isso é um problema que, neste momento, está fora da alçada da Câmara, o tribunal é que decidirá essa questão. A ARU não tem nada a ver uma coisa com a outra, são situações absolutamente distintas.” - -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** voltou:-----

-----“Aquilo que eu perguntei, é claro que também fiz algumas considerações no meio, mas aquilo que eu perguntei foram duas perguntas muito simples, uma tem a ver com Linda-a-Velha e a outra tem a ver com a delimitação.-----

-----Esta nova delimitação inclui esta zona dos terrenos, mas não incluía antes, pois não?”

-----O **arquiteto Luís Baptista Fernandes** respondeu:-----

-----“Não.-----

-----Em Linda-a-Velha, nós vamos apresentar algumas iniciativas de áreas de reabilitação urbana sequenciais. Não estavam todas prontas, vão agora provavelmente em janeiro e as áreas foram alargadas, sobretudo agora, aquela que nós chamamos da Cruz Quebrada.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** atalhou:-----

-----“Senhor Presidente, uma nota apenas, porque cumpre-se hoje um prazo que tínhamos acordado nós os dois, com os Senhores arquitetos Luís Serpa, Luís Baptista Fernandes e Pedro Carrilho e estão aprovadas as duas ARU que tínhamos acordado até ao fim do ano, para iniciar este processo de reabilitação, portanto, foi cumprido o prazo, os nossos parabéns.”-----

-----De novo no uso da palavra, esclareceu o **arquiteto Luís Baptista Fernandes**.-----

-----“Eu peço desculpa, são três ARU, a anterior que era Cruz Quebrada, Dafundo e



Câmara Municipal
de Oeiras

Algés foi englobada, é por uma questão operacional relativamente às seguintes ORU. -----

----- Anteriormente só havia uma muito grande e para operacionalizar uma operação de reabilitação urbana assim, tínhamos que englobar toda a ARU e então dividimos em três para ter dinâmicas diferentes e ser mais fácil para gerir.”-----

----- O **Senhor Presidente** retorquiu: -----

----- “Sim, no caso da Cruz Quebrada eu julgo que há a requalificação daqueles três ou quatro prédios que estão ali naquela zona da antiga Motorpress, que já podem beneficiar desta situação.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a Área de Reabilitação Urbana de Algés, Cruz Quebrada e Dafundo.-----

----- A remessa à Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número trezentos e sete, de dois mil e nove, de vinte e três de outubro, artigos quinto, sétimo e décimo terceiro.-----

----- Artigos vigésimo terceiro, números um e dois, alíneas m) e n), vigésimo quinto, número um, alíneas h) e r) e número dois, alínea k) e artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas a) e ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votámos favoravelmente, por somos favoráveis à reabilitação urbana, mas não contestamos a inclusão dos terrenos das antigas fábricas da Lusalite e Gist-Brocades na área delimitada com o modelo de reabilitação defendido pelo Executivo, no Plano de Pormenor da Margem Direita da Foz do Jamor, que mais não é do que a execução do mega empreendimento Porto Cruz, que atenta contra o bom-senso, o princípio da precaução e atual conhecimento

científico, e que, aliás, está suspenso pelo Tribunal por suspeita de ilegalidades. Registamos com agrado que esteja a ser preparada uma nova ARU para Linda-a-Velha, cuja delimitação e apresentação aguardamos com expectativa.” -----

60 - PROPOSTA Nº. 1187/22 - DPCHM - Pº. 61/DH/2018 - “REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PARQUE URBANO DA QUINTA DA POLITEIRA - BARCARENA” - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS DA EMPREITADA, RESULTANTES DE ADAPTAÇÕES DE PROJETO - 7ª. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar os trabalhos a menos resultantes de adaptações de projeto, no montante de cento e oitenta mil quatrocentos de oitenta e seis euros e nove cêntimos, a que acresce o IVA à taxa legal. -----

-----A submissão ao Tribunal de Contas para efeitos de fiscalização concomitante. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, artigo tricentésimo septuagésimo nono. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto.-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. ----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, artigo trigésimo terceiro.-----

61 - PROPOSTA Nº. 1188/22 - DRU - EMPREITADA “01/DRU/2020 - INFRAESTRUTURAS ZONA C - FASE I - LAJE” - APROVAÇÃO DA REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA Nº. 4: ----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando



Câmara Municipal
de Oeiras

Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita peoa **Senhor Presidente**, aprovar a revisão de preços provisória número quatro, no valor de quarenta e quatro mil duzentos e trinta e oito euros e noventa e três cêntimos, sobre as faturas já emitidas pelo empreiteiro “Luís Frazão - Construção Civil e Obras Públicas, Sociedade Anónima”, no âmbito da empreitada “zero um-DRU-dois mil e vinte - Infraestruturas da Zona C - Fase um - Laje”.-----

----- Nos termos dos artigos tricentésimo, tricentésimo quadragésimo primeiro e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos.-----

----- Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro.-----

62- PROPOSTA Nº. 1189/22 - DMOGAH - REVOGAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 369/2022 - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - ESQUADRA DE PORTO SALVO:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a revogação da proposta de deliberação número trezentos e sessenta e nove, de dois mil e vinte e dois, (Atribuição de Participação Financeira à Polícia de Segurança Pública - Esquadra de Porto Salvo).-----

----- Nos termos do número um, do artigo centésimo sexagésimo quinto, do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com os artigos centésimo sexagésimo nono a centésimo septuagésimo primeiro, deste diploma legal, e decorre do previsto na alínea p), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e na alínea o), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

63 - PROPOSTA Nº. 1190/22 - UPGO - Pº. 2020/113-DGEP - APROVAÇÃO DE REVISÃO DE

PREÇOS PROVISÓRIA PARA “EXECUÇÃO DA CICLOVIA DA MEDROSA, ENTRE A ESTAÇÃO DA CP DE OEIRAS E A PRAIA DA TORRE”:-----

-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a revisão de preços, no montante de duzentos e onze mil quinhentos e vinte e três euros e setenta e seis cêntimos, no âmbito da empreitada “Dois mil e vinte/cento e treze-DGEP - Execução da ciclovia da Medrosa, entre a Estação da CP de Oeiras e a Praia da Torre”, conforme cálculo apresentado pela empresa “Oliveiras, Sociedade Anónima”, bem como o pagamento de quarenta e quatro mil duzentos e vinte e três euros e oitenta e três cêntimos, referente à diferença entre o valor já pago nas revisões anteriores. -----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro. -----

-----II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Este é um exemplo paradigmático do que tem sido a política de mobilidade ativa do Município de Oeiras: desarticulada e insuficiente. Já aqui apontámos vários erros que criam problemas de segurança aos utilizadores. Além disso, os postes da rede elétrica que foram deixados no meio da via, com os respetivos cabos de sustentação ali atravessados, e um pedaço de fita balizadora a assinalá-los, mostra a importância que este executivo dá a esta obra.-----

-----É também incompreensível que os cálculos não estejam em anexo, como é habitual, até porque seria importante verificar qual o valor do Coeficiente de Atualização, tendo em conta o atraso significativo no início da obra com a cessão da posição contratual.” -----

64 - PROPOSTA Nº. 1191/22 - GAEP - “MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E



Câmara Municipal
de Oeiras

**SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.” - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO
PARA 2023:**-----

----- Por proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** a Câmara tomou conhecimento do Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e três, da “Municíпия - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Empresa Municipal, Sociedade Anónima”. -----

----- Submeter à Assembleia Municipal de Oeiras, a proposta de deliberação e documentos anexos à mesma, para apreciação, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento, controlo e fiscalização da atividade das empresas municipais. -----

-----Nos termos das alíneas a), b) c) e), do número um, do artigo quadragésimo segundo, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

----- Alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**65 - PROPOSTA Nº. 1192/22 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
PARA APOIO À ACADEMIA OLÍMPICA DE PORTUGAL, NO ÂMBITO DO PROJETO DE
MEMÓRIA ORAL DO OLIMPISMO PORTUGUÊS:**-----

----- I - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira de quinze mil euros, à Academia Olímpica de Portugal, no âmbito do Projeto de Memória Oral do Olimpismo Português. -----

----- A minuta de protocolo a celebrar com a Academia Olímpica de Portugal - Comité Olímpico de Portugal, como instrumento de concretização do apoio financeiro ora propostos. ----

----- A designação de Gestor de Contrato, para efeitos de acompanhamento permanente da execução dos contratos conducentes à concretização dos apoios aprovados. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea f) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto, número dois, da Lei número cinco, de dois mil e sete, de dezasseis de janeiro.-----

-----Artigos segundo a quinto e nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Artigo trigésimo sétimo, número um, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-----

-----II - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“O PSD associa-se a este projeto que visa preservar a memória desportiva do País, nomeadamente no registo e a salvaguarda da memória oral do Olimpismo em Portugal, para valorização do desporto enquanto vertente da cultura portuguesa. Assim, votámos favoravelmente esta proposta.”-----

66 - PROPOSTA Nº. 1193/22 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FUNDAÇÃO OBRA SOCIAL DAS RELIGIOSAS DOMINICANAS IRLANDESAS, CENTRO SAGRADA FAMÍLIA PARA APOIO AO “PROJETO SALA ABERTA - GRUPOS APRENDER,



Câmara Municipal
de Oeiras

BRINCAR, CRESCER”, ANO LETIVO 2022/2023: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas, Centro Sagrada Família, no valor de vinte mil quinhentos e setenta euros, destinados a suportar as despesas decorrentes da execução do Projeto Sala Aberta - Grupos Aprender, Brincar, Crescer”, para o ano letivo dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o), u) e v), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, e do artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Código dos Contratos Públicos, alínea c), do número quatro, do artigo quinto e dos artigos ducentésimo a ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Artigo trigésimo sétimo, número um, alínea f), da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

67 - PROPOSTA Nº. 1194/22 - DAEGA - LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS CONTEMPLADOS COM BOLSA DE MÉRITO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

- ANO LETIVO 2022/2023: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** aludiu o seguinte: -----

-----“Eu gostaria de saber por que é que a matriz de avaliação deste ano é tão diferente da matriz de avaliação do ano passado, não nos critérios, mas na forma como é apresentada. -----

-----Aquilo que eu quero saber, é qual a razão para este ano na tabela não estar a informação suficiente e necessária sobre a atividade escolar, desportiva, cívica de cada candidato para permitir aferir se a pontuação de zero a cinco corresponde, de facto, aos elementos de prova, enviados por candidato ou candidata.-----

-----Qual foi o motivo, ou o que é que motivou esta diferença tão grande entre aquilo que foi a tabela que nos foi enviada o ano passado, à posteriori, e é certo que ela não estava na proposta inicialmente e a matriz de avaliação, a tabela de avaliação, que agora nos é enviada com o nome e a seriação dos candidatos em baixo, mas sem qualquer elemento, nota do aluno, que tipo de associação a que pertence, para permitir perceber que tipo de atividade cívica é que faz, desportiva, etc., não há qualquer elemento na tabela.”-----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** referiu o seguinte: -----

-----“Eu tomo como bom o trabalho técnico dos Serviços do Departamento de Educação e, particularmente da Divisão em causa, portanto, tomo como boa a qualidade técnica dos técnicos da Câmara Municipal, tomo como boas as equipas dos Serviços.-----

-----Eu, não duvidei daquilo que foi a apreciação técnica apresentada e tomei-a como boa, concentrei-me mais na forma da proposta de deliberação e na observação do regulamento que está aprovado e, nessa matéria, estou perfeitamente descansado, mas relativamente às questões de natureza mais técnica se o Senhor Presidente autorizar, a Chefe de Divisão está aqui, penso que ela poderá prestar algum esclarecimento.”-----

-----A **doutora Irene Vicente** esclareceu: -----

-----“A matriz de análise que a Senhora Vereadora refere, foi a matriz de análise aprovada



Câmara Municipal
de Oeiras

pelo Executivo Municipal na proposta de deliberação número seiscentos e sessenta e cinco, de vinte de julho.-----

----- A matriz tem vindo a ser melhorada nos últimos dois anos, para a tornar mais objetiva, clara e transparente, é esse o objetivo que se pretende dos Serviços. -----

----- Relativamente à pontuação nós não colocámos os documentos no Salão Nobre Digital, mas eles estão no Serviço para consulta, quer dos candidatos, quer dos membros do Executivo e não foram colocados porque como bem se recordam o ano passado tivemos questões relacionadas com a Proteção de Dados do RGPD, porque este documento esteve exposto num canal digital aberto ao público e este ano optamos por não colocar identificação dos documentos, mas eles estão no Serviço disponíveis para consulta e análise para quem tiver a intervenção no processo, como os membros do Executivo e os candidatos.”-----

----- Voltando a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “A questão não são os critérios e a tabela que foi aprovada em reunião de Câmara, essa não é a questão, a questão é a forma de apresentação. -----

----- Porque é que não está em cada candidato aquilo que deve lá estar em cada uma das situações?-----

----- Repare, isto não é pôr em causa nunca o trabalho dos Serviços ou dos técnicos e o ano passado, a questão que se colocou, sem minimamente beliscar o RGPD ou o direito à privacidade das pessoas, porque estes documentos deviam ser até de acesso público a todos os candidatos e a todas as pessoas, aliás, o que esteve publicamente tinha o nome dos candidatos rasurado, isso que fique bem claro, não havia nenhuma questão de RGPD. -----

----- De qualquer das formas, para uma leitura simples de quem consulta e dos Vereadores que vêm aprovar esta proposta, seria, quanto a mim, preferível ter-se mantido o modelo do ano passado, que era ainda assim bastante mais visualmente fácil de se compreender, este modelo é um modelo que, realmente é extremamente difícil, ainda por cima é minúsculo temos de andar de

lupa a ver o que é que cada um dos candidatos teve, mas, para além dessa questão, porque para mim não é a questão de ter cinco ou zero, a questão é , tem cinco, porque é que tem cinco ? -----

-----E estar lá por que é que tem cinco, tem zero, por que é que tem zero?-----

-----É só uma questão de transparência e simplicidade, não é pôr em causa nada, mas acho que temos todos de zelar por essa questão de ser transparente, ser fácil, de leitura simples, é só essa a questão, como o ano passado estava.”-----

-----A **doutora Irene Vicente** disse: -----

-----“A identificação do documento, é isso?-----

-----Dizendo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

-----“Imagine, porque é que o candidato X tem cinco em mérito escolar, aí está, porque teve nota de dezanove ou vinte, é pôr lá, se teve vinte, tem vinte, se teve dezoito, tem dezoito, por que é que teve cinco em participação cívica?-----

-----Esta é a minha proposta, parece-me que é de leitura fácil para todos.”-----

-----Argumentando a **doutora Irene Vicente**: -----

-----“Nós estamos abertos como, aliás, tem sido amplamente discutido dentro do Serviço com a nossa Diretora e o Senhor Vereador, contributos que venham melhorar o regulamento que está em revisão, porque, de facto, há dois artigos para bolsas de mérito, todos os contributos que nos possam fazer chegar serão bem acolhidos.-----

-----Também não nos parece que essa proposta que a Senhora Vereadora nos está agora a colocar não possa ser integrada, no próximo ano vamos melhorar.”-----

-----Volvendo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

-----“O ano passado era assim.”-----

-----Esclarecendo a **doutora Irene Vicente**: -----

-----“Mas o ano passado, Senhora Vereadora, como deve de calcular e eu agora tenho de dizer isto, porque quem não se sente não é filho de boa gente, eu tive os técnicos a virem falar



Câmara Municipal
de Oeiras

comigo a pedir para saírem deste trabalho, que eles fazem com imenso rigor, imenso gosto, porque houve questões que se colocaram de dúvidas, de desconfiança relativamente à análise, que eu também enquanto Dirigente e técnica deste Município senti que nunca fui tão maltratada e tão humilhada em vinte e dois anos de serviço. -----

----- Nós estamos cá para tornar os processos transparentes, estão disponíveis no Serviço todos os documentos que queira consultar, analisar, validar e todos os contributos são bem-vindos para melhorarmos em prol da transparência. -----

----- Uma outra questão, as angústias que a Senhora Vereadora sente nós também as sentimos, o RGPD não traz, no meu entender, transparência aos processos, isto é uma opinião minha, é um juízo de valor, entendam como quiserem, mas não traz transparência aos processos.” -----

----- Voltando a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “De forma nenhuma quisemos com as nossas dúvidas, quanto a mim, foram legítimas e justas e percebeu-se que havia ali coisas que não estavam corretas, pode ter sido por lapso, não estou a dizer que tenha sido por intenção de favorecer, mas havia ali coisas que não estavam bem, mas de forma nenhuma as nossas dúvidas e as questões que colocamos não é para humilhar ninguém, antes pelo contrário, é para todos podermos fazer melhor. -----

----- Repare, quando há um candidato o ano passado, que fica em primeiro lugar, que diz que estava lá Secretário de uma Junta, afinal, não era secretário dessa Junta, há um erro, é natural que quem vê questione. -----

----- Depois a quantidade de pontos a mais que se dão por ser da Juventude do INOV, peço desculpa, mas isto são questões que são legítimas de colocar e não é nem para humilhar, nem para pôr em causa o trabalho dos Serviços, mas acho que todos temos de zelar pela transparência e o meu papel aqui é escrutinar e é fazer questões, fui eleita para isso, porque estou na oposição. -----

-----Se me tivessem eleito para ser Executivo, eu estaria a fazer esse papel, mas aquilo que o meu papel é, é questionar, é escrutinar, sem de forma nenhuma querer humilhar, aliás, porque não é mesmo a minha forma de ser, humilhar ninguém.” -----

-----Atalhando a **doutora Irene Vicente**:-----

-----“Não estão em causa as suas competências e o seu papel enquanto membro deste Executivo, longe de mim, agora eu tinha que transmitir aquilo que foi sentido no Serviço, porque como sabem hoje em dia daquilo que é publicitado nas redes sociais, sejam verdades ou mentiras, transformam-se em verdades absolutas, as falsas perceções transformam-se em verdades absolutas. -----

-----Eu tinha que dizer isto aqui hoje, porque de facto, houve este desconforto na equipa e temos três excelentes técnicos a fazer análise de candidaturas, todos eles são técnicos do Município, fazem análise de candidaturas com muitos documentos e eles não têm aquela perceção de ser Secretário, qual é a diferença entre um Secretário ou um Tesoureiro nestas questões dos cargos políticos.-----

-----Foi também esclarecido e foi preparada uma informação técnica, minha, explicitando todas essas questões, todas as questões que a Senhora Vereadora colocou e bem.-----

-----Julgo que na sua posição todos faríamos o mesmo, mas como digo, eu tinha que manifestar hoje aqui este desconforto, porque trabalhamos com muito rigor, com muita transparência e estamos cá para receber todos os contributos que possam fazer chegar agora na revisão do regulamento para que ele sirva os estudantes, os munícipes e os alunos de Oeiras.”----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** frisou o seguinte:-----

-----“Só queria dizer que as melhores testemunhas do rigor, da transparência e da objetividade do trabalho dos Serviços e da preparação destas propostas são os candidatos, que não colocam essas questões, não se sentem minimamente perturbados, percebem o processo como totalmente transparente, são informados sobre todas as dúvidas, sobre as todas as questões.



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Nos termos do regulamento há um período de audiência prévia, praticamente eventuais reclamações são residuais e há pedidos de esclarecimentos que são atendidos, as pessoas entendem e compreendem.-----

----- Nós tivemos mais de mil candidaturas às bolsas, as melhores testemunhas do rigor e da transparência e objetividade do processo são os candidatos, pelo conforto com que vivem este processo junto dos Serviços da Câmara Municipal.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** alegou o seguinte:-----

----- “Em primeiro lugar, dizer que não há ninguém nesta sala que conheça a doutora Irene Vicente tão bem como eu, conheço o perfil profissional da doutora Irene Vicente e imagino o que lhe terá custado no ano passado e o que lhe custou dizer o que disse hoje. -----

----- Senhora Vereadora, há bocado disse-lhe uma coisa que serviu agora também para os Serviços, “quem não quer ser lobo, não lhe veste a pele”, quando nós praticamos a lógica confrontacional como é praticada e inquisitória sobre as pessoas, não estou a atacá-la pessoalmente, não abane a cabeça, estou a tentar falar consigo, é este o efeito, mas é este o efeito que tem nos técnicos, porque são pessoas que trabalham com seriedade, que se sentem amachucados por essa lógica confrontacional e inquisitória permanentemente a ser exercida sobre eles. -----

----- Não quero dizer muito mais, apenas dizer que “quem não quer ser lobo, não lhe veste a pele”.-----

----- Atalhando o **Senhor Presidente**:-----

----- “Sim, mas eu posso esclarecer esse ponto, há uma situação que com frequência é perversa, porque os Vereadores ou neste caso a Vereadora, visto que se assume como Vereadora da oposição, que está aqui para escrutinar, na verdade, está para escrutinar na perspetiva do poder político e com frequência quando fala em transparência não é aos técnicos que ela quer acusar, é o poder político. -----

-----O Presidente da Câmara e os Vereadores é que não são transparentes, tem aqui uma coisa perversa de dizer aos Serviços vocês não sejam transparentes, vocês fazem umas manigâncias e tal.-----

-----Acontece, que a Câmara de Oeiras não é uma chafarica, é uma grande organização com dois mil e seiscentos ou dois mil e setecentos funcionários e numa organização destas o poder político não pode desresponsabilizar-se e dizer que aquilo que acontece na Câmara eu nunca o faço, aquilo que acontece na Câmara não é da sua responsabilidade, que é da responsabilidade dos técnicos, ou seja, aquilo que, porventura está errado por qualquer razão, porque qualquer pessoa comete erros.-----

-----O Presidente da Câmara e os Vereadores têm a respetiva tutela e os pelouros têm que dar cobertura a esses erros.-----

-----Eu prefiro discutir, puxar as orelhas a um funcionário que ao fazer qualquer coisa cometeu um erro, do que aquele que não faz nada para não cometer erros e numa organização com a dimensão da Câmara, obviamente, que há muitas coisas, há muitos procedimentos que o Presidente da Câmara ou os Vereadores dizem, isto é para fazer, mas não dizem para fazer ilegalmente, não dizem para se fazer ilegalidades, é para fazer, e responsabilizam-se as pessoas, caso contrário, havia muita coisa nesta Câmara, neste Concelho que não acontecia, só acontece, porque há um nível de descentralização significativo.-----

-----Quem não conhece o sistema, acha que o Presidente da Câmara, os Vereadores é que são os malandros, que andam a dar informação, não querem ser transparentes.-----

-----Vou-vos dar um exemplo, aconteceu ontem na Assembleia Municipal, a propósito da Informação do Presidente às alterações permutativas, julgo que já vão em mais de trinta e seis ou trinta e sete, a dada altura, lança-se ali uma espécie de suspeição e falta de transparência, que o poder político dá orientações aos Serviços para fazerem alterações orçamentais, as alterações orçamentais são opções políticas da Câmara.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Na verdade, a Câmara Municipal e o Presidente têm que aprovar, mas como é que surge uma alteração orçamental, é simples e o problema é este, as pessoas quando são eleitas não precisam de ser competentes, uma pessoa para ser eleita, só precisa de ser eleita, qualquer um pode ser eleito para qualquer cargo. -----

----- Depois se tem condições ou não para o desempenhar do ponto de vista técnico isso é outra questão, porque mesmo a política não é só retórica, na política para desempenhar bem o cargo é preciso ter algum conhecimento, quando as pessoas não têm esse conhecimento, obviamente que podem dar-se ao luxo de dizer todos os disparates. -----

----- Como é que surge uma alteração orçamental?-----

----- Por exemplo, o arquiteto Pedro Carrilho está a fazer uma obra, tem um projeto e a obra está orçamentada, digamos assim, em setecentos mil euros, mas ele descobre que afinal são setecentos e cinquenta e precisa de mais cinquenta mil euros, mas não tem naquela rubrica, só tem os setecentos e de duas uma, ou tem dentro do departamento dele uma rubrica qualquer onde possa ir buscar cinquenta mil, ele limita-se a propor uma alteração orçamental, vem ao Presidente da Câmara que autoriza, vai ao Departamento Financeiro faz a alteração orçamental, tira de um lado e põe noutra. -----

----- Suponhamos que ele não tem os cinquenta mil euros, vai falar com alguém com quem se dê melhor do Departamento A ou B e pergunta se tem cinquenta mil euros, ou então fala na Financeira, arranjam-me lá cinquenta mil euros e eles arranjam, e quando vem ao Presidente da Câmara ou ao Vice-Presidente já está tudo consumado, eu estou a dizer com isto que estou a desresponsabilizar, não, ainda bem que é assim, eu costumo dizer que a única pessoa na Câmara que pode dizer que não há dinheiro é o Presidente da Câmara, não há mais ninguém que possa dizer que não há dinheiro.-----

----- Eu fico irritadíssimo quando algum dirigente ou técnico tem uma coisa na gaveta e diz que não há dinheiro, não há dinheiro pede a quem de direito. -----

-----Reparem, deu uma discussão enorme ontem na Assembleia Municipal, porque as alterações orçamentais é um esquema que a Câmara Municipal tem de opções políticas para fazer as alterações orçamentais. -----

-----Ora bem, que resposta é que a Câmara pode dar a uma coisa destas? -----

----- Nenhuma, é uma questão meramente técnica. -----

-----Nestas situações, muitas vezes em que há critérios a aplicar para isto e para aquilo, qual é a posição da Câmara? -----

-----Queremos bolsas, este ano há bolsas para setecentos ou novecentos e o Senhor Vereador Pedro Patacho que é o Vereador responsável diz vamos tratar das bolsas e dos procedimentos, não é o Vereador ou o Presidente da Câmara que vão dizer que os critérios são estes ou aqueles, obviamente, que nós temos técnicos habilitados para fazerem esses trabalhos, claro que pode haver questões de natureza política diferente.-----

-----Por exemplo, o regulamento que aprovámos hoje relativo às indemnizações, às compensações aos comerciantes, o Gabinete Jurídico preparou todo o regulamento. E deu-lhe com certeza muito trabalho, porque as coisas têm que bater umas com as outras, o artigo, a alínea a), não pode estar divergente do artigo e da alínea b), mas a questão da definição de um milhão e meio de euros, mal seria se era o Gabinete Jurídico a dizer é um milhão e meio de euros, é o Presidente da Câmara que diz isso.-----

-----Depois, em função da informação que trazem, quero dizer que há bocado fiquei muito satisfeito porque pude responder logo à Senhora Vereadora Carla Castelo na pergunta que fez, ainda não tinha lido, tinha aqui os documentos que o arquiteto Carrilho me fez chegar e realmente estava aqui a informação toda, eu ainda não tinha pedido essa informação, mas já estava aqui definido em função dos critérios que tínhamos abordado o que é que se vai gastar, de acordo com aqueles critérios e em função da despesa que está aí nós nem vamos gastar um milhão e meio, só dá um milhão cento e dezassete mil euros portanto, até já temos dinheiro a



Câmara Municipal
de Oeiras

mais relativamente àquilo que vamos financiar e, por isso, eu também disse, é um milhão e meio, mas também podem ser dois ou até três, depende, agora, vamos ver como é que isto vai funcionar.-----

----- Quanto aos escalões, eu assumo a responsabilidade dos mesmos, perante a situação de dizer que temos que ter aqui uns escalões e tive uma reunião onde estavam mais ou menos vinte pessoas em que discutimos esta questão, portanto, está aqui o nível de discussão, também não é só da cabeça do Presidente da Câmara, discutimos o que é que acham disto, e foi com os diferentes técnicos, dirigentes, arquitetos, etc., e estabeleceu-se ali um consenso, até houve um acerto.-----

----- A dada altura com a história dos escalões, o de cem mil euros para cima, dava quinze por cento, tem que se subir mais para vinte por cento ao subir esta percentagem tiveram que subir os outros todos.-----

----- O problema aqui é que com frequência se invoca o problema de transparência em determinadas situações, apontando ou querendo atingir com a insinuação o poder político, mas, na verdade, por detrás do poder político, está toda esta equipa técnica da Câmara Municipal que realiza um trabalho técnico, no fundo, que sustenta aquilo que são as deliberações da Câmara, porque para se fazer uma deliberação sobre a matéria A ou B ela tem que ter um suporte técnico e mal seria se fosse o Vereador ou o Presidente da Câmara.-----

----- Confesso, e não estou a cometer uma heresia, a maior parte das propostas que estão aqui eu não as conheço, ponho uma rubrica por uma razão, se eu fosse ler as propostas todas não vinham à Câmara oitenta ou noventa propostas, vinham vinte, ou seja, a descentralização implica responsabilização e confiança, nós temos que confiar, obviamente, que se houver algum problema e às vezes há, tem que ser corrigido, temos de chamar a atenção, é muito grave quando nós perdemos a confiança numa pessoa.-----

----- Eu acho que é o pior que pode acontecer é nós perdemos a confiança em alguém, mas

se há um problema, se há um erro tem que se chamar a atenção da pessoa, mas não é pelo facto de haver um erro, ou nós desconfiamos que vai haver um erro e acaba-se com a descentralização, acaba-se com a confiança nas pessoas e depois quem trabalha, na verdade, cada um tem o seu papel, uns dão orientação política, definem um plano de atividades, aliás, começam por definir um programa eleitoral, depois definem um plano de atividades para a Câmara, pode ser um plano plurianual ou anual e depois o corpo técnico é que tem que dar concretizações a isso tudo. -----

-----A forma como às vezes se dizem estas coisas, pretende-se centrar no poder Executivo e claro que se atingem os técnicos, aqueles que se estão a preparar tudo isto e que se esforçam e trabalham muitas vezes de dia e de noite. -----

-----Eu a única coisa que tenho a dizer é lamentar que isso aconteça e os funcionários, justamente porque são funcionários, têm que aguentar, aguentam tanta coisa, até aguentam salários baixos, têm que aguentar também às vezes este tipo de situações que podem sentir-se atingidos, no que diz respeito ao não reconhecimento do seu esforço, do seu trabalho e do seu empenhamento para que as coisas sejam o máximo transparentes.-----

-----Eu julgo que todos nós lutamos para que as coisas sejam claras, só há benefício se as coisas forem claras, se as pessoas entenderem.-----

-----Há pouco não estava a entender bem quando a Vereadora pôs o problema se havia diferenciação e quais eram os critérios do ano passado e quais são os critérios deste ano, isto é que é fundamental saber, quais são os critérios e depois em função desses critérios como é que são aplicados.-----

-----Claro que há linhas de fronteira, mas se é o Executivo que vai analisar todos esse projeto é muito complicado e nunca mais saímos disto. -----

-----Acho que todos nós devemos ter alguma contenção quando se fazem determinado tipo de considerações, mas muitas vezes é por desconhecimento.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do



Câmara Municipal
de Oeiras

Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a análise das candidaturas efetuada pelo Departamento de Educação, nos termos da informação número INT-CMO dois mil e vinte e dois/vinte e cinco mil duzentos e cinquenta e sete, de treze de dezembro. -----

----- A atribuição de onze Bolsas de Mérito aos candidatos contemplados. -----

----- A Lista Ordenada Definitiva dos candidatos contemplados com a atribuição de Bolsa de Mérito no letivo dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três.-----

----- Atribuição da Bolsa de Mérito a cada um dos onze estudantes contemplados no montante de cinco mil euros, perfazendo um valor global de cinquenta e cinco mil euros. -----

----- Nos termos dos artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho. -----

----- Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro.-----

----- Decreto-Lei número vinte e um, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Somos a favor da atribuição de bolsas de mérito aos estudantes e saudamos os candidatos e candidatas contemplados. Dito isto, e sem pôr em causa o esforço dos serviços, insistimos na necessidade de zelar pelo rigor e transparência de todo o processo, da responsabilidade do Vereador do pelouro. -----

----- Depois do caso que denunciámos no ano passado, esperávamos que esta proposta viesse à Câmara com uma tabela de avaliação de simples leitura e, sobretudo, com as

informações necessárias e suficientes, para se perceber como foram avaliados os candidatos/as a bolsa, e quais os elementos documentais que o comprovam. -----

-----Ora, não foi isso que aconteceu. Não se trata de nenhuma desconfiança; trata-se de exigir que não se omitam dados que devem constar e ser de simples consulta, não apenas por nós que estamos a votar, mas por qualquer uma das pessoas que concorreu.”-----

68 - PROPOSTA Nº. 1195/22 - DPGRE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO JARDIM DE INFÂNCIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS NA SALA DA CRECHE: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de cinco mil setenta e oito euros e noventa e cinco cêntimos, que inclui o IVA à taxa legal em vigor, que não excede cinquenta por cento do custo dos trabalhos aprovados, à Associação Jardim de Infância Nossa Senhora das Graças, que integra a Rede Solidária de Oeiras, no âmbito das respostas socioeducativas da área de primeira infância.-----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e) e h), e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Código dos Contratos Públicos, alínea c), do número quatro, do artigo quinto e



Câmara Municipal
de Oeiras

artigos ducentésimo a ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Artigo trigésimo sétimo, número um, alínea f), da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

69 - PROPOSTA Nº. 1196/22 - DAQV - CRIAÇÃO DE PREÇOS DE VENDA PARA EDIÇÃO VILLA OEIRAS COLHEITA 2012:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar os seguintes preços e condições de venda de vinho de Carcavelos Villa Oeiras, aplicáveis a partir de um de dezembro de dois mil e vinte e dois: -----

----- Garrafas de “Villa Oeiras Colheita de dois mil e doze” de quinhentos mililitros: -----

----- Preço de venda ao público: sessenta e seis euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor);-----

----- Preço de Revenda dois: cinquenta e três euros e cinquenta cêntimos (com IVA incluído à taxa legal em vigor); -----

----- Preço de Revenda um (aquisição mínima de trinta garrafas): quarenta e um euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor); -----

----- Preço de Representação Institucional dois: cinquenta e seis euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor);-----

----- Preço de Representação Institucional um (aquisição mínima de dez garrafas):

quarenta e sete euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor);-----

-----Preço venda aos Membros do Executivo Camarário, Membros da Assembleia Municipal e trabalhadores da Câmara, até um número máximo de duas garrafas por ano: cinquenta e cinco euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor);-----

-----Preço de venda à Confraria de Enófilos do Vinho de Carcavelos: quarenta e um euros (com IVA incluído à taxa legal em vigor);-----

-----Preço de Exportação: quarenta e um euros (Não inclui IVA nem IEC).-----

-----Nos termos da alínea e), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

70 - PROPOSTA Nº. 1221/22 - GAP - REGULAMENTO DE APOIO EXTRAORDINÁRIO À RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE DOS OPERADORES ECONÓMICOS AFETADOS PELAS INTEMPÉRIES DE DEZEMBRO DE 2022 - APROVAÇÃO DO PROJETO: -----

-----I - O **Senhor Presidente** fez a seguinte intervenção: -----

-----“A Senhora Vereadora Carla Castelo disse que estranhava que não esteja nenhuma proposta para apoio dos comerciantes, como havia sido prometido pelo Presidente da Câmara Municipal, estranho, porque ontem recebeu às dezoito horas uma comunicação do meu gabinete que dirigiu a todos os Vereadores, incluindo a Senhora Vereadora Carla Castelo, dizendo: -----

-----“Encarrega-nos a Adjunta do Senhor Presidente, Doutora Irina Lopes, de remeter em anexo Proposta de Deliberação - Regulamento de Apoio Extraordinário à recuperação da atividade dos operadores económicos afetados pelas intempéries de dezembro de dois mil e vinte e dois - Aprovação do projeto, que não consta da agenda e que será levada em mão à reunião de Câmara de amanhã, quarta-feira, dia vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e dois.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte: -----

-----“Realmente enviaram só para a Vereação Carla Castelo, que é o endereço que costuma ser utilizado pela nossa administrativa, sendo que ela está de férias e eu realmente não



Câmara Municipal
de Oeiras

vi, porque está fechado ainda o email, porque eu não vi nada destes emails, porque são muitos e agora então com as Boas Festas, são às dezenas.” -----

----- Volveu o **Senhor Presidente**: -----

----- “Pronto, não recebeu, mas está aqui a justificação. -----

----- Sobre esta matéria, eu gostaria de referir que a Câmara Municipal imediatamente, logo após as cheias do dia oito, na madrugada, não só determinámos o arranque imediato do levantamento dos prejuízos de todos os comerciantes, mas também das infraestruturas municipais se as houvesse, como ao fim da tarde já havíamos analisado em função, porque realmente foram criadas equipas sob a coordenação do arquiteto Pedro Carrilho, do doutor Luís Afonso e da doutora Patrícia Costa e muita gente, muitas equipas estiveram logo no terreno e, no dia nove, já tínhamos um primeiro levantamento de todos esses prejuízos que permitiu definir que, em função daquele montante, julgo que na altura andava na ordem dos três milhões e seiscentos mil euros, fixar um montante na ordem do milhão e meio de euros que poderia corresponder, sensivelmente, na nossa perspetiva, na altura, a um terço dos prejuízos, obviamente, tendo em conta que, eventualmente, os seguros comparticipariam uma parte, aqueles que tivessem seguro e que também ao nível da Administração Central houvesse algum apoio. ----

----- É claro que já sabemos que da parte da Administração Central, da parte do Governo, apoio direto às empresas, às pequenas e grandes empresas e às famílias, não vai haver, poderá haver apoio ao nível das infraestruturas municipais.-----

----- Não tenho dúvidas, por exemplo, que a queda da barreira no Dafundo, vai ter uma comparticipação do Estado, porque é uma obra que vai custar cerca de dois milhões de euros e, portanto, é perfeitamente elegível, mas depois já me apercebi que há uma quantidade de estragos que foram provocados e não foram elegíveis.-----

----- Nós precisávamos de dar celeridade a este processo, porque, independentemente do montante, seja ele qual for, o que importa é que chegue rapidamente aos comerciantes, e eu falo

em comerciantes não falo em famílias propriamente dito, porque as famílias lesadas também estão a ser todas apoiadas, todas sem exceção, umas com casa, outras conforme as nossas disponibilidades em “hostel”, em hotéis, etc., com mobiliário, as próprias Juntas de Freguesia estão a disponibilizar e a apoiar com mobiliário e com aquilo que é necessário e o que não houver a Câmara Municipal compra, portanto, as famílias estão a ser apoiadas.-----

-----Oeiras talvez seja dos poucos Municípios, onde as coisas se resolvem sem intervenção da Proteção Civil Nacional e sem Segurança Social Nacional. -----

-----É interessante olhamos para as notícias e acontecimentos que em Oeiras acontecem a Câmara Municipal resolve, outros Municípios é a Segurança Social, isto e aquilo, etc., isto demonstra, realmente a capacidade que nós temos de resolução dos problemas, a capacidade e a sensibilidade. -----

-----Portanto, o Gabinete Jurídico, em função dos dados que foram apontados, rapidamente começou a preparar um regulamento. -----

-----Esse regulamento ficou pronto onde à tarde, razão pela qual só foi enviado ao fim da tarde para os Senhores Vereadores. -----

-----O regulamento foi inspirado de alguma forma no do COVID, mas tem aqui especificidades próprias. -----

-----Uma coisa é o apoio que a Câmara Municipal tem vontade de dar, outra coisa são as regras que nós temos que cumprir, sob pena, depois, de o Tribunal de Contas ou uma Inspeção cair em cima da Câmara Municipal, portanto, nós temos de ter aqui muito cuidado, porque às vezes a nossa vontade de ajudar é superior e quem está distante do problema olha só para o cumprimento de regras. -----

-----Por exemplo, nós, para justificar este regulamento, temos que nos fundamentar de alguma forma, quase com alguma abstração naquilo que são as competências da Câmara no que diz respeito aos apoios às atividades económicas. Se houvesse uma lei como aconteceu com a



Câmara Municipal
de Oeiras

COVID, em que o Governo e a Assembleia da República aprovaram uma lei que permitia flexibilizar determinado tipo de procedimentos, aqui ainda não aconteceu isso e, portanto, nós temos que utilizar os meios que estão à nossa disposição e aqui nós vamos entroncar na Lei de Atribuições e Competências dos Municípios, portanto, estas regras podem parecer, à primeira vista, exageradas, mas não são, até porque o objetivo agora é criar um grupo de trabalho que será coordenado pelo Vereador Armando Soares e pela Vereadora Susana Duarte que irão, acolitados pelo grupo de trabalho criado e que tem o arquiteto Pedro Carrilho, o doutor Luís Afonso e a doutora Patrícia Costa a coordenar tecnicamente essa área, analisar pedido a pedido, as fichas, julgo que não estão feitas, mas podemos inspirar-nos nas fichas que a CCDR fez chegar à Câmara há dois ou três dias e, portanto, julgo que já estávamos a preparar essas fichas, mas podemos afiná-las em função das da CCDR. -----

----- A ideia é hoje aprovarmos este regulamento, eu já falei com a Assembleia Municipal e está agendada para dia dez de janeiro, depois ainda tem que ser publicada em Diário da República, é claro que nós vamos pedir urgência e em dois/três dias publicam. -----

----- Uma vez aprovado pela Câmara Municipal, e estando em vias de ser aprovado no dia dez de janeiro pela Assembleia Municipal, nós podemos, em função do estado em que se encontrarem as fichas, o levantamento dos prejuízos de cada um, podemos, informalmente, e é isso que o grupo de trabalho vai fazer, falar com cada um dos comerciantes para apresentarem o seu requerimento mesmo antes da publicação em Diário da República e, mal seja publicado, está tudo analisado e imediatamente se pode pagar. -----

----- Nós temos que tentar resolver estas situações o mais rapidamente possível, porque, de facto, ou o dinheiro chega rapidamente ou então perde o sentido. -----

----- Neste momento fixamos em um milhão e meio de euros, eu sei que houve de uma cheia para a outra um acréscimo de prejuízos, aliás, está aqui uma atualização, eram três milhões e seiscentos mil euros na primeira e agora já estão contabilizados nos quatro milhões e setecentos

mil euros -- -----

-----Estas contas valem o que valem, porque estão sempre a mudar, mas o valor a indemnizar, fala-se num milhão e dezassete mil euros pelos critérios que estão definidos e, portanto, sobre esses critérios, não sei se todos os Vereadores já viram, isto é que pode suscitar questões de ser assim e não de outra maneira, mas as regras que estão aqui estabelecidas são regras normais, que são estabelecidas para um controlo mínimo da execução desta despesa, mas estabeleceram-se aqui critérios em termos de “plafond”, ou seja, prejuízos até cinco mil euros, cinquenta por cento de comparticipação, entre cinco mil e dez mil euros, quarenta e cinco por cento, entre dez mil euros e vinte e cinco mil euros, quarenta por cento, entre vinte e cinco mil euros e cinquenta mil euros, trinta por cento, entre cinquenta mil euros e cem mil euros, vinte e cinco por cento e mais de cem mil euros, vinte por cento. Sendo certo que se arredonda para cima nos casos em que, por exemplo, cento e vinte mil euros, vale mais receber vinte e cinco por cento sobre cem mil euros, do que vinte e cinco por cento sobre cento e dez mil euros. -----

-----É sempre arredondado de maneira a que quem tem mais prejuízo, receba sempre mais, recebe o correspondente ao escalão anterior, mais um indexante do escalão em que se encontra.-----

-----A criação destes escalões é que pode suscitar a discussão.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** observou o seguinte:-----

-----“Eu gostaria de perceber como é que chegaram a estes valores de percentagem de comparticipação e, pela estimativa que já têm, quantos comerciantes caem em cada um destes escalões, são as primeiras questões que queria saber.”-----

-----O **Senhor Presidente** atalhou o seguinte: -----

-----“Nós temos aqui a indicação de todos esses dados. -----

-----A maioria da indemnização, mais de cinquenta por cento é atribuída, o que é natural, a quem teve prejuízos superiores a cem mil euros. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Relativamente às indemnizações até cinco mil euros estão aqui previstos quarenta e oito mil euros, dos cinco mil aos dez mil euros estão previstos cinquenta mil e setecentos euros, de dez mil aos vinte e cinco mil euros estão previstos cento e dezassete mil euros, dos vinte e cinco aos cinquenta mil euros estão previstos cinquenta e sete mil euros, dos cinquenta mil aos cem mil euros estão previstos cento e um mil euros e mais de cem mil estão previstos quinhentos e um mil euros. -----

----- Faz todo o sentido que quem tem um prejuízo de cinco mil euros se lhe pague cinquenta por cento, isto tem de ser gradual, é esta a lógica, dos cinquenta aos vinte por cento. ---

----- Numa primeira avaliação a distribuição será mais ou menos esta que eu acabei de referir.-----

----- Agora quantos são, neste momento lojas visitadas são mil duzentas e oitenta e uma, lojas com danos e valores são cento e onze até agora e depois há aqui dezassete lojas sem danos.

----- Há uma planta com indicação das ruas onde isto foi verificado em toda a zona da baixa de Algés, as lojas estão identificadas numa planta e depois tem todos os gráficos.-----

----- Quanto aos escalões, o número de lojas até cinco mil euros, são quarenta e quatro por cento dos lojistas, como veem faz sentido estes cinquenta por cento.-----

----- Depois, são treze comerciantes no escalão dos cinco mil aos dez mil, representam dezasseis por cento, depois são dezasseis dos dez aos vinte e cinco, que representam dezanove por cento, de vinte e cinco a cinquenta mil, seis por cento, de cinquenta mil a cem mil representa cinco por cento e depois mais de cem mil representam vinte por cento.-----

----- Está aqui tudo, parabéns senhor arquiteto e demais equipa, porque está aqui a resposta à Senhora Vereadora. Está tudo aqui explicado, o número dos comerciantes, o nome deles, a identificação, as fichas, está aqui o essencial e agora é só transformar isto em dinheiro e que chegue lá rapidamente.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** frisou: -----

-----“A minha questão era também perceber o porquê destas percentagens e não, eventualmente, percentagens um pouco mais altas.-----

-----Não há disponibilidade para ajudar em vez de cinquenta por cento, sessenta ou setenta por cento estes comerciantes, que são pequenos comerciantes, certamente que tiveram estes estragos que, eventualmente, até para um pequeno comerciante pode um prejuízo de cinco mil euros ser tão grave como um prejuízo para um grande comerciante de, imaginemos, oitenta mil euros.-- -----

-----A minha questão era só perceber o porquê destes cinquenta por cento, vinte por cento e não outra percentagem, eventualmente mais favorável, a quem sofreu os estragos.”-----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Nisto segue-se a tradição, a Câmara Municipal não pode começar aqui com percentagens muito elevadas, porque a dada altura, em vez de um milhão e meio teríamos que ter três ou quatro, tem que haver aqui uma repartição de esforços, o que não significa que, em função da experiência, em função dos requerimentos apresentados, a Câmara não possa, de hoje para amanhã, alterar este fundo. -----

-----Temos que ter também alguma prudência, vamos ver como é que é, isto não é fechado, em função da evolução nós podemos vir a chegar ao fim do mês de janeiro e em função do comportamento podermos dizer que, provavelmente, faz sentido alterar aqui estes “plafonds”, mas isso é a experiência que nos vai dizer. -----

-----Depois, há as companhias de seguros e isto não é cumulativo com as companhias de seguros, pode haver circunstâncias em que a Câmara Municipal pode estar a indemnizar com cinquenta por cento e acabar por não indemnizar nada porque a companhia de seguros cobriu tudo, agora nós temos que ver como é que vai ser o comportamento no terreno. -----

-----Resolve, no essencial, o prejuízo porque, praticamente, está aqui um terço dos prejuízos, vamos ver como é que é a história das companhias de seguros e, em função disso,



Câmara Municipal
de Oeiras

obviamente, que a Câmara vai acompanhando e se for necessário alterar, alteramos, há essa disponibilidade”. -----

----- **Intervio a Senhora Vereadora Susana Duarte:** -----

----- “Queria dar aqui nota, até porque juntamente com o Senhor Vereador Armando Soares, acompanhámos de perto estes primeiros dias e, logo a seguir, seguiram-se segundos dias, digamos assim, que se tornaram em primeiros novamente, por isso, é verdade que isto é uma atualização, até porque o apanhado que a equipa do arquiteto tinha feito na primeira fase teve que ser repetida, porque com a primeira cheia houve quem tivesse reportado pouco ou nenhum dano e, na segunda cheia, reportou danos muito maiores. -----

----- A verdade, é que o objetivo da Câmara, para além do óbvio, que é apoiar as atividades económicas, pretende também fazê-lo de uma forma mais célere que o Governo e aqui, não querendo atizar a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, que sei que tem pouco que ver com algumas destas situações, sei também da sua disponibilidade para elas, mas a verdade, é que nem sempre o Governo tem tido a capacidade de apoiar com rapidez, e muitos destes pequenos comerciantes, depois quando tiver oportunidade de analisar vai perceber, são os que têm menos valor de indemnização e são os que vão precisar mais.-----

----- Aqueles que tiveram, se calhar, um volume de percas menor, são aqueles que mais urgentemente precisam do dinheiro, porque se calhar dois mil euros para um pequeno comerciante, tem muito mais dificuldade em o repor do que alguém, se calhar, com vinte milhões ou coisa do género.-----

----- A verdade é que as escalas também são diferentes e a capacidade de recorrer à banca, a seguros, a advogados, também é completamente diferente e aqui nós também temos de ter atenção a isso, se reparar, no regulamento, e isso foi uma preocupação que nós tivemos, que mesmo que na primeira fase as próprias seguradoras não indemnizem, mas depois em recursos talvez consigam uma indemnização, se o Município já tiver dado o valor, eles a única coisa que

têm que fazer, e aqui temos que ter também um bocadinho de boa fé nas pessoas, são obrigados, pelo regulamento, a dizer à Câmara: “atenção entretanto recebi ‘x’ da minha seguradora, porque consegui, mas isto pode demorar seis meses ou mais, então devolvo o dinheiro que a Câmara me deu porque, entretanto já recebi”, isto pode ser para alguns destes pequenos negócios a bolsa de oxigénio para sobreviverem, que é para nós talvez o mais importante neste momento imediato. --

-----Se começarmos a pagar em janeiro e, vamos ser práticos, isto era impossível acontecer para o Governo, porque só as questões burocráticas que nós estamos a tentar acelerar ao máximo, a verdade é que até a questão que o Senhor Presidente aqui bem salientou, a publicação em Diário da República e já nos estávamos a esquecer, só isso já é mais um passo, são mais dias que não conseguimos. -----

-----Isto é tudo um contrarrelógio, mas se nós não cumprirmos, corremos todos o risco de estar a dar dinheiro às pessoas e que não podíamos ter dado e o Tribunal de Contas como bem alertaram os Serviços, “caía-nos em cima”, numa coisa que nós queremos fazer o bem, depois também não queremos fazer mal.-----

-----Esta foi uma preocupação dos Serviços e do Executivo, e o Senhor Vereador Armando Soares também teve a mesma preocupação, de não cairmos na tentação, como muitas vezes diziam dos apoios para a COVID, que não deram nada, o objetivo aqui é dar e ajudar as pessoas, mas também não podemos duplicar os apoios, quem conseguir que a sua seguradora cubra, quem paga um seguro também deve depois ser ressarcido, se está anos a pagar um seguro, o ideal é que o seguro seja válido nestas situações. Nós também nos apercebemos no terreno, e o próprio Vereador sabe disso, há muitas seguradoras que tinham cláusulas específicas que não cobriam estas situações e que agora vai ser um problema para alguns destes mais pequenos comerciantes que nunca se tinham apercebido delas até ao dia, a partir de agora, vão ter que estar mais atentos a estas situações e também é para isto que os Municípios existem, muitas vezes têm que dar um passo mais rápido do que o Governo, eu acho que é a oportunidade que os



Câmara Municipal
de Oeiras

Municípios têm e acho fundamental que o Governo, se a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho puder fazer essa pressão é importante, olhe para estes casos e apoie as Câmaras para poderem apoiar mais os próprios comerciantes.-----

----- Se o Governo der uma parte, podemos ainda dar mais, é aquilo que o Senhor Presidente diz, podemos não dar cinquenta e dar mais percentagem, mas isto não foi um caso isolado, é toda uma Área Metropolitana, são várias áreas e talvez faça sentido pensar a nível macro, mas a nível macro, como nós sabemos de experiências anteriores, vai demorar muito tempo e as pessoas não têm esse tempo e, por isso, o PSD vai votar favoravelmente.”-----

----- O **Senhor Vereador Armando Soares** alegou o seguinte:-----

----- “Apenas para complementar, muito ou quase tudo já foi dito, nós somos a primeira Câmara a aprovar um regulamento nesta matéria ponto final.-----

----- Convém frisar isto, fomos os primeiros a anunciar uma verba, tendo em conta que foi uma das Câmaras mais afetada, mas por comparação o Município de Loures, que teve tudo inundado e de imediato falava numa verba de dois milhões. A Câmara Municipal de Lisboa, que tem um orçamento com mais alguns zeros do que o nosso, porque estamos a falar desta dimensão, anunciou, penso eu, apenas o dobro deste um milhão e meio, o que é substancialmente curto, face àquilo que é o montante que nós estamos aqui a prever aprovar.-----

----- Depois, também dar nota que imediatamente, assim que foi dada a notícia que tínhamos esta verba e que estávamos a fazer um regulamento, fui contactado, quer pela Câmara Municipal de Lisboa, quer pela Vereação da Câmara Municipal de Loures, para perguntar como é que nós íamos fazer, isto não é nenhum segredo de Estado, é assim, uma vez mais somos exemplo e estamos a ser exemplo nesta matéria.-----

----- Ora acontece que, não foram todos os comerciantes afetados, mas uma parte substancial, para não dizer até a maior parte, estávamos nos quarenta e quatro por cento, mas a subir.-----

-----Hoje o Senhor Presidente fala dos dados que estão ali ao detalhe, mas isto vai evoluindo, cumprimento aqui a equipa de técnicos da Câmara Municipal de Oeiras na pessoa do arquiteto Pedro Carrilho, cumprimento todos porque têm sido inexcelíveis, trabalhar ao fim de semana, todos os dias, porque só assim é que nós chegamos, ao dia de hoje, com trezentas e trinta e oito lojas já visitadas, isto é um número que está a crescer e vai continuar a crescer.-----

-----É muito importante o dinheiro, mas não é só o dinheiro, é o contacto pessoal do conforto, do carinho, de se entender que essas pessoas que foram afetadas não estão abandonadas, de que, de facto, a política serve para alguma coisa e podem acreditar que, pelo menos a Autarquia está ao lado delas nas alturas mais difíceis, por isso, eu julgo que este milhão e meio que nós estamos a aprovar é muito mais do que simbólico, porque é dinheiro na carteira de pessoas que estavam com uma expectativa, algumas caíram na altura da pandemia, levantaram-se um bocadinho e a seguir levaram, como vos disse ainda há pouco no relato que fiz, com a primeira enxurrada e depois levaram com a segunda, sabe-se lá mais o que lhes vai acontecer. - -----

-----Nós não falámos aqui deste assunto, mas a verdade é que estivemos, muitos de nós, com o coração nas mãos, porque se previa que, mais uma vez, íamos ser alvo de mais uma inundação e passámos ao lado, nem falamos disto, mas a verdade é esta, estivemos todos muito aflitos, muito preocupados o que é que vai acontecer a toda esta gente se uma vez mais acontecer uma nova enxurrada, passámos à volta disso, mas este é um milhão e meio que estamos a aprovar, que é um primeiro sinal.-----

-----Os bens são escassos, estamos a falar de dinheiros públicos, não podemos depauperar o património público, mas parece-me que este milhão e meio é um excelente sinal, é um excelente início de conversa, por assim dizer, e quem nos dera a nós que o Estado Central, neste momento, é o Partido Socialista, poderia ser outro, mas é o Partido Socialista que lá está, quem nos dera a nós que o Estado Central também se tivesse chegado à frente e estivesse a pensar em



Câmara Municipal
de Oeiras

comparticipar e ajudar, não só este caso, como tantos outros que foram acontecendo.-----

----- Agora recordo-me dos fogos de Pedrógão, foi o que foi, neste momento, foi a água, acho é que temos que ser céleres nestas decisões.-----

----- Fomos muito céleres na elaboração do regulamento, cumprimento aqui a doutora Verónica Maia e todo o Gabinete Jurídico que se empenhou em fazer o melhor nesta matéria, fomos muito céleres, porque nós não podemos estar a aprovar coisas que depois são feridas de ilegalidade no momento a seguir.-----

----- Então, o que temos aqui é um documento robusto para aprovar, um montante significativo face àquilo que foram os prejuízos e é dinâmico, se entendermos que depois, face à realidade que encaramos, ainda podemos ir um pouco mais longe, naturalmente, que vamos mais longe.” -----

----- **A Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu o seguinte:-----

----- “Evidentemente que, como todos vocês aqui referiram, o Governo não consegue ser mais célere, até porque já foi explicado que há um processo em que se espera que todos os Municípios entreguem o levantamento que fizeram, que se avaliem os prejuízos e que depois, então, se possa passar à fase seguinte, de pensar que tipo de apoios é que podem ser dados e o Governo do Partido Socialista está a fazê-lo, está empenhado e com essa preocupação. -----

----- Nesse sentido, os Municípios têm esta capacidade, de serem muito mais ágeis e de poderem, de uma forma muito mais célere, estar ao lado das populações e encontrarem mecanismos em que, de forma mais rápida, podem estar à disposição das pessoas, para as ajudar, e, nesse sentido, obviamente, o Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta e congratula o trabalho dos Vereadores que, de uma forma rápida, se movimentaram e puderam trazer aqui hoje, conforme tinha sido prometido, este instrumento de apoio, e, obviamente, que o Gabinete Jurídico fez o trabalho técnico para se poder trazer aqui esta proposta.”-----

----- **A Senhora Vereadora Susana Duarte** disse:-----

-----“Esqueci-me de dar uma notícia boa, enredamo-nos na parte má e esquecemo-nos de dar uma notícia boa, obviamente que o Gabinete Jurídico e toda a equipa que o arquiteto Pedro Carrilho coordenou têm sido incansáveis e sem eles isto não estava aqui hoje, isso é um facto. ---

-----Dar aqui nota que foi muito interessante perceber outra coisa que falámos há pouco nas intervenções e que foi a capacidade das pessoas em geral, os munícipes quererem ajudar. Em sequência disso, esta sexta-feira reuni com as Dicas de Oeiras, que já são famosas pelas nossas redes sociais, que queriam muito ajudar e não sabiam como. -----

-----Reuni com elas, debateram propostas e uma das sugestões que já implementaram foi começar a fazer, pelas redes sociais de forma gratuita e voluntária da parte delas, a divulgação do comércio aberto, os horários e onde é que estão, nos sítios afetados. São os próprios munícipes a tentarem ajudarem-se uns aos outros, eu acho que é de salientar e queria dar, publicamente, este agradecimento, porque é verdade que algumas empresas se ajudam entre si e este é o momento de se ajudarem, provaram que estão a fazê-lo.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“Permitam-me uma ligeira reflexão: este apoio, se bem me parece, serve para permitir aos comerciantes a retoma da atividade, não serve para suportar todos os prejuízos dos comerciantes, não é essa a função deste apoio, nem deve ser essa a função dos apoios do Estado, sob pena que, quando esses comerciantes tenham lucro, esse lucro também reverta para o Estado.

-----Nós não podemos ser capitalistas ou defender um sistema capitalista ou demoliberal numa altura e depois querermos, quando vem o prejuízo, nacionalizar o prejuízo, não é assim. ---

-----O que nós temos que fazer, é apoiar o reinício da atividade de quem viu a sua atividade terminar de um momento para o outro, não pode ser tudo, tem que ser o apoio para recomeçar a atividade e retomar essa atividade.-----

-----Depois, Senhor Presidente se me permite um ponto de ordem. Algés não nasceu hoje, Oeiras não nasceu hoje, Algés está lá há muito tempo, aquelas caves estão lá há muitos anos,



Câmara Municipal
de Oeiras

antes mesmo de haver Miraflores, a Alta de Algés, o Bairro da Boavista, a Circunvalação, o Restelo, que quando nós percebemos o que acontece na Major Afonso Palla antes da ribeira galgar o Largo Augusto Madureira, a Major Afonso Palla já está com água a meio das estátuas, isto não é de geração espontânea.-----

----- Dizer também, e eu já disse isto na Assembleia Municipal, mas Senhor Presidente com a sua permissão repito aqui, nós estamos perante os limites ou alguns dos limites administrativos do Estado.-----

----- Eu recordo-me, porque já estava cá na Câmara, quando a questão da duplicação da ribeira se colocou, na primeira década deste Século, e do projeto ter ficado concluído e do Presidente estar há muito tempo a oferecer o Município de Oeiras para custear cinquenta por cento da duplicação da ribeira e nós não estamos a falar de tostões, ao contrário do que algumas pessoas têm vindo a dizer, irresponsavelmente, não são cinco milhões, são cinquenta, um zero à direita é diferente de um zero à esquerda, um zero à direita pesa mais e de cinco para cinquenta, alto, e depois não é só aqui.-----

----- Eu convido os Senhores Vereadores a visitarem a zona de Tercena, por exemplo, onde a ribeira é encanada para verem de onde vem a água, vem de Massamá, não é difícil, está lá, nós vemos a ribeira a correr livremente, depois, tem assim uma coisa cilíndrica que é o encanamento da ribeira e é aí na fronteira do Concelho que vem o problema.-----

----- Não se pode pedir, e tem que haver bom senso nisto, não cabe ao poder municipal, ao Município de Oeiras, que recebe as águas de todos os Concelhos vizinhos, porque somos o Concelho ribeirinho que está na boca do lobo, por assim dizer, não pode ser o Município de Oeiras a suportar estes custos todos e agora vejamos, não estou a apontar o dedo ao Governo do Partido Socialista, não é possível, porque quando este projeto da duplicação da ribeira ficou pronto, creio que em dois mil e sete ou dois mil e oito, vivíamos no tempo do Primeiro Ministro José Sócrates, entretanto, já houve o Primeiro Ministro Passos Coelho, já houve um primeiro

Governo do doutor António Costa, houve um segundo Governo e estamos no terceiro, e até agora duplicação da ribeira, nada. -----

-----Portanto, não é um Primeiro Ministro, nem é um partido, em grande medida são os limites administrativos do Estado Português a funcionar que fazem estas questões passar para segundo plano, porque as reportagens acontecem em Oeiras e morde sobretudo aqui em Oeiras, vêm de longe, as águas não nascem aqui, vêm aqui parar.-----

-----No poder intermunicipal ou supramunicipal, não chega normalmente ao Governo, está cá a meio e também, aqui a meio, quem manda não responde ao povo, também não lhe morde, ele vive de nomeação, agrada ao chefe não agrada ao povo, não tem que agradar ao povo, não depende do voto. Volto a dizer: estamos, na minha modesta opinião, perante alguns dos limites do aparelho administrativo do Estado, que é isto que tem que ser reponderado rapidamente.-----

-----Agora, sem querer entrar em autoelogio, porque acho que não se põe neste caso, porque o que o Município de Oeiras está a fazer é tentar apoiar a retoma da atividade económica dos comerciantes quanto antes, bem andamos e era importante que houvesse algum consenso político o mais alargado possível sobre esta matéria, porque esta matéria deve-nos unir a todos, mas nós temos que ter sempre o bom senso de saber que não nos cabe nacionalizar, a nível do Município, todos os prejuízos, cabe-nos apoiar a retoma da atividade comercial, deve ser essa a nossa baliza de iniciativa.”-----

-----Observou o **Senhor Presidente**:-----

-----“Gostaria também de dar umas palavras sobre isto, particularmente, porque a Senhora Vereadora Carla Castelo, a dada altura, disse que a vítima falecida com as cheias residia numa cave construída em leito de cheia.-----

-----Ora bem, objetivamente, houve uma vítima mortal provocada pelas cheias. O problema é que, muitas vezes, determinadas forças políticas nestas oportunidades, em vez de



Câmara Municipal
de Oeiras

terem uma avaliação serena e objetiva da situação, resvalam e acusam quem está no poder neste momento e é num instante que se chega da cave, que está em leito de cheia em Algés, ao Parque dos Cisnes, ao Porto Cruz, a tudo aquilo que são empreendimentos contestados atualmente, como se a responsabilidade fosse de quem gere os destinos desta Câmara, agora ou mesmo nos últimos anos dos diferentes Executivos, que seriam responsáveis pelas cheias atualmente no nosso Concelho.-----

----- Algés está no leito de cheia, assim como está a baixa de Lisboa e há muitas cidades, por esse mundo fora, construídas no leito de cheia. Foram construídas aí, depois de regularizar as ribeiras, foram criadas infraestruturas e que, durante centenas de anos, corresponderam e satisfizeram as necessidades, embora houvesse cheias ciclicamente.-----

----- Normalmente vivem nas caves, particularmente nestas zonas, famílias pobres, as famílias ricas não vivem lá, são famílias pobres, é uma chatice, as ricas nunca vivem em leito de cheia e muito menos em caves, o que significa que a Câmara de Oeiras tanta coisa tem feito, é possível que um destes dias comecemos a trabalhar no sentido de resolver o problema das famílias que vivem em caves, no sentido de as realojar.-----

----- O problema de ser leito de cheia ou não, não é responsabilidade deste Executivo, nem é uma questão que possa ser resolvida assim de um momento para o outro.-----

----- Algés, o seu figurino, tem no mínimo sessenta anos e nos últimos anos nada foi aprovado, pode haver a renovação de um edifício.-----

----- A ribeira de Algés, quando foi encanada, correspondia às necessidades. Mas, nas cheias de sessenta e sete, e isto é bom que se diga que é para não haver demagogia, para que as pessoas sejam sérias nesta análise, provocaram no Concelho de Oeiras mais de cem vítimas mortais e no País foram setecentas.-----

----- Na altura, não havia Outurela ou havia meia dúzia de prédios, não havia Alfragide, não havia Miraflores e toda a gente sabe as consequências das cheias, foi um fenómeno extremo,

como hoje se diz a propósito das alterações climáticas, há fenómenos extremos que não têm solução do ponto de vista de corresponder com infraestruturas que possam resolver esse problema, aliás, os fenómenos extremos são assim, não é possível combater um vulcão, um terramoto ou um tsunami, é preciso criar defesas. -----

-----Quando a chuva é muita, quando se transforma num fenómeno extremo, a ribeira de Algés podia estar duplicada, mas eu que estive lá a partir das três da manhã, e às cinco vi a ribeira de Algés galgar e invadir aquelas ruas, aí tive a perceção clara que nem com o dobro da secção conseguia dar escoamento a toda aquela água. -----

-----As cidades ao longo do tempo foram sendo construídas, pode ter havido erros, mas são o que são, as cidades vão-se construindo ao longo de séculos e no caso concreto de Oeiras temos três zonas que são sensíveis. -----

-----Em primeiro lugar, é preciso dizer que isto não é passar culpas para ninguém, cada um tem que assumir a sua responsabilidade e nós, nesta geração, temos que fazer tudo o que está ao nosso alcance.-----

-----Há vinte e cinco ou trinta anos erradicamos as barracas. Têm a noção de quantas famílias estavam na embocadura da ribeira de Algés? Viviam lá quarenta famílias em barracas, se vivessem lá agora possivelmente tinham tido ali um problema complicado, a não ser que tivessem tempo de fugir, eram centenas, se não milhares, as famílias que viviam em leito de cheia em barracas, em casas frágeis que seriam arrastadas pela água. -----

-----Ao longo dos últimos trinta ou quarenta anos, não foi só em Oeiras, um pouco por todo o País, foram construídas infraestruturas que ajudaram a resolver e atenuar os problemas, claro que em situações extremas é mais difícil, mas depois responsabiliza tudo a impermeabilização do solo. -----

-----Oeiras tem trinta e oito por cento de impermeabilização do solo, Lisboa tem cerca de oitenta e nove por cento, Campo Maior tem uma grande impermeabilização e teve mais prejuízos



Câmara Municipal
de Oeiras

do que nós, estamos a falar de cheias no Alentejo.-----

----- As cheias não escolhem as zonas urbanas, as cheias no mundo rural destroem hortas, campos de searas, dão prejuízos extraordinários quando a água é muita.-----

----- Em Oeiras aponta-se Miraflores, ou agora o Parque dos Cisnes, esta Câmara podia impedir este parque. Qualquer pessoa séria, com um pinguinho de seriedade, sabe que a Câmara Municipal não pode impedir, pode, se pagar a indemnização, nós vivemos num estado de direito.

----- A Câmara Municipal, em dois mil e quatro, por acaso, não há nenhum ato meu na zona de Miraflores, deste Presidente de Câmara ou até deste Executivo. Mas se eu fosse Presidente de Câmara em dois mil e três, quando foi aprovado o loteamento, eu teria aprovado, por uma razão muito simples, é que se a Câmara não aprovasse incorria na obrigação de indemnizar e teria que indemnizar com cem a cento e cinquenta milhões de euros, porque os direitos foram constituídos em mil novecentos e setenta e dois, numa primeira fase, e depois em mil novecentos e oitenta e cinco. -----

----- Houve vicissitudes decorrentes do Vinte e Cinco de Abril, as revoluções são extraordinárias, eu adoro revoluções nessa matéria, porque a revolução do Vinte e Cinco de Abril fez com que os operários intervissem na empresa, tomaram conta dela, ocuparam-na e os proprietários foram escorraçados, mas depois à medida que a legalidade revolucionária deu lugar à legalidade democrática, foram entregues as empresas aos patrões e foi o que aconteceu ali, foi entregue aos proprietários da Habitat e o próprio Governo, não foi a Câmara de Oeiras, assumiu o compromisso de elaborar o novo plano de pormenor que ficou pronto em mil novecentos e oitenta e cinco, ainda eu não era Presidente de Câmara que, curiosamente, retirou mil apartamentos àquilo que lá estava aprovado em setenta e dois. -----

----- Onde hoje é um parque urbano, estava prevista uma correnteza de prédios, foi nesse plano de mil novecentos e oitenta e cinco que foi retirado, mas coisas que só as revoluções podem fazer, porque depois disso o Estado nunca mais. -----

-----Virem dizer agora, não se aprova, a Câmara só aprova se quiser, claro, tem é que se pagar. O mesmo acontece com o Porto Cruz, que é uma unidade industrial, com uma pré-existência industrial e a Câmara Municipal pode querer comprar, mas se o fizer tem que pagar o preço correspondente ao potencial de construção. -----

-----Qualquer pessoa minimamente lucida sabe isto, como é que pode andar para aí dizer que é o Isaltino que aprova ou que deixa aprovar.”-----

-----Atalhando o **Senhor Vice-Presidente:**-----

-----“Só para referir, que mesmo em relação ao Porto Cruz há quem fale mal dele, que o tenha votado e aprovado na Câmara sem uma palavra sobre água e sobre cheia e há quem escreva sobre isso que tenha votado o loteamento, nós não o votámos.”-----

-----Volveu o **Senhor Presidente:**-----

-----“É verdade, há disso, mas o problema aqui não está de votar ou deixar de votar, tudo é possível num Estado de Direito. -----

-----Se a Câmara Municipal entender que não se pode construir num determinado sítio, desde que pague, tudo bem, o problema é que a Câmara não tem cento e cinquenta milhões de euros para impedir que se construa no Parque dos Cisnes, mais cento e cinquenta milhões para o Porto Cruz, não fazia outra coisa, porque as cidades, os territórios não são feitos num Executivo, nem numa geração. -----

-----O Plano de Pormenor de Miraflores começou a ser gizado em sessenta e sete, muita gente nem sabe porque é que se chama Miraflores, porque era o bairro chique de Lima, no Peru, o Senhor Peña Mechon negociava em estanho e comprou aqueles terrenos todos que ali havia e disse é Miraflores. -----

-----É lamentável que, sistematicamente, se venha dizer é esta Câmara, é o Executivo, é o Isaltino, é a herança do Isaltino a aprovar aquelas coisas, eu nunca aprovei nada e é demagogia, é desonestidade pura, as pessoas que dizem que a Câmara Municipal é que aprovou ou deixou de



Câmara Municipal
de Oeiras

aprovar, está aprovado há muitos anos, vivemos num Estado de Direito e, assim sendo, não temos outra hipótese, não se pode esbulhar, é o Estado que deve fazer. -----

----- Há outra questão que implica uma análise séria e serena, e não é passa culpas como as pessoas às vezes dizem. Por exemplo, a ribeira da Junça nasce entre o Alto de Santa Catarina e Linda-a-Velha, sendo uma ribeira que nasce no Concelho, obviamente que recolhe da bacia do Concelho e a Câmara tem competência para resolver o problema. -----

----- A ribeira de Paço de Arcos nasce em Porto Salvo, é obrigação da Câmara resolver o problema. -----

----- A ribeira de Algés, a ribeira do Jamor, a ribeira de Barcarena e a ribeira da Lage nascem noutros Concelhos, por exemplo, quer a ribeira de Barcarena, quer a do Jamor são bacias que, apesar de tudo, têm capacidade de escoamento. -----

----- A ribeira da Lage já enche com alguma facilidade, transborda aqui nesta fase final, mas não dá grandes prejuízos, entrou na Associação Desportiva de Oeiras, mas estamos a falar de prejuízos que não são de grande monta. -----

----- No caso da ribeira de Barcarena nunca houve propriamente inundações e no Jamor também não há prejuízos, pelo contrário, ainda tem capacidade de escoamento. -----

----- A ribeira de Algés nasce na Amadora e, ao contrário do que há dias dizia uma publicação, vejam bem onde chega a demagogia, contrariando uma coisa que eu disse numa entrevista à televisão, que só tem um quilómetro e cem na Amadora e que o resto é em Oeiras, mas de acordo com os estudos hidrológicos dois terços do caudal da ribeira de Algés vem de montante e não é só da Amadora, e a lata onde chega, que não havia muita construção na Amadora ao longo da ribeira, não é preciso tem Alfragide e Buraca cheia de torres, drena tudo para ali. --- -----

----- Boavista em Lisboa, Caselas em Lisboa, toda aquela zona do Monsanto drena para ali e então dois terços das águas vêm de Lisboa e da Amadora, só um terço é que é gerado aqui

no Concelho e agora a Câmara Municipal de Oeiras é que é responsável? -----

-----A Câmara Municipal de Oeiras tem que ser responsável com a Amadora e com o Governo, razão por que há um projeto de duplicação da ribeira de Algés que, aliás, foi elaborado pelo Instituto Nacional da Água, entretanto, este instituto passou para a Agência Portuguesa do Ambiente e esse projeto, apesar das insistências da Câmara, não recuperou.-----

-----Em Tercena também há um projeto do Instituto da Água, que também faz todo o sentido, mas atendendo que não tem grande significado a Câmara até pode vir a fazer, agora a ribeira de Algés não, esta ribeira é intermunicipal que, nos termos da lei, depende do Governo, não depende da Câmara de Oeiras, imaginem o que era a Câmara Municipal investir cinquenta milhões a duplicar a ribeira, entretanto na Amadora urbanizam aquela zona da Rádio Marconi por exemplo, é mais que vem ali para Algés.-----

-----De Lisboa vem da zona de Caselas e de uma parte do Restelo e a Câmara Municipal teria que estar a duplicar as infraestruturas cada vez que há construção, e não era esta demagogia de vir dizer que aquele plano está assim ou de outra maneira, o que é importante é encontrar soluções que sejam multimunicipais com o Governo e estas oportunidades devem de ser aproveitadas e demonstrar que é fundamental que haja melhor ordenamento no território, que haja uma articulação entre os Municípios, que haja planos intermunicipais, que haja planos regionais e que o Governo também assuma a sua responsabilidade.-----

-----Eu acho que neste momento todos temos informação, temos maturidade, temos conhecimento para poder melhorar as coisas.-----

-----O que não faz sentido é concentrar tudo nos responsáveis que estão agora no poder, quem é Presidente da Câmara é que tem culpa por tudo o que aconteceu nos últimos trezentos anos, quem é agora Presidente de Câmara tem que impedir as novas construções; isto não é um assunto para rir, isto é um assunto para ponderar, para analisar seriamente, isto não é para discutir em cima do joelho, isto é uma coisa séria, é uma nota que eu deixo aqui, que todos nós



Câmara Municipal
de Oeiras

devemos ponderar, que há discussões, há avaliações que devem de ser feitas com informação adequada, com o rigor que se impõe nestas situações e exigindo, a quem de direito, que tome as medidas e nós assumimos a nossa cota de responsabilidade.-----

----- Seja no caso de Algés, seja no caso de Tercena, a Câmara Municipal de Oeiras, obviamente, que está disponível e tem vindo a fazê-lo, ainda há dias o Presidente da Câmara de Sintra me dizia que não vai uma gota de água de Massamá para Tercena e dizia também que era difícil fazer a obra por causa do IC Dezanove e este ali até é aéreo, isto presta-se a paixões, as pessoas têm que pôr os pés no chão, porque se o fizerem caem na realidade e não é preciso andar aqui a querer encontrar “bodes expiatórios” daqui e de além, o que é preciso é trabalhar.-----

----- Naquilo que nos cabia, devo dizer que tenho um orgulho enorme nesta Câmara Municipal, nos seus funcionários, nos bombeiros, eu estive três dias sem dormir, fui testemunha do esforço que as pessoas fizeram, do entusiasmo, as pessoas sentiam que o seu trabalho era fundamental para darem uma imagem adequada, para dar uma imagem de alguém que se preocupa com os outros e isto é que é fundamental.-----

----- Aí houve uma resposta célere, extraordinária, o que demonstra a nossa capacidade operacional.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte:-----

----- “Gostaria de saber se vamos votar, porque queremos associar-nos a este apoio de emergência como é evidente.-----

----- Registamos também como muito agrado que haja esta abertura para recalibrar os escalões, se a prática assim o indicar.”-----

----- Voltando o **Senhor Presidente**:-----

----- “É agendado e votamos depois.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho,

Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o projeto de Regulamento de apoio extraordinário à recuperação da atividade dos operadores económicos afetados pelas intempéries de dezembro de dois mil e vinte e dois, sem realização de consulta pública. -----

-----A definição do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três, como prazo limite para a apresentação dos requerimentos.-----

-----A submissão à Assembleia Municipal o respetivo projeto, com vista à sua aprovação.

-----O envio do Regulamento para publicação urgente em Diário da República, após aprovação final, tendo em vista assegurar a sua eficácia jurídica. -----

-----Nos termos da alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto e alíneas ff), k), o) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Alíneas a) e b), do número três, do artigo centésimo, do Código do Procedimento Administrativo.-----

71 - PROPOSTA N.º 1197/22 - UPAG - CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, POR DIVISÃO EM LOTES, NA MODALIDADE DE FORNECIMENTO CONTÍNUO - RATIFICAÇÃO DA MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO (REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA): -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a ratificação dos atos por si praticados da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/vinte e quatro mil



Câmara Municipal
de Oeiras

oitocentos e oitenta e quatro, de reprogramação financeira e aprovação da minuta de adenda ao contrato referente ao concurso público com publicidade internacional para fornecimento de combustíveis rodoviários, por divisão em lotes, na modalidade de fornecimento contínuo.-----

----- Nos termos do artigo tricentésimo décimo primeiro, número um, alínea c), do artigo tricentésimo décimo segundo, alínea c), artigo tricentésimo décimo terceiro, número um, artigo quadringentésimo septuagésimo quarto, número três, alínea b), do Código dos Contratos Públicos.-- -----

----- Alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, número três, do artigo trigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

72 - PROPOSTA Nº. 1198/22 - DGEV - RATIFICAÇÃO DO ATO DE RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DO CONCELHO DE OEIRAS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a ratificação do ato praticado pelo signatário de aprovação da retificação das peças do procedimento em conformidade com o proposto pelo júri, nos termos da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/vinte e cinco mil quatrocentos e oito, no âmbito do procedimento por concurso público com publicidade internacional para aquisição da prestação de serviços de manutenção dos espaços verdes do Concelho de Oeiras.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

73 - PROPOSTA Nº. 1199/22 - DTGE - RETIFICAÇÃO DE DESIGNAÇÃO DE ENTIDADE E

DESCABIMENTO DE VERBA, NO ÂMBITO DO PROJETO ANIMÀRUA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, retificar a designação da Associação Alto Astral de Capoeira para Atitude Saudável - Associação Portuguesa para a Promoção do Exercício e Saúde, para dar sequência ao pagamento de oitocentos euros, correspondente às quatro atuações realizadas no âmbito do projeto AnimÀrUA.-

-----Proceder ao descabimento de quatrocentos euros, da rubrica zero nove zero um dois mil e vinte e dois barra cento e dois um, devido à ausência de entrega de documentos por parte da Associação Cultural Sénior de Algés e da não realização da atuação por parte da entidade Associação Fábrica de Alternativas. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e) e f), e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c).-----

-----Artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário. -----

-----Artigo trigésimo sétimo, número um, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto e regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

74 - PROPOSTA Nº. 1200/22 - DBPL - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À LIGA DOS COMBATENTES, NO ÂMBITO DO PROJETO FIM DO IMPÉRIO:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de quatro mil e quinhentos euros, à Liga dos Combatentes, tendo em vista o cumprimento integral do programa “Fim do Império”. -----

----- A designação do Chefe da Divisão de Bibliotecas e Promoção da Língua, ou alguém por ele designado, como representante do Município na Comissão de Representantes a instituir entre as partes e que terá como coordenador sócio da Liga dos Combatentes, que funcionará como ligação entre as partes e, ainda, como Conselho Editorial. -----

----- A minuta do respetivo termo de aceitação.-----

----- Nos termos do artigo vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e artigo trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo segundo, números um e dois, artigo terceiro, número um, artigo quarto, artigo quinto, números um e dois e artigo nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Processo e de Procedimento Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio.-----

75 - PROPOSTA Nº. 1201/22 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO DE CULTURA DE DESPORTO (CCD), PARA APOIO À FESTA DE NATAL DOS APOSENTADOS/2022: -----

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da agenda.-----

76 - PROPOSTA Nº. 1202/22 - UPGO - Pº. 2019/94-DEM - APROVAÇÃO DE REVISÃO DE PREÇOS EXTRAORDINÁRIA RELATIVA A “CONSTRUÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL, EM OEIRAS”: -----

-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a revisão de preços, no montante de um milhão quinhentos e vinte e seis mil cento e sessenta e quatro euros e quarenta e dois cêntimos, no âmbito da empreitada “dois mil e dezanove/noventa e quatro-DEM - Construção do Fórum Municipal, em Oeiras”, conforme cálculo apresentado pelo consórcio “ACE- “Acciona Tecnovia - Fórum Oeiras, A.C.E.”, bem como o pagamento de oitocentos e catorze mil quinhentos e noventa e nove euros e quarenta e oito cêntimos, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, referente à diferença entre o valores já pagos nas revisões de preços anteriores.-----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro. -----

----- Após a votação saíram da sala os **Senhores Vereadores Armando Soares, Ana Filipa Laborinho e Susana Duarte.** -----

----- II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras abstém-se em todas as propostas relativas ao Fórum Municipal, um edifício necessário, mas cuja localização foi uma decisão errada e grave de planeamento, pensada em função do automóvel e que levará de imediato à necessidade de expandir a rede viária em redor dado o fluxo de tráfego esperado. -----

----- A CMO tinha localizações mais favoráveis à sua disposição, mais próximas do transporte público pesado, mas entendeu que a rotunda do centro comercial e o acesso rodoviário à A Cinco foram mais importantes na escolha do local. -----

----- O projeto pensado em mil novecentos e noventa e quatro está a ser em dois mil e vinte e dois implementado sob os mesmos pressupostos dessa época.” -----

77 - PROPOSTA Nº. 1203/22 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS SETE ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS DO CONCELHO DE OEIRAS PARA COLABORAÇÃO NA REGA DAS ÁRVORES PLANTADAS NOS ÚLTIMOS 5 ANOS: ---

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a atribuição de um subsídio no valor total de trinta quatro mil e duzentos euros, às sete Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho, conforme descrito:--- -----

----- Nome da Corporação - Valores: -----

----- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Algés - seis mil e novecentos euros;----- -----

-----Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários “O Progresso Barcarenense” - quatro mil e cinquenta euros; -----

-----Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide - nove mil quatrocentos e cinquenta euros;-----

-----Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Dafundo - ...: -----

-----Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Linda-a-Pastora - três mil cento e cinquenta euros; -----

-----Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oeiras - quatro mil trezentos e cinquenta euros.-----

-----Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos - seis mil e trezentos euros.-----

-----Nos termos da Lei número setenta e seis, de dois mil e dezassete, de dezassete de agosto. -----

78 - PROPOSTA Nº. 1204/22 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, ÀS SETE ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS - 2º. A 4º. TRIMESTRE: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira no valor de cento e cinquenta sete mil e quinhentos euros, às sete Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Município de Oeiras, pelas despesas dos segundo, terceiro e quarto trimestre de dois mil e vinte e dois, sendo concedida, a cada Associação: -----

-----As mensalidades relativas aos segundo, terceiro e quarto trimestres de dois mil e



Câmara Municipal
de Oeiras

vinte e dois (meses de abril a dezembro) do subsídio de fardamento e EPI a cada uma das sete Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho, correspondendo ao valor unitário mensal de sete mil e quinhentos euros. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea j) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, conjugados com o artigo segundo, número um, da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, de dezoito de agosto e do artigo sétimo, da Lei número noventa e quatro, de dois mil e quinze, de treze de agosto. ---- -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário. -----

----- Após a votação entraram da sala as **Senhoras Vereadoras Ana Filipa Laborinho e Susana Duarte**. -----

79 - PROPOSTA Nº. 1205/22 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS OBRAS DE RECUPERAÇÃO REALIZADAS NO QUARTEL DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS DO DAFUNDO:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar o pagamento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Dafundo para a realização de obras de

recuperação das fachadas do edifício sede do seu quartel de Bombeiros, no montante de quatrocentos e um mil quatrocentos vinte e quatro euros e oito cêntimos.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea j) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugados com o artigo segundo, número um, da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, de dezoito de agosto e do artigo sétimo, da Lei número noventa e quatro, de dois mil e quinze, de treze de agosto.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. -- -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário.- -----

80 - PROPOSTA Nº. 1206/22 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE FORMAÇÃO PRÁTICA ÀS SETE ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS: -----

-----Nesta votação não participaram as **Senhoras Vereadoras Ana Filipa Laborinho e Susana Duarte**, devido a ausência momentânea.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira no valor de setenta mil euros, às sete Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Município de Oeiras, sendo concedida, a cada Associação o valor de dez mil euros.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea j) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, conjugados com



Câmara Municipal
de Oeiras

o artigo segundo, número um, da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, de dezoito de agosto e do artigo sétimo, da Lei número noventa e quatro, de dois mil e quinze, de treze de agosto. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário. -----

----- Após a votação entrou na sala o **Senhor Vereador Armando Soares**. -----

81 - PROPOSTA Nº. 1207/22 - GCAJ - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO DE PERMISSÕES ADMINISTRATIVAS, TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, REGULAMENTO Nº. 364/2012: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o início do procedimento de revisão do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas (RPATOR) do Município de Oeiras.-----

----- Publicitar o início do procedimento na Internet, no sítio institucional do Município.--

----- Nos termos da alínea k), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigo nonagésimo oitavo, número um, do Código do Procedimento Administrativo.

----- Após a votação saiu definitivamente da sala a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**. -----

82 - PROPOSTA Nº. 1208/22 - PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL E PLANO DE ACESSIBILIDADE DE OEIRAS - SUBMISSÃO A DISCUSSÃO PÚBLICA: -----

-----I - A Câmara tomou conhecimento do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável e Plano de Acessibilidade de Oeiras, através de apresentação em “PowerPoint” pelo **Professor Fernando Nunes da Silva, Professor João Figueira de Sousa, doutora Maria João Silveira, engenheiro Nuno Graça e o arquiteto Luís Serpa**, a qual fica inserida no Salão Nobre Digital.

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte:-----

-----“Gostaria de agradecer esta segunda exposição que nos vieram fazer e dar os parabéns não só à equipa do Professor Nunes da Silva, mas dar aqui também nota aos Serviços de todo o trabalho que têm feito nesta área.-----

-----O PSD vê esta proposta com muito entusiasmo e partilhamos o entusiasmo dos Serviços nesta proposta, contudo, lamentamos que não tenha sido remetido com mais antecedência os relatórios e os planos agora apresentados, porque conforme tínhamos requerido em abril deste ano, gostávamos de os ver com mais antecedência, porque, para estes planos, que nós também achamos fundamentais, gostaríamos de ter tido tempo para analisar e debater nesta reunião, porém, como aqui se trata da submissão à discussão pública, aguardamos também assim entusiasticamente que, quer esta Câmara Municipal, quer a Assembleia Municipal, tenham a oportunidade não só de ouvir os munícipes, mas também os vários partidos sobre estas questões e, por isso, achamos que ainda vamos ter algum tempo e também como para debater o tema , não o conseguindo fazer neste momento, mas nos próximos meses.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

-----“Eu agradeço aos Professores que aqui vieram pela segunda vez fazer a apresentação.

-----Notei que vários dos “slides” já os tínhamos visto e estes dois planos realmente foram-nos apresentados em abril, no dia vinte e dois, faz agora sete meses e, nessa altura, eu pedi e depois a Senhora Vereadora Susana Duarte também pediu, os relatórios e esses relatórios só há



Câmara Municipal
de Oeiras

escassos dois dias úteis é que nos foram finalmente remetidos, aliás, a que tivemos acesso como anexos desta proposta.-----

----- São documentos extensos que exigem tempo para uma leitura séria, é claro que saltam à vista alguns elementos positivos em termos da visão de mobilidade com mais atenção ao espaço público, à penalidade, às redes clicáveis integradas e ao transporte público, mas também alguns elementos com os quais nós não concordamos relativamente a mais estradas, como a Via Longitudinal Sul - VLS a Via Longitudinal Norte - VLN, variantes polémicas e até o SATU, que como sabemos, foi um enorme erro construir em altura, com enormes custos financeiros e que deveria ter sido à superfície e ainda estamos a tempo de o fazer.-----

----- Sendo esta uma proposta de submissão a consulta pública e nós temos sempre defendido a importância das consultas públicas, da mobilização da participação dos cidadãos, gostaríamos de saber como é que vai ser feita esta consulta pública, até os PMUS - Planos de Mobilidade Urbana Sustentável, preveem realmente um processo muito participado ao nível até europeu, ao nível europeu em termos de cada plano, não é aqui ao nível municipal, claro que o plano terá de ser participado ao nível municipal.-----

----- Mas gostaríamos de saber o que é que está previsto em termos de participação pública, discussão, auscultação e envolvimento dos cidadãos, nomeadamente quantas sessões de apresentação e discussão estão previstas, onde e em que moldes é que vão ser realizadas e como é que serão depois incorporados os contributos da população.”-----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** disse o seguinte:-----

----- “O Partido Socialista também ainda não dispôs de tempo útil para a análise desta proposta, mas certamente quando ela regressar do período de discussão pública teremos oportunidade aqui de fazer a discussão acerca desta proposta para a área da mobilidade que é, de facto, fundamental, para nós conseguirmos atingir os objetivos a que nos propusemos em Oeiras.

----- Aquilo que eu queria perguntar para já, porque não encontrei na proposta, qual é o

período de discussão pública, que não encontrei o tempo que está previsto para esta discussão.” -

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

----- “Eventualmente, para este Executivo Municipal este processo destes dois planos começou em abril de dois mil e vinte e dois e agora em dezembro, é apresentado de novo, mas esta história é uma história muito longa, tão longa que tem, eu diria, mais de quatro anos.-----

-----Estas equipas externas que hoje apresentaram estes dois planos, o Professor Nunes da Silva, o Professor Figueira de Sousa e a Doutora Maria João já nos acompanham há quatro anos, que culminou na apresentação em abril dos dois planos e depois foi compromisso deste Executivo a elaboração dos relatórios.-----

-----A apresentação que foi hoje feita, eu acho que encolheu, porque a apresentação que foi feita ao Senhor Presidente tinha noventa “slides” e a apresentação que hoje foi feita só tinha cinquenta “slides”, foram poupados a quarenta “slides”. -----

-----Estamos a falar de um trabalho complexo, os relatórios síntese chegaram há cerca de dois dias aos Senhores Vereadores, não é porque o Executivo ou a equipa externa ou interna não quisessem ter apresentado com mais tempo de antecedência, mas porque foram complexos de serem executados, portanto, este documento virá novamente à Câmara depois da necessária discussão pública.-----

-----Hoje temos que enaltecer e valorizar um trabalho de quatro anos, este é o primeiro passo, agradecer este trabalho, de facto, difícil, mas terminou agora.-----

-----Eu começaria a minha intervenção por agradecer ao Professor Nunes da Silva, ao Professor Figueira de Sousa, que trabalharam nestes planos, bem como, noutros planos que são essenciais para aquilo que é a mobilidade no seu todo, a Doutora Maria João e o Engenheiro João Líbano Monteiro, que não está aqui, igualmente às equipas internas, ao arquiteto Luís Serpa, ao arquiteto Luís Baptista Fernandes, ao engenheiro Nuno Graça, à engenheira Anabela e à engenheira Emília Santos, que entretanto deixou a Câmara, vejam lá, isto é tão complexo e



Câmara Municipal
de Oeiras

moroso que, entretanto, há técnicos que já saíram da Câmara.-----

----- Com a apresentação integrada destes dois planos, do Plano de Acessibilidades e de Mobilidade Urbana Sustentável, que foi na reunião extraordinária de vinte e dois de abril, pretendeu-se perspetivar o ecossistema de mobilidade como um todo, passados que foram oito meses necessários para a elaboração dos relatórios síntese que agora se trazem a conhecimento desta Câmara estamos em condições de remeter para a discussão pública esta matéria. -----

----- E eu fico muito satisfeita porque o trabalho de quatro anos, ou melhor, o trabalho de mais de trinta anos, da área do Planeamento e da área das Obras é aqui validado.-----

----- Muitos podem criticar em reunião de Câmara e na reunião da Assembleia ou noutros fóruns, a construção de novas vias, mas como é que não se constroem novas vias e temos corredores dedicados para o transporte público, como é que podemos fazer a transição do carro para o transporte público se não construimos vias, não estamos a ser contraditórios?-----

----- Claro que estamos, mas este Executivo não é contraditório, tem uma missão ao nível do planeamento, do projeto e da obra e está a concretizá-lo e estes dois planos só validam aquilo que desde há quatro anos este Executivo está a fazer. -----

----- Inaugurámos há cerca de uma semana a ligação Miraflores à CRIL, está aqui previsto, executado.-----

----- VLS, o projeto está concluído e bem sabem como em Portugal é difícil fazer projeto, mas o projeto de todos os troços está concluído entre a rotunda da Lage e o nó do Estádio Nacional e o Professor Nunes da Silva bem disse o quanto é difícil chegar à A Cinco, a dificuldade, o bloqueio que é, os acessos, os nós, o nó de Oeiras, o nó de Carnaxide e Linda-a-Velha e o nó da CREL, o nó do Estádio Nacional, este é um trabalho que não é solitário, é um trabalho que temos que andar de mão dada com a Brisa, com o IP, com o IMT e o quanto é difícil meus caros.-----

----- O Senhor Presidente nos últimos quatro anos já solicitou três vezes uma reunião ao

Presidente do IMT, ainda não foi bem-sucedido, mas nós continuamos nesta perspetiva de sermos resilientes e continuarmos a nossa missão, porque estamos crentes que muitas das ações preconizadas não foram bem-sucedidas. -----

-----Vejam, antes do Covid foi feito pela Brisa aquela faixa de aceleração no nó da A Cinco, eu diria que aos dias de hoje foram meros paliativos, resolveram?-----

-----Não, não resolveram.-----

-----O nó da A Cinco continua totalmente bloqueado, contudo, para a Câmara Municipal poder operar é fundamental a intervenção do IMT e da Brisa, não temos sido propriamente bem-sucedidos nas propostas que fazemos, mas continuamos esperançosos.-----

-----A concretização destas propostas que constam dos planos é urgente e fundamental para que a mobilidade possa também assumir-se como fator decisivo para o desenvolvimento do território, não só de Oeiras, mas também do contexto metropolitano e a implementação destes planos, envolverá como sempre envolveu diversas estruturas orgânicas desde o planeamento ao projeto, à obra, à comunicação, aliás, envolve todos os Serviços da Câmara sem exceção, envolve igualmente a Parques Tejo, empresa que terá de claramente se assumir como definidora de estratégias inovadoras na área da mobilidade, aliás, a este propósito acabo por anunciar, porque hoje acabei por estabilizar com o Presidente doutor Rui Rei que no primeiro trimestre de dois mil e vinte e três, eu quero que seja em janeiro, portanto, já estou aqui a pressioná-lo, será apresentado nesta Câmara o Plano Estratégico da Parques Tejo que, no fundo, é complementar a estes planos que foram hoje aqui apresentados. -----

-----No fundo um agradecimento a todas as equipas e bem hajam pela resiliência que tiveram na concretização destes planos.”-----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Eu sou um sonhador extraordinário, imaginem eu já estou a sonhar ainda mais do que a Senhora Vereadora Carla Castelo, ela sonha com um mundo ideal sem carros, eu não vou



Câmara Municipal
de Oeiras

tão longe, acho que é muito difícil acabar com as estradas, acabar com os parques de estacionamento e, de repente, as pessoas como é que é?-----

----- Uma das medidas que vamos tomar ainda este mandato vai ser a construção dos primeiros dez “vertiport”, não é por acaso que o Senhor Vereador Pedro Patacho anda-nos sempre a entusiasmar com as questões aeroespaciais, etc., e, portanto, os carros voadores estão aí, e são elétricos, de maneira que, nós temos que fazer parques de estacionamento para os carros voadores, aliás, não são propriamente parques de estacionamento é um “vertiport” que é para levantar voo e aterrar, em torres, imaginem, é uma chatice, porque vão aterrar no chão? -----

----- Tem de ser numa torre, acima do nível dos prédios, porque eles voam acima do nível dos prédios, é claro que com mais um bocadinho de ficção, viajarão aqui em frente a esta varanda.--- -----

----- Isto no fundo para dizer que se nós disponibilizássemos o dinheiro à Senhora Vereadora Joana Baptista as estradas apareciam todas num instante, o problema é que nós temos algumas dificuldades em arranjar o capital necessário para as estradas que precisamos. -----

----- Há uns de nós que pensam que realmente as pessoas deixam de usar carro se não houver parque de estacionamento e se não houver estradas, mas esse não é o mundo real, o mundo real é aquele em que nós vivemos e, portanto, obviamente que continuam a fazer falta estradas e já não vou falar sequer no contributo que as estradas e os parques de estacionamento dão para a redução das emissões de gases com efeito estufa, porque isso já foi objeto de um Polígrafo, programa de televisão da SIC, há mais Polígrafos para Oeiras do que para o resto do País todo, mas é bom, porque de vez em quando dão-me razão.-----

----- De maneira que, nós vamos fazer estradas, temos de fazer as estradas, temos de fazer as ligações, que é necessário fazer, realmente a última que foi citada, indiscutivelmente, vai dar um contributo significativo, eu até fiquei um bocadinho desiludido, porque no dia em que inauguramos as tabuletas sinaléticas ainda não tinham todas Marginal Nacional Seis, ainda

apontava para a Norton de Matos e para a Avenida dos Bombeiros Voluntários e é preciso mudar as tabuletas e dizer que a Marginal e Cascais é em frente, mas mesmo assim já há um número extraordinário de carros que passam lá, verifiquei isso ontem à noite. -----

-----É óbvio que na Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés vai diminuir substancialmente o tráfego, apenas com aquele ramo, realmente muita gente que vai para Cascais ou para Lisboa passa a entrar ali e segue pela CRIL, vai sair no Porto de Lisboa e para a Marginal. -- -----

-----Há outra questão que me surpreende, sempre que a Câmara Municipal traz uma proposta ou uma informação à Câmara, é vulgar alguns dos Senhores Vereadores dizerem não tive tempo de analisar, não conheci, só me chegou agora, etc., eu não sei porque dizem isso, porque na realidade, isso nunca foi problema, quer dizer, há uma espécie de direito nesta casa, quando alguém não está esclarecido o assunto passa para a reunião seguinte. -----

-----Nós sabemos que há coisas que andam, às vezes, anos, para serem concluídas, outras têm que se fazer em dois ou três dias, como aconteceu com o regulamento que temos aqui para aprovar relativamente às indemnizações e aos comerciantes, por isso, trazem-se à Câmara no momento em que ficam prontas, mas obviamente que são discutidas no momento em que os Senhores Vereadores entenderem, de maneira que, não há nenhum problema, quando esperámos três ou quatro anos, também podemos esperar mais um tempo, para ir para discussão pública, não quer dizer que vá já amanhã, pode ir em janeiro ou fevereiro, portanto, estamos aqui num domínio que o que é importante é a informação que temos, a informação que nos dá, independentemente da discussão pública e das reflexões que venham a ser feitas sobre isso, o que importa é que essa informação já cá canta e a informação é fundamental para tomarmos decisões, de maneira que, eu neste momento também estou como a Senhora Vereadora Joana Baptista. --- -----

-----Eu quero felicitar e reconhecer ao Professor Nunes da Silva, ao Professor Figueira de



Câmara Municipal
de Oeiras

Sousa e à Doutora Maria João e todos aqueles que trabalharam convosco. -----

----- O trabalho tecnicamente podia ser mais desenvolvido, mas também podia ser menos, agora o que me parece é que corresponde àquilo que eram as nossas expectativas, acho que é um trabalho que traz para cima da mesa muito informação, alguma dela, empiricamente, nós já poderíamos ter essa noção, há outra que de alguma forma confirma o que é que podíamos pensar e há informação nova também.-----

----- Porventura, há informação que não é positiva para o território, para as políticas do território, essas podem não nos agradar tanto, mas quero dizer que se calhar são mais úteis, porque nos permite corrigir algumas coisas.-----

----- Eu tenho que os felicitar, mas reconhecer também, porque me apercebi que estão aqui desde as quinze horas da tarde, à espera, já tiveram uma reunião de apresentação na semana passada, que me apresentaram este estudo para vir aqui à Câmara Municipal e realmente chego à conclusão que há uns que trabalham pouco e ganham muito e há outros que trabalham muito e ganham pouco, o vosso trabalho não é do melhor remunerado, ser consultor jurídico ou dar pareceres jurídicos pelos vistos é muito mais aliciante, não me parece que os honorários que vocês estabeleceram, se eu bem me lembro o que são os vossos honorários, tendo em conta a qualidade-preço, a utilidade preço, realmente acho que é preciso gostar, ter amor à arte, mas é um serviço público também.-----

----- Dou-vos os parabéns, porque realmente já assisti a duas apresentações, aliás, no caso eu próprio já assisti a quatro e eu gostei, acho que me dá informação, dá-me a mim e dá particularmente aos técnicos de planeamento e no que diz respeito ao tempo que isto demora o arquiteto Nuno Graça sabe bem o que ouviu ao longo deste tempo relativamente às dificuldades que houve para montar os concursos de consulta disto e daquilo.-----

----- As pessoas às vezes acham que as coisas se fazem rapidamente, pode haver alguma inércia da nossa parte, pode haver alguma inercia do técnico A ou do técnico B, mas depois há

vicissitudes tremendas, há fatores que muitas vezes entropem as coisas, mas de qualquer maneira acho que chegámos a bom porto, o meu agradecimento, as minhas felicitações. -----

----- Quanto à forma como vai ser feita, vai ser tratado, o Serviço de Planeamento irá apresentar uma solução, uma proposta, nessa altura será dado conhecimento à Câmara, se alguns dos Senhores Vereadores quiserem apresentar alguma sugestão façam favor de fazer chegar ao meu gabinete e isso será devidamente ponderado, mas eu ficarei muito satisfeito se me derem uma solução que leve lá os cidadãos a discutir. -----

-----Eu até estou disponível para estudar bem isto e eu próprio fazer uma sessão, o problema da participação, da experiência que eu tenho, normalmente as participações organizadas pela Câmara têm sempre muito pouca participação.-----

-----Noutras circunstâncias, quando são organizadas pelos partidos políticos ou forças políticas também a participação é muito fraca porque só vão eles, o que significa que é muito difícil mobilizar as pessoas para uma discussão.-----

-----Por exemplo, ontem apareceu um Senhor na Assembleia Municipal, até pensei que hoje viesse aqui, que mora na Quinta da Maruja e que foi reclamar à Assembleia Municipal por causa de um prédio que a Câmara vai fazer com doze apartamentos, onde é hoje o estaleiro da Junta de Freguesia, porque desconfiam que é habitação municipal. -----

-----É tudo muito bonito, as pessoas gostam todas de tudo, desde que o caixoto do lixo esteja à porta do vizinho, paragem de autocarro também e casas de habitação municipal claro que devem ser noutra sítio urbano consolidado em prédios urbanos, dentro das cidades, das vilas, dos aglomerados, das ruas, desde que não seja à minha porta.-----

-----Normalmente, quando se faz uma participação destas relativamente a um interesse específico vai muita gente, apresentar a discussão pública de um processo destes é mais árido, não sei se estão a ver, é claro que se formos fazer uma exposição em Caxias, na zona de Laveiras mais propriamente dito, é claro que os moradores daquela zona vão estar contra a VLS, é óbvio,



Câmara Municipal
de Oeiras

mas são só eles, porque do outro lado de Laveiras, os da Rua Calvet de Magalhães, por exemplo, esses vão estar todos a favor, tudo vai deixar de passar na Rua Calvet de Magalhães, de maneira que, os moradores aí ficam encantados com a VLS, os outros acham que é uma grande muralha que vai afetá-los. -----

----- Só que isto é um todo, isto é um plano que abarca o Concelho todo, de maneira que não interessa a posição do vizinho A ou do vizinho B relativamente ao seu interesse, eu ficarei encantado se os de Caxias se pronunciarem sobre a Via, mas se vierem sugerir um Jardim entre Santo Amaro e a Fundação de Oeiras, isso é uma coisa extraordinária, isso está bem, isso é que é discussão pública, agora discutir apenas o meu quintal, isso não é discussão pública, nem é participação.-----

----- Por isso, considerando que há aqui várias opiniões vamos ver que tipo de participação vamos fazer ou que vamos facultar, o que quer dizer também que só lá para janeiro é que vamos discutir isto, talvez na primeira reunião de Câmara. -----

----- Podíamos colocar já em discussão pública formal como é habitual e depois vê-se quais são os outros procedimentos, outros modos de participação.-----

----- Quero-vos dizer que terei muito gosto, da minha parte, em estar presente, isto é, como os Orçamentos Participativos, já estive em vários Orçamentos Participativos, mas vou lá sozinho, eu estou lá, mas quem defende as coisas, não aparece, não põe lá os pés.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a aceitação dos relatórios e submissão a discussão pública dos relatórios do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável e da proposta de Plano de Acessibilidades de Oeiras (sintetizadas e articuladas em relatório próprio), por forma a proceder à recolha de contributos e sugestões por parte daqueles que mais usufruem

e beneficiarão com as medidas neles preconizadas. -----

-----Nos termos da alínea c), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, alínea a), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“O estudo traz uma abordagem de conceitos global ao sistema de mobilidade que saudamos. Contudo, infelizmente, não traz uma mudança de paradigma na mobilidade em Oeiras, designadamente a necessária travagem da promoção de mais tráfego rodoviário em automóvel particular. Não o faz. O que aqui nos foi apresentado contempla como já disse elementos importantes de qualificação do espaço público para andar a pé e de bicicleta, por exemplo a acalmia de tráfego e zonas trinta quilómetros por hora, mas por outro lado, tem na sua base um conjunto de decisões que visam aumentos consideráveis dos aglomerados urbanos, promovendo a "suburbanização" que, associada à continuada e reiterada vontade de localização de equipamentos longe do transportes coletivos, naturalmente não dá outro resultado senão o aumento do tráfego. Com a suburbanização que vemos, estamos a gerar problemas e não é só mais cheias, é mais tráfego, mais poluição e aumento das emissões de dióxido de carbono, o que agrava as alterações climáticas.-----

-----Não há níveis de serviço de transporte coletivo que possam colmatar as dinâmicas de necessidade de deslocação que aqui são criadas. Só em rodovias, que o Executivo considera prioritárias, são vinte e sete milhões de euros e os valores podem estar subestimados.-----

-----O Nó da CREL com a VLN tem um custo de oito vírgula oito milhões de euros e é lamentável, a rasgar mesmo ao lado da área arqueológica de Leceia, a cortar uma área de solos de elevado valor ecológico. Há uma via prevista entre a Cruz Quebrada e Algés a sul da linha férrea por causa do megaempreendimento Porto Cruz.-----

-----A título de exemplo, só nos últimos dois anos, o Presidente da Câmara já inaugurou



Câmara Municipal
de Oeiras

pelo menos, salvo erro, três supermercados dedicados e orientados à deslocação por automóvel. Com isto, é natural que um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável comece logo a "perder o "S" de Sustentável, tal como o Município de Oeiras também se está a perder nas designações utilizadas por quem trabalha para a Câmara Municipal. -----

----- Os estudos para a Rede Ciclável excluem várias ciclovias vencedoras de Orçamentos Participativos e que tinham toda a razão de ser pelas ligações propostas (página cinquenta e oito do anexo zero oito).-----

----- Em suma, enquanto o paradigma for o da suburbanização, só teremos mais carros, acarretando mais estradas e mais parques de estacionamento. Nos anos oitenta Isaltino de Moraes teve um slogan de campanha e cartazes de campanha que diziam "você vai ter o seu lugar" A imagem era um lugar de estacionamento desenhado no chão, vago, "para o eleitor". Ora, passados quarenta anos, milhões e milhões gastos, e o tráfego é de tal forma intenso, os congestionamentos, as dificuldades e o tempo de deslocação, que é mesmo preciso uma mudança de paradigma, continuamos com as prioridades na distribuição de recursos. Sem uma distribuição equitativa de espaço e meios financeiros, que deveria ter como referência a pirâmide invertida da mobilidade, continuaremos a ter poucas pessoas a deslocarem-se a pé, de bicicleta e em transportes públicos, seja porque não têm condições para o fazer em segurança e conforto, seja porque não foi feito o investimento nos modos ativos e no transporte público de forma a constituírem uma verdadeira alternativa ao automóvel em Oeiras.”-----

----- IV - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O PSD vê esta proposta com entusiasmo, contudo lamentamos que não tenha sido remetido com mais antecedência os relatórios e planos agora apresentados, conforme requerido pelo PSD em abril deste ano.-----

----- Para o PSD estes são planos fundamentais para o Município que gostaríamos de ter tido tempo para analisar e debater nesta reunião. Contudo e porque aqui se trata da submissão a

discussão pública, aguardamos entusiasticamente que o Município de Oeiras, quer na Câmara quer na Assembleia Municipal tenha a oportunidade de ouvir os munícipes sobre estas questões assim como vários partidos.”-----

83 - PROPOSTA Nº. 1209/22 - DTGE - CIRCO VÍTOR HUGO CARDINALI - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVAS AO ALUGUER, COLOCAÇÃO, RETIRADA E HIGIENIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS:-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a isenção do pagamento de taxas referentes ao pedido de colocação de equipamento de deposição de resíduos urbanos (designadamente aluguer, colocação, retirada e higienização do equipamento), de recolha de resíduos urbanos e a deposição de vinte e duas toneladas de resíduos na TratoLixo, no valor de quatro mil setecentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos, ao Circo Vítor Hugo Cardinali. -----

-----A remessa da proposta de isenção de taxas para aprovação da Assembleia Municipal.

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e) e f) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o), u), ff) e ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos décimo quinto, alínea d) e décimo sexto, número dois, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

-----Artigo trigésimo oitavo e trigésimo nono, do Regulamento número trezentos e sessenta e quatro, de dois mil e doze, de catorze de agosto, acerca das Disposições Gerais sobre Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo



Câmara Municipal
de Oeiras

Tributário e dos artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto. - -----

84 - PROPOSTA Nº. 1210/22 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 37ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA: -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de trinta de novembro de dois mil e vinte e dois, da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/vinte e quatro mil novecentos e cinquenta e três, referente à trigésima sétima Alteração Orçamental Permutativa de dois mil e vinte e dois, no valor de cento e seis mil trezentos e setenta e quatro euros, na despesa.-----

----- Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

----- Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

85 - PROPOSTA Nº. 1211/22 - USG - Pº 1074/DCP/2022 - DECISÃO DE CONTRATAR - APROVAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO E PEÇAS DO PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA HUMANA PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO DA ESPAP, IP (LOTE 3):-----

-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a adoção de um procedimento por consulta prévia para a prestação de serviços de vigilância e segurança humana, para diversas instalações municipais, na modalidade de fornecimento contínuo, ao abrigo do Acordo-Quadro, da ESPAP, I.P. (Lote três, do AQ-VS-dois mil e vinte e dois). -----

-----O preço base em três milhões e seiscentos mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -- -----

-----As peças do procedimento.-----

-----A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

-----Nos termos dos artigos trigésimo sexto, número um, trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Alínea c), do artigo quadragésimo sétimo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis números quarenta e oito, de dois mil e seis, de vinte e nove de agosto, trinta e cinco, de dois mil e sete, de treze de agosto, três-B, de dois mil e dez, de vinte e oito de abril, sessenta e um, de dois mil e onze, de sete de dezembro, dois, de dois mil e doze, de seis de janeiro, vinte, de dois mil e quinze, de nove de março, quarenta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e oito de dezembro, vinte e sete-A, de dois mil e vinte, de vinte e quatro de julho e doze, de dois mil e vinte e dois, de vinte e sete de



Câmara Municipal
de Oeiras

junho. -----

----- II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Consideramos que deveria ter sido feito por concurso público. Parece-nos um valor avultadíssimo para consulta prévia e isento de submissão a fiscalização prévia.” -----

86 - PROPOSTA Nº. 1212/22 - DPOC - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS APLICÁVEIS A IMPOSTOS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar o projeto de Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais aplicáveis a impostos do Município de Oeiras. -----

----- Publicação do projeto no Boletim Municipal e no sítio da Internet do Município, acompanhado da respetiva nota justificativa, para efeitos da realização de consulta pública pelo prazo de trinta dias. -----

----- Nos termos do número dois, do artigo décimo sexto, número vinte e três, do artigo décimo oitavo e artigo vigésimo terceiro, número dois, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Artigo centésimo décimo segundo, do Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete, de dois mil e três, de doze de novembro. -----

----- Artigos quadragésimo quarto-A e quadragésimo quinto, do Estatuto dos Benefícios Fiscais. -----

----- Alíneas c) e g), do número um, do artigo vigésimo quinto, alínea k), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigo centésimo primeiro, do Código do Procedimento Administrativo. -----

87 - PROPOSTA Nº. 1213/22 - DOT - DECLARAÇÃO AMBIENTAL REFERENTE AO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO PDM DE OEIRAS PARA ADEQUAÇÃO AO NOVO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL: -----

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

88 - PROPOSTA Nº. 1214/22 - SIMAS - CICLO TARIFÁRIO DOS SIMAS PARA 2023 - PD Nº. 324-SIMAS/2022: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração da reunião de dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois, na qual aprovou o Tarifário para dois mil e vinte e três.-----

-----A subsequente publicitação das deliberações das Câmaras Municipais com os novos valores do Tarifário para dois mil e vinte e três, em Boletim Municipal. -----

-----A publicitação das deliberações referidas mediante Edital a afixar nos lugares de estilo e a publicar no sítio da Internet das entidades gestoras. -----

-----Que os tarifários referidos produzem efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação em Edital. -----

-----A subsequente submissão do tarifário aprovado acompanhado da respetiva deliberação municipal, em “Tarifários ao Utilizador Final” do módulo de regulação económica no Portal da ERSAR, no prazo de quinze dias após a respetiva aprovação. -----

-----Nos termos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -

-----Lei número dez, de dois mil e quatro, de seis de março.-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e quatro, de dois mil e nove, de vinte de agosto.



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Decreto-Lei número noventa e sete, de dois mil e oito, de onze de junho. -----

----- Lei número cinquenta e oito, de dois mil e cinco, de vinte e nove de dezembro. -----

----- Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Decreto-Lei número cento e quarenta e sete, de dois mil e dezassete, de cinco de dezembro. -----

89 - PROPOSTA Nº. 1215/22 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO, AO ABRIGO DE CRITÉRIOS MATERIAIS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE OBJETOS POSTAIS - PD Nº. 326-SIMAS/2022:-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração da reunião de dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois, na qual autorizou a adjudicação do procedimento por ajuste direto, ao abrigo de critérios materiais, para a prestação de serviços destinados à aquisição de objetos postais. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

90 - PROPOSTA Nº. 1216/22 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO, AO ABRIGO DE CRITÉRIOS MATERIAIS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADA À EXPEDIÇÃO DE OBJETOS POSTAIS - PD Nº. 327-SIMAS/2022:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando

Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração da reunião de dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois, na qual autorizou a abertura de procedimento por ajuste direto, no âmbito dos critérios materiais, com convite à empresa “CTT - Correios de Portugal, Sociedade Anónima”, para a prestação de serviços destinada à execução dos serviços de expedição postal, pelo preço base de oitocentos e cinquenta e nove mil e duzentos euros, valor isento de IVA, pelo prazo de execução de doze meses, a decorrer nos anos de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, produzindo efeitos retroativos relativamente ao concurso público com publicidade internacional (CPI) vinte mil duzentos e quinze, do ano de dois mil e vinte, presentemente objeto de impugnação judicial, sendo necessário colmatar as necessidades urgentes e obrigatórias dos SIMAS. -----

-----As peças do concurso, compostas pelo convite e caderno de encargos. -----

-----A celebração de contrato escrito.-----

-----A designação de gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, em todos os seus aspetos e, ainda delegar no mesmo a adoção de todas as medidas conducentes à boa execução do contrato, nomeadamente, as necessárias à correção de desvios, defeitos ou outras anomalias, detetadas na sua execução.-----

-----Nos termos da alínea a), do número um, do artigo décimo sexto, alínea c), do número um, do artigo vigésimo quarto e do número dois, do artigo centésimo décimo segundo, do Código dos Contratos Públicos bem como do disposto nos artigos quadragésimo, quadragésimo segundo, centésimo décimo quinto e ducentésimo nonagésimo-A. -----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

91 - PROPOSTA Nº. 1217/22 - DCA - APROVAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO A



Câmara Municipal
de Oeiras

CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A COMPANHIA DE ACTORES - GRUPO DE TEATRO E ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CONSEQUENTE ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Companhia de Actores, com vigência plurianual, por um período de três anos, no valor global de duzentos e dez mil euros, sendo o valor anual de setenta mil euros no ano de dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro. -----

----- A minuta de Protocolo de Cooperação.-----

----- A designação de gestor do contrato, de modo a acompanhar permanentemente a sua execução. - -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e) e f) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c). -----

----- Artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário. -----

----- Artigo trigésimo sétimo, número um, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três,

de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

**92 - PROPOSTA Nº. 1218/22 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À
TEATRO DRAMA X - ASSOCIAÇÃO - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO PARA
PROGRAMAÇÃO TEATRAL, NO AUDITÓRIO MUNICIPAL EUNICE MUÑOZ: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à “Teatro Drama X - Centro Dramático de Estudos e Produção de Artes de Oeiras, Associação”, no valor de cento e trinta e cinco mil euros, de acordo com o seguinte:-----

-----Primeira fase - vinte e cinco mil euros, no momento da assinatura do Protocolo, correspondente ao apoio de funcionamento de sala e da operação dos equipamentos técnicos nela instalados, nas atividades de iniciativa e/ou apoiadas pelo Município de Oeiras;-----

-----Segunda fase - setenta mil euros, até trinta de dezembro de dois mil e vinte e dois, correspondente ao apoio da produção da peça “A Noite”;-----

-----Terceira fase - trinta mil euros, até quinze de fevereiro de dois mil e vinte e três, correspondente ao apoio da produção da peça “Juntos por acaso”; -----

-----Quarta fase - dez mil euros, após receção do relatório de atividades desenvolvidas no âmbito do Protocolo e de Relatório Preliminar de Contas de dois mil e vinte e dois, até trinta de abril de dois mil e vinte e três. -----

-----O texto do protocolo. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro,



Câmara Municipal
de Oeiras

número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário. -----

----- Artigo primeiro, alínea a), do número um, do artigo terceiro e artigos quinto e oitavo, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, alterada pela Lei número cinquenta e oito, de dois mil e vinte, de trinta e um de agosto.-----

93 - PROPOSTA Nº. 1219/22 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 38ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de trinta de novembro de dois mil e vinte e dois, da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/vinte e cinco mil quatrocentos e oitenta e nove, referente à trigésima oitava Alteração Orçamental Permutativa de

dois mil e vinte e dois, no valor de um milhão oitenta e cinco mil trezentos e quarenta e cinco euros e oitenta e oito cêntimos, na despesa.-----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

94 - PROPOSTA Nº. 1220/22 - DPOC - RECONHECIMENTO DA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS (IMT), REDUÇÃO DE IMI EM 20%:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** questionou o seguinte: -----

-----“Eu não vi documentos no processo que provem, que atestem, que as pessoas cumprem os requisitos para isenção, até agora não há essa obrigatoriedade?” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** respondeu: -----

-----“Há”. -----

-----O **Senhor Presidente** referiu: -----

-----“Sim, tem de haver avaliação do processo. -----

-----Tem que ser confirmado para as Finanças.” -----

-----O **doutor Bruno Mouco** esclareceu: -----

-----“Todos estes processos são primeiro instruídos pela Área do Urbanismo, para verificação da conformidade da isenção, ou seja, é feita uma análise técnica e só depois da análise técnica é que passa para a Divisão de Planeamento, Orçamento e Controlo e a única coisa que a Divisão de Planeamento, Orçamento e Controlo faz é preparar esta informação, esta proposta de deliberação para depois legitimar a comunicação à Autoridade Tributária, porque as pessoas só têm o benefício quando é comunicado à Autoridade Tributária. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Todo o trabalho que é feito de análise técnica é feito e sem estar validado tecnicamente pelos Dirigentes responsáveis da Área do Urbanismo, nós não podemos fazer esta proposta de deliberação, com certeza que está lá nos anexos.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Vereadora Carla Castelo, se não está nos anexos pode-se adiar, não há problema.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

----- “Se o doutor Bruno Mouco está a dizer que está.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** referiu:-----

----- “Tem que estar, porque faz parte da instrução do processo.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) para os requerentes Processos números P um/mil novecentos e quinze/cinquenta e oito/zero, da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e P um/mil novecentos e noventa e nove/seiscentos e cinquenta e quatro/zero, da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo. -----

----- Nos termos da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, alterada pela Lei número cinquenta e um, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto.-----

----- Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete, de dois mil e três, de doze de novembro, artigos centésimo décimo segundo e centésimo décimo segundo-A, com a redação dada pela Lei número sete-A, de dois mil e dezasseis, de trinta de março, com as alterações introduzidas pela Lei número cento e catorze, de dois mil e dezassete, de vinte e nove de

dezembro, ao Decreto-Lei número duzentos e quinze, de oitenta e nove, de um de julho. -----

95 – DESEJOS DE BOAS FESTAS: -----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Tivemos aqui uma reunião ótima, extraordinária com setenta deliberações, sete horas de reunião, acho que nunca tivemos uma reunião tão extensa, só é possível setenta deliberações com muito trabalho. -----

-----Estamos-nos a aproximar do Natal e do fim do ano, não há mais nenhuma reunião este ano e, portanto, acho que é oportuno no balanço que normalmente nestas circunstâncias se faz considerar que é muito positivo aquilo que tem acontecido e hoje no culminar deste ano, de facto, terminamos bem, porque não é fácil. -----

-----Eu quero-vos dizer que de vez em quando falo com outros Presidentes de Câmara e eles ficam admirados com a quantidade de propostas que nós temos aqui, é claro que pode haver situações em que há deliberações que vêm aqui à Câmara e noutras Câmaras não vão, pode haver delegações de competências no Presidente da Câmara e isso pode determinar que não haja tanta deliberação. -----

-----Quanto mais deliberações vierem à Câmara maior é a transparência, aliás, é a razão porque eu, por vezes, há determinados assuntos relativamente aos quais, sobretudo, aquisições, o Presidente da Câmara tem competência e normalmente quando passa determinado montante mando vir à Câmara Municipal, justamente mais para conhecimento. -----

-----Isto traduz o trabalho extraordinário que o nosso pessoal, os nossos colaboradores, de todos os níveis têm vindo a desenvolver.-----

-----Oeiras é um território fantástico, bonito, há uns dias um jovem morador, disse no Correio da Manhã - CMTV, que Oeiras era muito bonita, o mar, a praia, o verde, os jardins.-----

-----Eu acho que é oportuno, em meu nome e da Câmara Municipal, expressar a todos os nossos funcionários da Câmara, dos Serviços Municipalizados, das empresas municipais o nosso



Câmara Municipal
de Oeiras

reconhecimento pelo seu esforço, pelo cumprimento de objetivos. -----

----- Tive agora conhecimento pelo Senhor Vice-Presidente, parece que já estamos com oitenta e dois por cento de execução, se assim é, é extraordinário, demonstra que se está a trabalhar mesmo muito. -----

----- Um Bom Natal para todos, para esta família Autárquica extraordinária e que dois mil e vinte e três seja a realização de todos os sonhos.” -----

96 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

----- Às vinte e duas horas e cinquenta minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional. -----

O Presidente,

(Isaltino Moraes)

A Chefe de Divisão,

Vera Lúcia da Rocha
Ferreira de Carvalho de
Ascensão / 500745943
2023.01.20 16:13:40 Z

(Vera Carvalho)